

NORTE 2020

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL 2018



ÍNDICE

1. IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL DE 2018	9
2. APRESENTAÇÃO GERAL DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	9
3. EXECUÇÃO DOS EIXOS PRIORITÁRIOS	11
3.1. APRESENTAÇÃO GERAL DA EXECUÇÃO	11
3.2. INDICADORES COMUNS E INDICADORES ESPECÍFICOS DO PROGRAMA	15
3.3. OBJETIVOS INTERMÉDIOS E METAS DEFINIDOS NO QUADRO DE DESEMPENHO	16
3.4. DADOS FINANCEIROS	16
4. SÍNTESE DAS AVALIAÇÕES	16
5. INFORMAÇÃO SOBRE A EXECUÇÃO DA INICIATIVA EMPREGO JOVEM (IEJ)	21
6. QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS	21
6.a) QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS	21
6.b) AVALIAR SE OS PROGRESSOS REALIZADOS SÃO SUFICIENTES PARA ATINGIR AS METAS FIXADAS, INDICANDO AS MEDIDAS CORRETIVAS EVENTUALMENTE TOMADAS OU PREVISTAS	23
7. RESUMO PARA OS CIDADÃOS	23
8. RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	23
9. AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE	23
10. PROGRESSOS NA PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DOS GRANDES PROJETOS E PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS	23
10.1. GRANDES PROJETOS	23
10.1.a. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS NA EXECUÇÃO DE GRANDES PROJETOS E MEDIDAS TOMADAS PARA A SUA RESOLUÇÃO	24
10.1.b. ALTERAÇÕES EVENTUAIS À LISTA INDICATIVA DE GRANDES PROJETOS DO PROGRAMA OPERACIONAL	24
10.2. PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS (não aplicável)	24
10.2.a. PROGRESSOS ALCANÇADOS NA EXECUÇÃO DAS DIFERENTES FASES DOS PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS	24
10.2.b. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA A SUA RESOLUÇÃO	24
11. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	24
11.1. AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES DOS PONTOS ANTERIORES E DA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA	24
11.2. AÇÕES ESPECÍFICAS REALIZADAS PARA PROMOVER A IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES E PARA PREVENIR A DISCRIMINAÇÃO, EM PARTICULAR A ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, E MEDIDAS IMPLEMENTADAS PARA ASSEGURAR A INTEGRAÇÃO DA PERSPETIVA DO GÉNERO NOS PROGRAMAS OPERACIONAIS E NAS OPERAÇÕES	49
11.3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	50
11.4. INFORMAÇÃO SOBRE O APOIO CONSAGRADO AOS OBJETIVOS RELATIVOS ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	51
11.5. CONTRIBUTO DOS PARCEIROS PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA	51
12. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E AVALIAÇÃO	52

12.1.PROGRESSOS REALIZADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AVALIAÇÃO E SEGUIMENTO DADO ÀS CONCLUSÕES DAS AVALIAÇÕES	52
12.2.RESULTADOS DAS MEDIDAS DE DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE DOS FUNDOS, ADOTADAS NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	66
13.AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE.....	67
14.INFORMAÇÕES QUE PODEM SER ADICIONADAS, EM FUNÇÃO DO CONTEÚDO E DOS OBJETIVOS DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS	67
14.1.PROGRESSOS REALIZADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA ABORDAGEM INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, INCLUINDO O DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES AFETADAS POR DESAFIOS DEMOGRÁFICOS E LIMITAÇÕES NATURAIS OU PERMANENTES, O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E O DESENVOLVIMENTO PROMOVIDO PELAS COMUNIDADES LOCAIS, AO ABRIGO DO PROGRAMA OPERACIONAL.....	67
14.2.PROGRESSOS REALIZADOS NA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DESTINADAS A REFORÇAR A CAPACIDADE DAS AUTORIDADES DO ESTADO-MEMBRO E DOS BENEFICIÁRIOS PARA GERIR E UTILIZAR OS FUNDOS	68
14.3.PROGRESSOS REALIZADOS NA EXECUÇÃO DE EVENTUAIS AÇÕES INTER-REGIONAIS E TRANSNACIONAIS	69
14.4.CONTRIBUIÇÃO PARA AS ESTRATÉGIAS MACRORREGIONAIS E PARA AS ESTRATÉGIAS RELATIVAS ÀS BACIAS MARÍTIMAS, QUANDO APLICÁVEL	70
14.5.PROGRESSOS REALIZADOS NA EXECUÇÃO DE AÇÕES NO DOMÍNIO DA INOVAÇÃO SOCIAL, QUANDO APLICÁVEL	73
14.6.PROGRESSOS REALIZADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS PARA FAZER FACE ÀS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DAS ZONAS GEOGRÁFICAS MAIS AFETADAS PELA POBREZA OU GRUPOS-ALVO EM RISCO MAIS ELEVADO DE POBREZA, DE DISCRIMINAÇÃO OU DE EXCLUSÃO SOCIAL, EM ESPECIAL AS COMUNIDADES MARGINALIZADAS E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, OS DESEMPREGADOS DE LONGA DURAÇÃO E OS JOVENS DESEMPREGADOS, E, SE FOR CASO DISSO, OS RECURSOS FINANCEIROS UTILIZADOS	73
15.INFORMAÇÕES FINANCEIRA A NÍVEL DO EIXO PRIORITÁRIO E DO PROGRAMA / QUADRO DE DESEMPENHO	74
16.CRESCIMENTO INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO	74
17.QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS – QUADRO DE DESEMPENHO	76
18.INICIATIVA PARA O EMPREGO DOS JOVENS (IEJ)	77

ÍNDICE DOS ANEXOS¹

Quadro 1 – Indicadores de resultado para o FEDER (por eixo prioritário e objetivo específico)

Quadro 2A - Indicadores comuns de resultado para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região)

Quadro 2C - Indicadores de resultados específicos dos programas para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região, se aplicável)

Quadro 3A - Indicadores de realização comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento e, no caso do FEDER, categoria de região)

Quadro 3B - Número de empresas apoiadas pelo programa operacional no âmbito de investimentos produtivos, excluindo apoios múltiplos concedidos às mesmas empresas

Quadro 4A - Indicadores comuns de realizações para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região)

Quadro 4B - Indicadores de realizações específicos dos programas para o FSE

Quadro 5 - Informações sobre os objetivos intermédios e metas fixados no quadro de desempenho

Quadro 6 - Informações financeiras a nível do programa e do eixo prioritário

Quadro 7 - Repartição dos dados financeiros cumulativos, por combinação da categoria de intervenção, para o FEDER, o FSE e o Fundo de Coesão

Anexo I – Resumo para os cidadãos do relatório anual de execução

Anexo II – Relatório sobre a aplicação de instrumentos financeiros (Annotated template for reporting on financial instruments according to Article 46 CPR)

¹ Apenas são disponibilizados os Quadros aplicáveis ao NORTE 2020 e para os quais existe informação reportada ao período a que respeita o Relatório.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAC – Avisos para Apresentação de Candidaturas
AD&C – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP
AG – Autoridade de Gestão
AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AIDUS – Ações Integradas para o Desenvolvimento Urbano Sustentável
AMP – Área Metropolitana do Porto
ANI – Agência Nacional de Inovação
AT – Assistência Técnica
AU – Autoridades Urbanas
CA – Comité de Acompanhamento
CAE – Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CE – Comissão Europeia
CEI – Contratos de Emprego e Inserção
CET – Cursos de Especialização Tecnológica
CIC PT2020 – Comissão Interministerial de Coordenação do PORTUGAL2020
CIM – Comunidade Intermunicipal
COM – Comissão Europeia
DGT – Direção-Geral do Território
DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária
EDL – Estratégia de Desenvolvimento Local
EEC – Estratégias de Eficiência Coletiva
EIDT – Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial
EMPIS – Estrutura de Missão Portugal Inovação Social
ENEI – Estratégia Nacional de Especialização Inteligente
EREI – Estratégia Regional de Especialização Inteligente
FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia
FdF – Fundo de Fundos
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEEI – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FSE – Fundo Social Europeu
GAL – Grupos de Ação Local
I&D – Investigação e Desenvolvimento
IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação
IC&DT – Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico
IE – Investimento Elegível
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
IF – Instrumento Financeiro
IFD – Instituição Financeira de Desenvolvimento
IFE – Instrumento Financeiro para a Energia
IFRRU – Instrumentos Financeiros de Reabilitação e Revitalização Urbanas
IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP
IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP
INA – Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas
INE – Instituto Nacional de Estatística
ISCED – Classificação Internacional Normalizada da Educação

ISS – Instituto da Segurança Social
ITI – Investimentos Territoriais Integrados
kWh – Quilowatt-hora
OCS – Opções de Custos Simplificados
OT – Objetivo Temático
PARU – Plano de Ação de Reabilitação Urbana
PDTC – Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial
PAMUS – Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável
PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
PGA – Plano Global de Avaliação
PI – Prioridade de Investimento
PIB – Produto Interno Bruto
PIICIE – Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar
PME – Pequena e Média Empresa
PNR – Programa Nacional de Reformas
PO – Programa Operacional
PO MAR – Programa Operacional Mar 2020 (PO MAR 2020)
PROVERE – Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos
PT 2020 – Portugal 2020
QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional
RE – Regulamento Específico
RECI – Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização
RESEUR - Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Uso dos Recursos
RCM – Resolução de Conselho de Ministros
Rede M&A – Rede de Monitorização e Avaliação do Portugal 2020
RIS3 – *Research and Innovation Strategy for smart Specialization*
SAICT - Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica
SI – Sistema de Incentivos às Empresas
SIFSE – Sistema de Informação do Fundo Social Europeu
TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária
TeSP – Técnicos Superiores Profissionais (Cursos)
TFUE – Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
TO – Tipologia de Operação
TP – Turismo de Portugal
UE – União Europeia
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USF – Unidade de Saúde Familiar

GLOSSÁRIO DE PRIORIDADES DE INVESTIMENTO (PI)

PI 1a|1.1 – Reforço das infraestruturas de investigação e inovação (I&I) e das capacidades destinadas a desenvolver a excelência em matéria de I&I, bem como promoção de centros de competência, em particular os de interesse europeu.

PI 1b|1.2 – Promoção do investimento das empresas na I&D, desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, *clusters* e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral.

PI 2c|2.3 – Reforço das aplicações no domínio das TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a ciberinclusão, a cultura eletrónica e a saúde em linha.

PI 3a|3.1 – Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de incubadoras de empresas.

PI 3b|3.2 – Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização.

PI 3c|3.3 – Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços.

PI 4b|4.2 – Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas.

PI 4c|4.3 – Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação.

PI 4e|4.5 – Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação.

PI 6c|6.3 – Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.

PI 6e|6.5 – Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.

PI 8i|8.1 – Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo desempregados de longa duração e pessoas afastadas do mercado de trabalho, igualmente através de iniciativas locais de emprego e de apoio à mobilidade dos trabalhadores.

PI 8iii|8.3 – Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.

PI 8v|8.5 – Adaptação à mudança dos trabalhadores, das empresas e dos empresários.

PI 8a|8.8 – Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas.

PI 8b|8.9 – Apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade.

PI 9i|9.1 – Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade.

PI 9vi|9.6 – Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais.

PI 9a|9.7 – Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através de melhor acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.

PI 9b|9.8 – Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais.

PI 9d|9.10 – Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária.

PI 10i|10.1 – Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação.

PI10ii|10.2 – Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas.

PI 10iv|10.4 – Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho, facilitar a transição da educação para o trabalho e reforçar os sistemas de ensino e formação profissionais e respetiva qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de aprendizagem baseados no trabalho, incluindo sistemas de ensino dual e de formação de aprendizes.

PI 10a|10.5 – Investimento no ensino, na formação, na formação profissional e nas competências e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas de formação e ensino.

PI 11i|11.1 – Investimento na capacidade institucional e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a nível nacional, regional e local, tendo em vista a realização de reformas, uma melhor regulamentação e uma boa governação.

PI 11ii|11.2 – Reforço de capacidades junto de todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, incluindo através do estabelecimento de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local.

1. IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL DE 2018

CCI	2014PT16M2OP001
Título	Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020
Versão	2018.0
Ano do relatório	2018
Data de aprovação do relatório pelo Comité de Acompanhamento	19-06-2019

2. APRESENTAÇÃO GERAL DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

(Artigos 50.º, n.º 2, e 111.º, n.º 3, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Execução global

O NORTE 2020 prevê 4.210M€ de investimento total e 3.379M€ de Apoio da União (FEDER e FSE) e organiza-se em 9 Eixos Prioritários (EP), a que se junta o Eixo de Assistência Técnica.

Até final de 2018, foram abertos 301 avisos, 222 FEDER (2.134M€) e 79 FSE (339M€), e apresentadas 20.040 candidaturas. Dos avisos de 2018, 33 respeitam ao Domínio Temático (DT) da Inclusão Social e Emprego, com destaque em termos de dotação para os mobilizados através dos PDCT (PI 8.3, 8.8, 9.1 e 9.7), dos PEDU (PI 9.8), das EEC PROVERE (PI 8.9) e da Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados (PI 8.5); 30 respeitam ao DT Competitividade e Internacionalização, com destaque em termos de dotação para os Sistemas de Incentivos às Empresas (PI 1.2, 3.1, 3.2 e 3.3) e Infraestruturas Tecnológicas (PI 1.2); 6 respeitam ao DT Sustentabilidade e Uso dos Recursos, com destaque em termos de dotação para os mobilizados através dos PEDU (PI 4.5 e 6.5) e dos PARU (PI 4.5); e 3 respeitam ao DT Capital Humano, mobilizados exclusivamente para Cursos Técnicos Superiores Profissionais (PI 10.2).

No final desse ano, o PO apresentava 6.192 operações aprovadas, com IE de 2.957M€ e Fundo de 1.996M€, a que corresponde a taxa de compromisso de 59,1% FEEI, mais 13,6 pp que em 2017. Os valores aprovados eram de 2.726M€ / 1.801M€ para o FEDER e 231M€ / 195M€ para o FSE.

A dotação aprovada decorre sobretudo dos projetos dos Eixos 1, 2, 5 e 8 (82% do total), correspondendo a 4.514 operações (73% do total), com IE de 2.522M€ e Fundo de 1.639M€. Nestes EP, em 2018, foram essencialmente aprovadas operações dos SI, dos PEDU, do Combate ao Insucesso Escolar e de Infraestruturas de Ensino. O nível de compromisso de cada um destes Eixos é já superior a 50%, com destaque para o Eixo 2 cuja taxa já atinge 90%. Pela contrária, de referir as taxas de compromisso dos Eixos 3, 6 e 7, que oscilam entre 10,1% e 27,1%.

Nos IF regista-se: i) forte crescimento na Linha Capitalizar Mais, tendo sido contratualizadas 366 operações com os Beneficiários Finais (BF). Representa um crescimento 4 vezes superior relativamente a 2017. O valor que chegou aos BF foi 6,2M€. A taxa de realização do Fundo de Dívida e Garantia (FD&G) chegou aos 68%, mais do que triplicando relativamente a 2017; ii) consolidação das Linhas de Capital de Risco do Fundo de Capital e Quase-Capital (FC&QC), tendo sido contratualizadas 16 operações, o que representou um aumento de cerca de 60%. O valor que chegou aos BF foi 3,8M€. A taxa de realização do FC&QC foi de 18,4%; iii) no IF de Reabilitação e Revitalização Urbanas foram contratualizadas 10 operações, no produto Empréstimos, tendo chegado aos BF cerca de 1M€.

No que concerne à execução financeira, o PO apresentava IE de 1.002M€ e Fundo de 708M€, a que corresponde a taxa de execução FEEI de 21,0%, mais 9,8 pp que em 2017. Por Fundo, os valores executados eram de 905M€ / 626M€ para o FEDER e 97M€ / 82M€ para o FSE. Em termos de FEDER, as operações que mais contribuíram para a sua execução foram as aprovadas dos SI (49,9%), dos SAICT (7,9%), da Reabilitação Urbana (7,8%), dos SAAC (6,4%) e das Infraestruturas de Ensino (6,2%). Em termos de FSE, a sua execução decorre essencialmente das operações aprovadas de Contratos de Emprego e Inserção (52,3%) e de ações em Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (38,9%).

O gap registado entre o nível de compromisso e de execução financeira continua a ser expressivo (38 pp), valor ligeiramente superior ao registado em 2017 (34 pp), prevê-se, contudo, a sua atenuação em 2019, resultado do avanço na implementação das operações aprovadas.

Progressos alcançados face aos objetivos

Os progressos registados nos indicadores do PO (cf. quadros anexos) variam consoante a tipologia de intervenção. No que respeita às metas do QD é possível verificar em definitivo que Eixos por Fundo cumprem essas metas. Verifica-se, assim, que o NORTE 2020 apenas não cumpre as metas do QD em dois Eixos FEDER e dois Eixos FSE: (i) no FEDER não são atingidas as metas no Eixo 3 (OT4) e no Eixo 7 (OT9); (ii) no FSE, não são atingidas as metas no Eixo 6 (OT8) e no Eixo 9 (OT11). Analisando globalmente, salienta-se que o NORTE 2020 cumpre mais de 2/3 dos Eixos, por Fundo. Analisando de um ponto de vista mais detalhado atendendo à totalidade de indicadores, financeiros, de realização e etapas de execução definidos no QD, apenas não são cumpridos 6 indicadores de um total de 50 indicadores.

Constata-se, pelo exercício rigoroso de monitorização efetuado ao longo de 2018, a evolução positiva dos resultados e do cumprimento de muitos dos indicadores previstos em cada Eixo. Esta evolução resultou do esforço das estruturas técnicas da AG e dos OI, quer na sensibilização junto dos beneficiários para acelerar a execução das suas intervenções e apresentação de pedidos pagamento, quer internamente na validação e certificação da respetiva despesa.

Globalmente, foi possível assegurar o cumprimento da regra N+3 para o conjunto dos Fundos, salientando-se o progresso verificado na execução do FSE.

No que respeita às AIDT, a 31.12.2018 regista-se evolução positiva face a 2017: (i) ITI – aumento de 11pp da taxa de compromisso e 12pp da taxa de execução; (ii) AIDUS - aumento de 32pp da taxa de compromisso e 9pp da taxa de execução; (iii) DLBC - aumento de 13pp da taxa de compromisso, manutenção da taxa de execução.

Foram aplicadas as condicionantes de alinhamento com a RIS3 Norte nos avisos das tipologias de operação em que essa estratégia constitui condição de alinhamento exclusivo e/ou preferencial, nomeadamente em diferentes PI dos OT 1, 3, 8 e 10, totalizando 3.425 candidaturas aprovadas com enquadramento na RIS3. Tendo em consideração a dimensão financeira das PI onde se enquadram, as aprovações dos SI sobrelevam em n.º de projetos e recursos envolvidos e, assim, influenciam a importância relativa do enquadramento nos diferentes domínios prioritários da RIS3, preponderando os “nucleares”, nomeadamente a “Cultura, criação e moda”, com 53% do n.º total dos projetos aprovados com enquadramento na RIS3, e apresentando menor relevância os “emergentes” e os “wild card” (neste último caso o seu peso é inexpressivo, mesmo no domínio “Recursos do Mar e Economia”, que representa apenas 1% do n.º dos projetos aprovados com enquadramento na RIS3).

Continua a assegurar-se o cumprimento dos normativos decorrentes da aplicação dos princípios transversais da igualdade e do desenvolvimento sustentável, nos termos já identificados em anteriores REA. No ponto 11.4, encontra-se informação atualizada sobre os apoios no âmbito das alterações climáticas.

Tal como se detalha no ponto 6.a), continuou a afetar o desempenho do PO o impacto de alguns problemas associados ao seu arranque. Persiste a necessidade de se continuar a apostar na melhoria do desempenho e da eficiência dos Sistemas de Informação e, apesar dos avanços já significativos, na aplicação de OCS a outras tipologias apoiadas pelo NORTE 2020.

3. EXECUÇÃO DOS EIXOS PRIORITÁRIOS

(Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

3.1. APRESENTAÇÃO GERAL DA EXECUÇÃO

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Apresentação da execução de cada Eixo Prioritário
1	Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	<p>Dotação: 374M€ FEDER</p> <p>Tipologias: Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica (SAICT) (PI 1.1); Sistema de Incentivos à Inovação Empresarial, Sistema de Incentivos à I&D Empresarial, Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SAAC) e Infraestruturas Tecnológicas (PI 1.2)</p> <p>Principais desenvolvimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avisos: 63 (dotação inicial: 346M€ FEDER) - Candidaturas: 2069 submetidas e 441 aprovadas (284M€ IE e 212M€ FEDER) - Execução: 105M€ IE e 78M€ FEDER - Taxa de compromisso: 56,6% - Taxa de execução: 20,8% - Taxa de pagamento: 24,9% - Operações totalmente executadas: 163 <p>Com a reprogramação de 2018, apesar da dotação deste Eixo ter sido reduzida em 29M€, o PO obteve reforço da verba a canalizar para I&D e para a Rede RNIE.</p> <p>Até ao final de 2018, os indicadores de realização apresentavam níveis de cumprimento das metas muito positivos. Aliás, este Eixo cumpriu integralmente as metas financeiras e físicas do QD, destacando-se, com desempenho superior a 100%, os indicadores “Número de empresas que recebem subvenções” (173), “Projetos de I&D apoiados” (159) e “Projetos de I&D contratados” (369).</p> <p>Em termos de resultado, dois dos três indicadores deste Eixo registam já valores alinhados com a meta 2023, designadamente o indicador "Proporção de pessoal ao serviço em equivalente a tempo integral (ETI) em atividades de investigação e desenvolvimento (I&D) na população ativa (excluindo as unidades do setor empresas)" (5,6‰) e o indicador “Receitas oriundas de fundos de empresas (nacionais ou estrangeiras) no financiamento das instituições de I&D (excluindo as unidades do setor empresas)” (2,7‰).</p>
2	Competitividade das Pequenas e Médias Empresas	<p>Dotação: 1.021M€ FEDER</p> <p>Tipologias: Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e SAAC (PI 3.1); Sistema de Incentivos à Internacionalização PME, SAAC e Instrumentos Financeiros para Empresas (PI 3.2); Sistema Incentivos à Inovação PME, Sistema Incentivos à Qualificação PME, Áreas de Localização Empresarial (ALE), SAAC e Instrumentos Financeiros para Empresas (PI 3.3)</p> <p>Principais desenvolvimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avisos: 69 (dotação inicial: 760,8M€ FEDER) - Candidaturas: 9981 submetidas e 3359 aprovadas (1630M€ IE e 922M€ FEDER) - Execução: 564M€ IE e 348M€ FEDER - Taxa de compromisso: 90,4% - Taxa de execução: 34,1% - Taxa de pagamento: 40,8% - Operações totalmente executadas: 1.593 <p>Com a reprogramação de 2018, apesar da dotação deste Eixo ter sido reduzida em 241M€, o PO obteve reforço da verba a canalizar para SI Internacionalização PME, SI Inovação PME e ALE.</p> <p>Até ao final de 2018, os indicadores de realização apresentavam níveis de cumprimento das metas muito positivos. Aliás, este Eixo cumpriu integralmente as metas financeiras e físicas do QD, registando cumprimento superior a 100%: indicadores “Número de empresas que</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Apresentação da execução de cada Eixo Prioritário
		<p>recebem subvenções" (1060) e "Número de empresas que recebem subvenções (operações contratadas)" (2392).</p> <p>Em termos de resultado, e atentos os dados disponíveis pelo INE, dois dos três indicadores deste Eixo registam valores bastante positivos, designadamente o indicador "Nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia no total de nascimentos" (1,6%) e o indicador "PME com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME do inquérito comunitário à inovação" (62,7%).</p>
3	Economia de Baixo Teor de Carbono	<p>Dotação: 187M€ FEDER</p> <p>Tipologias: Eficiência energética nas empresas (PI 4.2), Eficiência energética nos edifícios públicos e no setor da habitação (PI 4.3) e Mobilidade Urbana Sustentável (PI 4.5)</p> <p>Principais desenvolvimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avisos: 7 (dotação inicial: 135,7M€ FEDER) - Candidaturas: 414 submetidas e 123 aprovadas (58,6M€ IE e 50,6M€ FEDER) - Execução: 7,2M€ IE e 6,1M€ FEDER - Taxa de compromisso: 27,1% - Taxa de execução: 3,3% - Taxa de pagamento: 2,9% - Operações totalmente executadas: 24 <p>Com a reprogramação de 2018, a dotação deste Eixo foi reforçada em 28M€, prevendo-se ao longo de 2019 a abertura de avisos para utilização desta verba.</p> <p>Prosseguiu a execução dos projetos de mobilidade urbana sustentável e avançou a seleção das operações de eficiência energética relacionadas com edifícios públicos e habitação. Contudo, dado o atraso registado na eficiência energética, não foi possível cumprir um dos indicadores da etapa de execução (indicador "redução anual do consumo de energia primária dos edifícios públicos contratados") do QD, apenas os indicadores de realização física e financeira.</p> <p>Em termos de resultado, os indicadores "Consumo de energia primária nas empresas", "Fogos de habitação social com classificação energética melhorada" e "Emissão estimada dos gases com efeitos de estufa" registam um excelente desempenho, com valores próximos ou superiores às metas previstas para 2023.</p>
4	Qualidade Ambiental	<p>Dotação: 212M€ FEDER</p> <p>Tipologias: Património natural e cultural (PI 6.3), Monitorização da qualidade do ar e Reabilitação Urbana (PI 6.5)</p> <p>Principais desenvolvimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avisos: 7 (dotação inicial: 140,5M€ FEDER) - Candidaturas: 772 submetidas e 325 aprovadas (159,9M€ IE e 133,2M€ FEDER) - Execução: 57,1M€ IE e 48,4M€ FEDER - Taxa de compromisso: 62,9% - Taxa de execução: 22,9% - Taxa de pagamento: 21,2% - Operações totalmente executadas: 90 <p>Com a reprogramação de 2018, a dotação deste Eixo foi reforçada em 51M€, prevendo-se até ao termo do 1.º semestre de 2019 a abertura de avisos para utilização desta verba.</p> <p>Prosseguiu a execução dos projetos enquadrados nas tipologias deste Eixo, cumprindo-se as metas financeiras e físicas do QD (Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas; Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas).</p> <p>Em termos de resultado, o indicador "Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros" continua a registar uma evolução muito positiva na Região do Norte, tendo sido ultrapassada a meta prevista para 2023.</p>
5	Sistema Urbano	<p>Dotação: 423M€ FEDER</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Apresentação da execução de cada Eixo Prioritário
		<p>Tipologias: Mobilidade Urbana Sustentável (PI 4.5), Reabilitação Urbana (PI 6.5), Comunidades desfavorecidas (PI 9.8)</p> <p>Principais desenvolvimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avisos: 12 (dotação inicial: 425,0M€ FEDER) - Candidaturas: 494 submetidas e 294 aprovadas (296,3M€ IE e 239,5M€ FEDER) - Execução: 70,3M€ IE e 60,0M€ FEDER - Taxa de compromisso: 56,7% - Taxa de execução: 14,2% - Taxa de pagamento: 12,9% - Operações totalmente executadas: 78 <p>As operações apoiadas neste Eixo correspondem aos projetos que integram os PEDU da Região do Norte. Com a reprogramação de 2018, a dotação deste Eixo foi reforçada em 38M€, prevendo-se até ao termo do 1.º semestre de 2019 a abertura de avisos para utilização desta verba.</p> <p>Prosseguiu a execução dos projetos enquadrados nas três tipologias deste Eixo, cumprindo-se as metas financeiras e físicas do QD (Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas; Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas; Planos de mobilidade urbana sustentável; Projetos de mobilidade urbana contratados dos Planos de mobilidade urbana sustentável).</p>
6	Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores	<p>Dotações: 80M€ FEDER e 148M€ FSE</p> <p>Tipologias: PEPAL (PI 8.1), SIZ2E (PI 8.3 e 8.8), formação para a inovação empresarial (SI e Ações Coletivas), contratação de RH altamente qualificados (PI 8.5) e PROVERE (PI 8.9)</p> <p>Principais desenvolvimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avisos: 45 (dotação inicial: 12 FEDER com 45,9M€, 33 FSE com 102,1M€) - Candidaturas: 3811 submetidas e 820 aprovadas (FEDER: 28,1M€ IE e 17,1M€ Fundo; FSE: 11,4M€ IE e 7,7M€ Fundo) - Execução: (FEDER: 2,3M€ IE e 1,4M€ Fundo; FSE: 1,1M€ IE e 0,7M€ FSE) - Taxa de compromisso: 21,5% FEDER, 5,2% FSE - Taxa de execução: 1,7% FEDER, 0,5% FSE - Taxa de pagamento: 0,6% FEDER, 0,6% FSE - Operações totalmente executadas: 1 FEDER, 0 FSE <p>Em todas as PI foram abertos concursos, exceto na PI 8.1 (PEPAL). Os avisos a lançar em 2019 permitirão absorver, na quase totalidade, as dotações do Eixo, reforçadas com a reprogramação.</p> <p>A formação da PI 8.5 tem a maior execução (2198 participantes), sendo ainda residual a das restantes (nº empresas, postos de trabalho criados e pessoal altamente qualificado contratado). Dado o atraso na aprovação, não foram atingidas as metas do QD previstas para o ano 2018, cumprindo-se apenas o nº de EEC PROVERE (5).</p> <p>Como resultados, releva-se que, 6 meses depois de terminada a participação, 100% dos participantes se encontram empregados e 45,9% têm melhor situação laboral (H=50,3%; M=38,2%).</p> <p>A AG concretizou um plano de divulgação para fomentar a procura da TO RHAQ, prevendo-se alargar as entidades acolhedoras. O hiato entre candidaturas submetidas e aprovadas deve-se ao elevado nº apresentado ao SIZ2E, ainda em análise no final do ano, bem como à elevada seletividade da formação da PI 8.5. Foram adotadas algumas medidas de agilização da seleção das operações no SIZ2E.</p>
7	Inclusão Social e Pobreza	<p>Dotações: 130M€ FEDER e 211M€ FSE</p> <p>Tipologias: CEI e CEI+, Inclusão Ativa, Cultura para todos, TEIP, + Superior (PI 9.1); SIZ2E (PI 9.6 e 9.10); Sucesso educativo e prevenção do abandono nos DLBC urbanos (PI 9.6); Infraestruturas de Saúde e Sociais (PI 9.7)</p> <p>Principais desenvolvimentos:</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Apresentação da execução de cada Eixo Prioritário
		<p>- Avisos: 65 (dotação inicial: 34 FEDER com 65,3M€, 31 FSE com 87,3M€) - Candidaturas: 1801 submetidas e 258 aprovadas (146 FEDER: 41,8M€ IE e 32,6M€ Fundo; 112 FSE: 68,2M€ IE e 58,0M€ Fundo) - Execução: (FEDER: 7,4M€ IE e 6,2M€ Fundo; FSE: 50,7M€ IE e 43,1M€ Fundo) - Taxa de compromisso: 25,1% FEDER, 27,5% FSE - Taxa de execução: 4,8% FEDER, 20,5% FSE - Taxa de pagamento: 4,3% FEDER, 13,8% FSE - Operações totalmente executadas: 6 FEDER, 8 FSE</p> <p>Com a reprogramação de 2018, reforçou-se a dotação, acolhendo novas elegibilidades (TEIP, +Superior) e financiando outras antes apoiadas pelo POISE (Cultura para Todos). Foram abertos concursos, exceto nas TO Cultura para todos e TEIP (PI 9.1).</p> <p>No FEDER, prosseguiu a execução das Infraestruturas de Saúde e avançou a seleção dos Equipamentos Sociais e do SI2E, iniciando-se a sua execução, com o apoio a 21 estratégias DLBC, a 38 equipamentos sociais e de saúde e a serviços de saúde melhorados para 3.509.024 pessoas. Dado o atraso registado, não foi possível cumprir as metas financeiras do QD, apenas as físicas. Sendo residuais as operações concluídas, não têm ainda expressão os resultados associados.</p> <p>No FSE, sobressai a realização dos CEI e CEI+ (24 933 participantes), permitindo cumprir as metas físicas e financeiras do QD.</p> <p>Como resultados, releva-se que, 6 meses depois de terminada a participação, 40,7% dos participantes estão empregados (H=34,9%; M=44,4%), valor próximo da meta definida para 2023 (42%).</p>
8	Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida	<p>Dotações: 178M€ FEDER e 274M€ FSE</p> <p>Tipologias: TEIP e PIICIE (PI 10.1), Cursos TeSP, +Superior e Programas de Doutoramento (PI 10.2), CET (PI 10.4), Equipamentos TeSP e Infraestruturas de Formação e Ensino (PI 10.5)</p> <p>Principais desenvolvimentos:</p> <p>- Avisos: 15 (dotação inicial: 3 FEDER com 142,5M€, 12 FSE com 143,0M€) - Candidaturas: 491 submetidas e 420 aprovadas (140 FEDER: 162,8M€ IE e 138,4M€ Fundo; 280 FSE: 149,3M€ IE e 126,9M€ Fundo) - Execução: (FEDER: 49,9M€ IE e 42,4M€ Fundo; FSE: 45,4M€ IE e 38,6M€ Fundo) - Taxa de compromisso: 77,9% FEDER, 46,4% FSE - Taxa de execução: 23,9% FEDER, 14,1% FSE - Taxa de pagamento: 22,7% FEDER, 14,3% FSE - Operações totalmente executadas: 44 FEDER; 60 FSE</p> <p>A reprogramação de 2018 transfere para a PI 9.1 os TEIP e o +Superior, reforçando a dotação para infraestruturas de educação, Programas de Doutoramento e Cursos TeSP que deixam de ser apoiados pelo POCH.</p> <p>No FEDER, prosseguiu a execução das infraestruturas de ensino e dos equipamentos TeSP, cumprindo-se as metas financeiras e físicas do QD (capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação) e aproximando-se da meta 2023 o indicador de resultado respetivo (taxa de cobertura da requalificação das escolas do EBS).</p> <p>No FSE, sobressai a realização dos projetos TEIP, +Superior, Cursos TeSP (785 estudantes) e CET (191), sendo ainda incipiente a dos PIICIE. Cumpriram-se as metas físicas (49 escolas TEIP abrangidas; 8 PIICIE; 130 bolsiros de doutoramento) e financeiras do QD. Não foi possível dispor dos indicadores de resultado específicos, a apurar pela DGEEC. No que respeita aos ICC, releva-se taxa de empregabilidade 6 meses após o fim da participação: 8,7% nas TO da PI 10.2 (H=8,2%; M=8,9%) e 37,5% nos CET (H=20%; M=60,7%).</p>
9	Capacitação Institucional e TIC	<p>Dotações: 32M€ FEDER e 28M€ FSE</p> <p>Tipologias: reforço das aplicações TIC (PI 2.3); formação para administração local e desconcentrada e capacitação da administração local e desconcentrada (PI 11.1); reforço da capacidade de atores e redes para promoção do desenvolvimento territorial (PI 11.2)</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Apresentação da execução de cada Eixo Prioritário
		<p>Principais desenvolvimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avisos: 6 (3 FEDER com 27,8M€; 3 FSE com 6,6M€) - Candidaturas: 148 submetidas e 106 aprovadas (85 FEDER: 25,3M€ IE e 21,5M€ Fundo; 21 FSE: 2,4M€ IE e 2,0M€ Fundo) - Execução: (FEDER: 9,4M€ IE e 8,0M€ Fundo; FSE: 0,0M€ IE e 0,0M€ Fundo) - Taxa de compromisso: 66,6% FEDER, 7,1% FSE - Taxa de execução: 24,9% FEDER, 0,0% FSE - Taxa de pagamento: 22,5% FEDER, 0,0% FSE - Operações totalmente executadas: 6 FEDER, 0 FSE <p>Com a reprogramação de 2018, foi reduzida a dotação FSE em 16M€.</p> <p>Foram publicados avisos das PI 2.3 e 11.2. O lançamento de novos avisos da PI 11.2 e dos primeiros da PI 11.1 sofreu atraso significativo, por necessidade de se clarificar as fronteiras com outros apoios veiculados do NORTE 2020 e dos PO temáticos, bem como de preparar uma metodologia de custos simplificados, entretanto ultimada. Prevê-se que as dotações possam ficar plenamente comprometidas até final de 2019.</p> <p>No FEDER, foram selecionadas novas candidaturas e deu-se continuidade à execução das aprovadas, apoiando-se 75 Serviços da Administração Pública, permitindo cumprir as metas físicas e financeiras do QD. No que respeita a resultados, os valores atingidos permitem antever o cumprimento das metas para 2023.</p> <p>No FSE, dado o atraso no lançamento dos avisos e atendendo às prioridades definidas, apenas foi possível validar reembolsos de 8 dos 21 projetos aprovados. Assim, não foram atingidas as metas do QD, prevendo-se que possam ser cumpridas em 2023.</p>
10	Assistência Técnica	<p>Dotação: 84M€ FEDER</p> <p>Tipologias: Assistência técnica</p> <p>Principais desenvolvimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avisos: 12 (dotação inicial: 44,5M€ FEDER) - Candidaturas: 59 submetidas e 46 aprovadas (39,3M€ IE e 33,9M€ FEDER) - Execução: 32,0M€ IE e 28,0M€ FEDER - Taxa de compromisso: 40,4% - Taxa de execução: 33,4% - Taxa de pagamento: 31,6% - Operações totalmente executadas: 28 <p>O processo de candidaturas ao Eixo é anual, pelo que a 31/12/2018 estão consideradas candidaturas relativas aos anos 2016, 2017 e 2018, cujos beneficiários foram a CCDRN, os OI CIM/AMP, os OI Sistema de Incentivos, as Autoridades Urbanas e os Grupos de Ação Local Urbanos.</p> <p>Dado que o prazo definido para apresentação das despesas de Assistência Técnica de cada ano termina em fevereiro ou abril do ano seguinte, consoante o prazo para apresentação de contas a que cada entidade está sujeita, em 31/12/2018 estavam totalmente executadas 28 candidaturas dos concursos de 2015/2016 e 2017.</p> <p>A execução das candidaturas tem cumprido a programação aprovada, a qual, pela razão descrita, não coincide com a programação anual do PO – décalage de 2 a 4 meses, considerando o fim das operações em fevereiro e abril do ano seguinte ao da candidatura.</p>

3.2. INDICADORES COMUNS E INDICADORES ESPECÍFICOS DO PROGRAMA

(Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Dados relativos a este ponto encontram-se apresentados nos Quadros 1, 2A, 2C, 3A, 3B, 4A e 4B, em anexo.

3.3. OBJETIVOS INTERMÉDIOS E METAS DEFINIDOS NO QUADRO DE DESEMPENHO

(Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Dados relativos a este ponto encontram-se apresentados no Quadro 5, em anexo.

3.4. DADOS FINANCEIROS

(Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Dados relativos a este ponto encontram-se apresentados nos Quadros 6, 7, 8, 9, 10 e 11, em anexo.

4. SÍNTESE DAS AVALIAÇÕES

(Artigo 50.º, n.º 2 do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

O Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) - Artigos 56º e 114º do Regulamento (UE) 1303/2013, de 17/12 e, a nível nacional, o Acordo de Parceria e o Decreto-Lei 137/2014, de 12/09, estabelecem a obrigatoriedade de elaboração e divulgação de um plano de avaliação global do PORTUGAL 2020 e de um plano de avaliação por cada PO.

Neste quadro regulamentar, foi elaborada a primeira versão do Plano Global de Avaliação (PGA PT2020) aprovada pela Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria (CIC PORTUGAL 2020), em 5 de agosto de 2015. Por sua vez, o Plano de Avaliação do Norte 2020 foi sendo desenvolvido em paralelo e foi aprovado pelo Comité de Acompanhamento através de consulta escrita n.º 6/2015, iniciada em 3 de dezembro de 2015. O Plano de Avaliação do NORTE 2020 constitui um elemento desse Plano Global, assumindo os princípios, as condições e os calendários comuns e explicitando a intervenção específica dirigidas a matérias do NORTE 2020. O decreto-lei acima citado define como competência da Comissão Diretiva “participar na elaboração do plano global de avaliação do PORTUGAL 2020 e elaborar o plano de avaliação do PO” (alínea s) do n.º 1 do Artigo 27.º) e prevê que a Comissão de Acompanhamento analise e aprove esse plano, bem como eventuais alterações (alínea c) do n.º 2 do Artigo 54.º).

No Plano de Avaliação do NORTE 2020 prevê-se a realização de dois tipos de avaliações, em função do seu objetivo, a avaliação de impacto e a avaliação de processo, com diferentes incidências, como sejam, a Global, nos Programas, em Temáticas ou em Territórios. Para dar resposta à orientação para os resultados serão desenvolvidas sobretudo avaliações de impacto.

Desde o primeiro momento o enfoque dirige-se para a realização de avaliações temáticas, consideradas mais adequadas à lógica de programação do PT2020, nomeadamente, à forte inter-relação entre os PO Temáticos e os PO Regionais, e mais ainda da coincidência de temáticas abrangidas por todos os PO Regionais do Continente.

Nas avaliações de impacto serão utilizados, essencialmente, dois métodos de avaliação de impactos, como sejam, a Avaliação de Impacto Baseada na Teoria e a Avaliação de Impacto Contrafactual. Estas avaliações exigem informação detalhada, quer dos Sistemas de Informação do PT2020, quer de bases de dados administrativas e, quer, ainda, informação resultante de análise conjugadas de diversas fontes (estatísticas, administrativas e de gestão dos fundos). As avaliações de processo, realizadas em número limitado, centrar-se-ão sobretudo na implementação de intervenções novas ou com alterações significativas face ao QREN, nomeadamente em aspetos instrumentais determinantes para o seu sucesso.

Ao longo do ano de 2018 o Plano de Avaliação do NORTE 2020 previa o acompanhamento de sete estudos de avaliação (18. “Avaliação do impacto dos FEEI no desempenho das empresas portuguesas”; 21. “Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência e valorização de conhecimento”; 32. “Avaliação do contributo dos FEEI para a formação avançada”; 19. “Avaliação da implementação dos Sistemas de Incentivos do Portugal 2020”; 23. “Avaliação da Implementação da Estratégia Nacional e Regionais de Investigação para uma Especialização Inteligente (RIS3): Rede, Realizações e Resultados Esperados”; 41. “Avaliação da aplicação de custos simplificados” e 42. “Avaliação da Operacionalização da Abordagem Territorial do Portugal 2020 no Contexto da Convergência e Coesão Territorial”), representando um trabalho considerável na

leitura e análise crítica de relatórios, elaboração de pareceres e participação em diversas reuniões dos grupos de acompanhamento, entre outras atividades de acompanhamento das avaliações como, por exemplo, a participação na Rede de Monitorização e Avaliação do PORTUGAL 2020 (RM&A). Em 2018 a RM&A efetuou três reuniões, e no que respeita aos temas relacionados com a avaliação, a agenda dessas reuniões foi preenchida pela discussão do ponto de situação da implementação do PGA PT2020/Planos de Avaliação dos diversos PO, pela realização do balanço dessa implementação, pela reflexão conjunta sobre a preparação das avaliações intercalares dos PO e pela discussão da revisão do PGA PT2020, bem como dos ajustamentos necessários na calendarização dos diversos estudos de avaliação, particularmente as avaliações intercalares dos PO. O PGA PT2020 foi ainda revisto e atualizado em 2018, sendo essa versão posteriormente, aprovada por consulta escrita, na deliberação n.º 28/2018 da CIC do PORTUGAL2020, em 28/12.

Também durante o ano anterior foi possível preparar e realizar os cadernos de encargos, os procedimentos contratuais, a contratação e a definição dos representantes dos Grupos de Acompanhamento de mais três estudos de avaliação (22. “Avaliação do Contributo dos FEEI para a Capacitação da Administração Pública”; 35. “Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a promoção do sucesso educativo, a redução do abandono escolar precoce e a empregabilidade dos jovens”; 38. “Avaliação da implementação das medidas de reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono”).

Foram neste âmbito constituídos 10 Grupos de Acompanhamento diferentes, naturalmente, todos com a presença da Autoridade de Gestão do NORTE 2020.

Durante o ano de 2018, foram concluídos os seguintes estudos de avaliação que estavam previstas na atualização de 2018 do Plano de Avaliação do NORTE 2020 e para os quais se apresenta uma breve descrição, para além do conteúdo das fichas:

- 18. “Avaliação do impacto dos FEEI no desempenho das empresas portuguesas”

Entidade responsável: AD&C.

Entidade adjudicatária: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Programas envolvidos: PO CI, PO Regionais do Continente.

Entidades do Grupo de Acompanhamento: AD&C, AG do PO CI, do PO Norte, PO Centro, do PO Alentejo, do PO Lisboa, do PO Algarve, INE, representantes do Conselho Económico e Social (CES) (CIP e CCP), GEE do Ministério da Economia, agências públicas: IAPMEI; ANI; AICEP; Turismo de Portugal, I.P..

A avaliação recorreu a métodos contrafactuais (matching) que identificaram grupos de controlo a partir de 20 variáveis de caracterização das empresas. Os Sistemas de Incentivos do QREN apoiaram perto de 10 mil projetos empresariais entre 2007 e 2013, disponibilizando 3,3 mil M€ para promover a inovação e a internacionalização.

Os resultados médios das empresas apoiadas face às não apoiadas (ao fim de 3 anos após início do apoio) foi de +376 mil€ de Valor Acrescentado Bruto, +579 mil€ de Exportações, +39 mil€ de despesas em I&D e +8,2 de trabalhadores.

Documentos finais produzidos: Relatório Final e Anexos metodológicos, Sumário Executivo; Policy brief, Síntese Gráfica e Apresentação efetuada no seminário.

- 21. “Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência e valorização de conhecimento”

Entidade responsável: AD&C.

Entidade adjudicatária: Augusto Mateus & Associados.

Programas envolvidos: PO CI, PO Regionais do Continente.

Entidades do Grupo de Acompanhamento: AD&C, AG do PO CI, AG dos PO Regionais do Continente, AG do PDR, FCT, IAPMEI, ANI, representantes do Conselho Económico e Social (CIP - Confederação Empresarial de Portugal e CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional).

A abordagem utilizada foi Avaliação Baseada na Teoria, partindo da literatura sobre sistemas de inovação, falhas sistémicas e fatores indutores das ligações universidade-empresa. Inspirada na teoria da mudança e na análise da contribuição, a avaliação definiu e agrupou os diferentes instrumentos identificados como relevantes para as dinâmicas de transferência e valorização do conhecimento em famílias de instrumentos com enfoque em mecanismos ou objetivos comuns.

Os resultados da avaliação apontam para um bom alinhamento dos instrumentos com os objetivos de política e com a capacidade de resposta às falhas nos sistemas de inovação.

Documentos finais produzidos: Relatório Final e Anexos metodológicos, Sumário Executivo; Policy brief, Síntese Gráfica e Apresentação efetuada no seminário.

- 32. “Avaliação do contributo dos FEEI para a formação avançada”

Entidade responsável: PO Capital Humano (CH).

Entidade adjudicatária: Consórcio IESE/ ImproveConsult/ PPLL Consult.

Programas envolvidos: PO CH, PO Norte, PO Centro, PO Alentejo.

Entidades do Grupo de Acompanhamento: AG PO CH (coordenação), AD&C, FCT, AG do PO ISE, AG dos PO Regionais do Norte, Centro e Alentejo e DGEEC.

A metodologia assentou na abordagem da Avaliação baseada na Teoria, tendo como pivot a Teoria da Mudança, combinada com a Análise da Contribuição. A seleção dos métodos pretendeu ser integrada e pluralista, ancorada num leque diversificado de técnicas de recolha, tratamento e análise de informação, com destaque para a realização de dois ciclos de entrevista, Estudos de caso e focus group regionais, entre outras.

Em termos de resultados, cerca de 1/3 dos cerca de 17.000 novos doutorados em Portugal, entre 2007 e 2015, tiveram bolsas FEEI e 90% dos doutorados com bolsas FEEI estão empregados ou em pós-doutoramento, contudo apenas 7% dos doutorados com bolsas FEEI estão inseridos no mercado não académico.

Documentos finais produzidos: Relatório Final e Anexos metodológicos, Sumário Executivo; Policy brief, Síntese Gráfica.

Salienta-se que os produtos destas avaliações (Relatório Final, que inclui resumo em português e inglês, Sumário Executivo em português e inglês, Síntese gráfica e Policy Brief) estão disponíveis nos sites da internet do Portugal 2020, da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C) e dos Programas Operacionais envolvidos. Todos os produtos foram elaborados pelas equipas de avaliação, e aprovados pelas respetivas entidades contratantes, com exceção dos Policy Brief, que são elaborados pela AD&C, em estreita articulação com as entidades responsáveis pela avaliação.

Em seguida apresenta-se uma ficha para cada uma das avaliações concluídas em 2018. Na designação das avaliações é indicado, também, a entidade responsável, os programas envolvidos, o método utilizado: Avaliação Baseado na Teoria (ABT) ou Avaliação Contrafactual (ACF) e o Período de Incidência (QREN ou PT2020).

Designação da avaliação:

18. Avaliação do impacto dos FEEI no desempenho das empresas portuguesas. Entidade responsável: AD&C; Programas envolvidos: PO CI, PO Regionais do Continente; Tipo/Período de incidência: Impacto (ACF)/QREN.

Fundo(s):

FEDER/FC

FSE

Mês/ano de início (De 2014 a 2023):

23-10-2017

Mês/ano de conclusão (De 2014 a 2023):

12-12-2018

Tipo da avaliação:

Impacto

Processo

Ambas

Objetivo(s) temático(s):

- | | |
|-------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | 01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação |
| <input type="checkbox"/> | 02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade |
| <input checked="" type="checkbox"/> | 03. Reforçar a competitividade das PME |
| <input type="checkbox"/> | 04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores |
| <input type="checkbox"/> | 05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos |
| <input type="checkbox"/> | 06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos |

<input type="checkbox"/>	07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede
<input type="checkbox"/>	08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
<input type="checkbox"/>	09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação
<input type="checkbox"/>	10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
<input type="checkbox"/>	11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública

Objetivos/abrangência:

Cf. ponto 12.1.

Conclusões:

Cf. ponto 12.1.

Designação da avaliação:

21. Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência e valorização de conhecimento. Entidade responsável: AD&C; Programas envolvidos: PO CI, PO CH, PO Regionais do Continente e PDR; Tipo/Período de incidência: Impacto (ABT)/QREN.

Fundo(s):

FEDER/FC	<input checked="" type="checkbox"/>
FSE	<input checked="" type="checkbox"/>

Mês/ano de início (De 2014 a 2023):	17/03/2017
Mês/ano de conclusão (De 2014 a 2023):	14/12/2018

Tipo da avaliação:

Impacto	<input checked="" type="checkbox"/>
Processo	<input type="checkbox"/>
Ambas	<input type="checkbox"/>

Objetivo(s) temático(s):

<input checked="" type="checkbox"/>	01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
<input type="checkbox"/>	02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade
<input checked="" type="checkbox"/>	03. Reforçar a competitividade das PME
<input type="checkbox"/>	04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
<input type="checkbox"/>	05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos
<input type="checkbox"/>	06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
<input type="checkbox"/>	07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede
<input type="checkbox"/>	08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
<input type="checkbox"/>	09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação

- | | |
|-------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | 10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida |
| <input type="checkbox"/> | 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública |

Objetivos/abrangência:

Cf. ponto 12.1.

Conclusões:

Cf. ponto 12.1.

Designação da avaliação:

32. Avaliação do contributo dos FEEI para a formação avançada. Entidade responsável: PO CH; Programas envolvidos: PO PH/PO CH; PO Norte, PO Centro, PO Alentejo; Tipo/Período de incidência: Impacto (ABT)/QREN e PT2020.

Fundo(s):

FEDER/FC

FSE

Mês/ano de início (De 2014 a 2023):

04/09/2017

Mês/ano de conclusão (De 2014 a 2023):

10/12/2018

Tipo da avaliação:

Impacto

Processo

Ambas

Objetivo(s) temático(s):

- | | |
|-------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> | 01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação |
| <input type="checkbox"/> | 02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade |
| <input type="checkbox"/> | 03. Reforçar a competitividade das PME |
| <input type="checkbox"/> | 04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores |
| <input type="checkbox"/> | 05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos |
| <input type="checkbox"/> | 06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos |
| <input type="checkbox"/> | 07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede |
| <input type="checkbox"/> | 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores |
| <input type="checkbox"/> | 09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação |
| <input checked="" type="checkbox"/> | 10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida |
| <input type="checkbox"/> | 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública |

Objetivos/abrangência:

Cf. ponto 12.1.

Conclusões:

Cf. ponto 12.1.

5. INFORMAÇÃO SOBRE A EXECUÇÃO DA INICIATIVA EMPREGO JOVEM (IEJ)

(Artigo 19.º, n.ºs 2 e 4 do Regulamento (UE) n.º 1304/2013)

Não aplicável ao NORTE 2020.

6. QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS

(Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

6.a) QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS**CONDICIONANTES AO ARRANQUE**

Mesmo com um ano de atraso, a aprovação do NORTE 2020 pela CE a 18.12.2014 não determinou de imediato a possibilidade de aprovação e execução de operações. Foi necessário, por exemplo, publicar legislação nacional relevante, elaborar diversos mapeamentos, concluir avaliações “ex ante” dos IF, ultrapassar condicionalidades “ex ante” não cumpridas, desenvolver exercícios de planeamento indispensáveis à contratualização das AIDT. A estas condicionantes acrescem outras, nomeadamente decorrentes de alterações de orientação da política pública (e.g. SI2E e Eficiência Energética).

O impacto das condicionantes não se afere apenas pelo seu número e data de aprovação. Depende dos recursos financeiros associados a cada uma e, sobretudo, da sua dimensão relativa no contexto do Eixo, com consequências na seleção dos indicadores relevantes e na estimativa das respetivas metas do QD. Neste contexto, só os SI se encontravam isentos deste tipo de condicionantes.

Em muitos casos, depois de vencidos estes passos, o normal período de vida útil das operações, em particular do FEDER, seria pouco compatível com o seu encerramento de forma a serem contabilizadas no respetivo indicador de realização. No investimento público, acrescem os procedimentos de contratação pública, que aumentam o período entre a aprovação de uma operação e a sua plena execução.

Todas as condicionantes têm consequências nas estimativas das metas ao influenciarem o “período expectável para a produção das realizações e dos resultados”. A influência é muito maior quando estas se traduzem, por exemplo, na ausência ou na alteração de enquadramento legislativo. Outro exemplo é a condicionante relativa à assinatura dos PDCT, PEDU e DLBC, que influenciou a estimativa temporal da sua execução. O mesmo poderá dizer-se sobre a atrás referida mudança de política pública que se traduziu no SI2E.

O ano 2018 foi marcado pela reprogramação do NORTE 2020, aprovada pela CE a 05.12.2018, que permitiu ultrapassar as principais condicionantes de implementação do Programa, através dos seguintes ajustamentos: (i) reforço do financiamento na formação inicial e na formação ao longo da vida; (ii) reforço das políticas ativas de emprego e apoio ao empreendedorismo de base local; (iii) apoio ao investimento em inovação nas empresas; (iv) reforço do investimento em infraestruturas e equipamentos de utilização coletiva de proximidade; (v) apoio à mobilidade urbana multimodal sustentável; (vi) concentração de apoios e alteração de fronteiras entre PO; (vii) reorientação de prioridades e mobilização de fontes de financiamento complementares; (viii) revisão dos indicadores de realização e resultado e dos QD.

CONTEXTO MACROECONÓMICO

O crescimento económico da Região do Norte terá sido de 2,5% em 2017 (valor provisório), ainda assim em desaceleração face ao crescimento de 2,7% do ano 2016. Relativamente à evolução da população empregada, o ano 2018 foi o quinto ano consecutivo de criação líquida de emprego na Região, com mais 45.900 pessoas empregadas que em 2017. Como corolário, a taxa de desemprego da Região desceu para 7,3% em 2018, valor ligeiramente superior ao da média nacional (7,0%).

Ao nível da procura externa, as exportações de bens da Região registaram crescimento mais moderado face a anos anteriores, tendo crescido apenas 2,6% em 2018. Em 2017, o crescimento foi de 7,9%, ano em que a orientação exportadora da Região, que mede a proporção de exportações de bens no PIB regional, alcançou 38,6%, o valor mais alto de toda a série temporal disponível. Este valor, sendo superior em 10pp ao da orientação exportadora de Portugal, sinaliza bem o papel distintivo da Região no contexto nacional. Em 2018, apesar de ainda não existir informação disponível, espera-se que a orientação exportadora desta Região continue a crescer, ainda que a ritmo mais lento.

Relativamente à atividade empresarial na Região ainda só existe informação disponível para o ano 2017, sendo que os principais indicadores revelam significativa melhoria face aos anos anteriores. Em 2017, o pessoal ao serviço das empresas cresceu 4,0%, o volume de negócios aumentou 8,8%, a Formação Bruta de Capital Fixo das empresas cresceu 22% e o n.º de empresas aumentou 12.564.

CONTEXTO LEGISLATIVO

Releva-se, pelo seu impacto, a publicação do Regulamento (UE) 2018/1046 de 18/7, que altera os Regulamentos (UE) 1296/2013, 1301/2013, 1303/2013, 1304/2013, 1309/2013, 1316/2013, 223/2014 e 283/2014, e a Decisão 541/2014/UE, e revoga o Regulamento (UE) 966/2012.

O Estado-Membro alterou ainda: normas comuns sobre o FSE; os quatro Regulamentos Específicos dos domínios temáticos; Portaria 105/2017 que cria o SI2E; critérios de seleção de algumas tipologias; legislação de enquadramento de medidas de política apoiadas pelo NORTE 2020 (Programa +Superior para o ano letivo 2018-2019; regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior; alteração do valor das bolsas de formação avançada).

IMPACTO DAS OCS NO DESEMPENHO DO PROGRAMA

A AG avalia positivamente a utilização de OCS no PO, nomeadamente: (i) redução da carga administrativa para beneficiários e estruturas técnicas do PO; (ii) maior foco nos resultados das operações o que facilita a respetiva avaliação; (iii) redução dos custos de gestão, tanto para beneficiários como para a AG; (iv) diminuição da taxa de erro; (v) simplificação dos processos de verificação, controlo e auditoria e, conseqüentemente, (vi) forte impacto na performance/resultados do próprio Programa. Esta última constatação reforça o entendimento da AG de ser necessária a aplicação de OCS a outras tipologias apoiadas pelo PO, estando já a trabalhar com outras AG, a AD&C e a Autoridade de Auditoria, no sentido de definir e aprovar as tipologias de OCS aplicáveis a cada caso (ex.: formação para a administração pública, TO de capacitação das PI 11.1 e 11.2, CET, SI2E).

MEDIDAS ADOTADAS

1. Agilização dos processos de planeamento das AIDT, promovendo reuniões e elaborando avisos mais focados para aceleração da análise, aprovação e execução de candidaturas.
2. Desenvolvimentos do sistema de informação da AG e dos sistemas de informação partilhados pelas restantes AG, com interações frequentes dos grupos de trabalho, coordenados pela AD&C, tendo-se dado prioridade às intervenções que condicionavam o cumprimento do QD.
3. Capacitação administrativa dos OI e outras entidades (GAL e AU), através de reuniões de articulação mensal e ações de formação (sistemas de informação, SI2E, comunicação, CEI e CEI+, PIICIE, eficiência energética).
4. Participação nas Redes Temáticas do PT2020 e articulação com organismos, com vista a assegurar a coordenação entre os serviços envolvidos na gestão dos FEEI.
5. Realização de iniciativas de informação e comunicação destinadas aos promotores para cumprimento das responsabilidades na preparação e execução das operações.
6. Monitorização regular do cumprimento de realizações e resultados, com vista ao estabelecimento de prioridades na alocação de recursos.

6.b) AVALIAR SE OS PROGRESSOS REALIZADOS SÃO SUFICIENTES PARA ATINGIR AS METAS FIXADAS, INDICANDO AS MEDIDAS CORRETIVAS EVENTUALMENTE TOMADAS OU PREVISTAS

Não aplicável ao relatório de execução de 2018 (Informação constante do ponto 11.1).

7. RESUMO PARA OS CIDADÃOS

(Artigo 50.º, n.º 9 do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Ver Anexo I ao Relatório.

8. RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(Artigo 46.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Ver Anexo II ao Relatório.

9. AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE, aplicável às condicionalidades que não se encontravam cumpridas aquando da aprovação do PO

(Artigo 50.º, n.º 2 do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Não aplicável ao relatório de execução de 2018.

10. PROGRESSOS NA PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DOS GRANDES PROJETOS E PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS

(Artigos 101.º, alínea h), e 111.º, n.º 3, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

10.1. GRANDES PROJETOS

Não aplicável ao NORTE 2020.

10.1.a. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS NA EXECUÇÃO DE GRANDES PROJETOS E MEDIDAS TOMADAS PARA A SUA RESOLUÇÃO

Não aplicável ao NORTE 2020.

10.1.b. ALTERAÇÕES EVENTUAIS À LISTA INDICATIVA DE GRANDES PROJETOS DO PROGRAMA OPERACIONAL

Não aplicável ao NORTE 2020.

10.2. PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS (não aplicável)

Não aplicável ao NORTE 2020.

10.2.a. PROGRESSOS ALCANÇADOS NA EXECUÇÃO DAS DIFERENTES FASES DOS PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS

Não aplicável ao NORTE 2020.

10.2.b. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA A SUA RESOLUÇÃO

Não aplicável ao NORTE 2020.

11. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

(Artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

11.1. AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES DOS PONTOS ANTERIORES E DA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA

(Artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
1	Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	<p>Caraterização e ponto de situação global do Eixo:</p> <p>O EP1 veicula os apoios associados à prossecução do OT1 “Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação” e apresenta dotação de 373,8M€ (11,1% do apoio da União ao PO, 13,7% se considerado apenas o apoio FEDER), envolvendo apenas financiamento do FEDER.</p> <p>Este objetivo corporiza-se no apoio a várias tipologias de ação, no âmbito das duas PI mobilizadas: PI 1.1 (Investigação e Inovação) e PI 1.2 (Investimento nas empresas focado na I&D).</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>No final de 2018, este Eixo apresenta taxa de compromisso de 56,6% e taxa de execução de 20,8%, dados que de seguida se procuram detalhar.</p> <p>Seleção de operações e execução: análise de progressos</p> <p>No que respeita a operações públicas, até ao final de 2018 foram lançados 13 avisos: 8 da PI 1.1 com dotação inicial de 83,5M€ FEDER e 5 da PI 1.2 com dotação de 32,75M€ FEDER. Em termos de operações aprovadas (144), o compromisso FEDER é de 138,7M€ e o fundo executado de 56,8M€, correspondendo a uma taxa de execução de cerca de 41% face ao aprovado.</p> <p>Os avisos da PI 1.1 (dotação aprovada de 120,7M€ e fundo executado de 49,6M€), todos enquadrados no SAICT, respeitam às seguintes tipologias: Projetos Estruturados de I&D, Plataforma do Vinho e da Vinha, Universidade das Nações Unidas, Infraestruturas de Investigação inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico, Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT) e Projetos de internacionalização de I&D. O valor acumulado para o indicador “Projetos de I&D contratados” (todas as tipologias SAICT concorrem para este indicador, à exceção dos Projetos do Roteiro) desta PI é de 101 projetos, superando a meta definida para 2018.</p> <p>Para esta PI e uma vez que apenas com a reprogramação de 2018 se obteve reforço da verba a canalizar para I&D e, também para a Rede RNIE, não foram abertos quaisquer avisos em 2018. Em 2019 foram já publicados 3 avisos (Programas Integrados orientados para o Consórcio UNorte.pt, Internacionalização e Propriedade Intelectual) e estão em preparação ou já em circuito de aprovação outros 3 avisos (incluindo, um aviso orientado para a RNIE). Considerando a dotação indicativa a alocar a estes 6 avisos (38,7M€), a taxa de compromisso situa-se em cerca de 87%.</p> <p>Cumpra ainda salientar que após celebração, em 26/01/2017, do contrato de delegação de competências firmado entre o NORTE 2020 e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, esta entidade passou a ser o Organismo Intermédio (OI) para todas as tipologias SAICT, excluindo-se apenas as tipologias “Internacionalização” e “Propriedade Intelectual” que têm como OI a Agência Nacional de Inovação, de acordo com o correspondente Contrato de Delegação de Competências firmado em 24/07/2015 (com efeitos a 08/04/2015).</p> <p>No que respeita à PI 1.2, aos anteriores 3 avisos da tipologia “Transferência do Conhecimento Científico e Tecnológico”, em 2018 foram publicados: 1 aviso na mesma tipologia “Transferência do Conhecimento - Teaming” enquadrável no RECI e 1 aviso de “Infraestruturas Tecnológicas – Centros Tecnológicos e Centros de Valorização e Transferência de Tecnologia”, tipologia sem Regulamento Específico associado. Uma vez que a data limite para apresentação de candidaturas no âmbito deste último aviso foi 14/12/2018, nenhuma IT foi aprovada no ano de 2018.</p> <p>Já no que concerne às operações do Sistema de Incentivos às Empresas e para os 49 avisos lançados até final de 2018 e integrados na PI 1.2 (projetos de I&D ancorados em empresas), o IE aprovado no âmbito da PI 1.2 ascende a 119,8M€ com FEDER de 73,0M€. O nível de realização no investimento empresarial apoiado nesta PI tem uma expressão de 20,9M€ de fundo executado, correspondendo a cerca de 29% do montante aprovado. A evolução no âmbito desta PI para o SI tem ocorrido a um ritmo inferior ao que sucede neste tipo de instrumentos veiculados por outras PI. Ainda assim, e pese embora os critérios de alocação de projetos entre Programas previstos no RECI, bem como as próprias tipologias de projetos em causa, direcionem mais a procura para o PO Temático da competitividade, é de assinalar a muito positiva evolução dos indicadores no ano de 2018, com superação quase generalizada das metas traçadas.</p> <p>Uma vez que sempre é assegurada a avaliação individual das candidaturas submetidas no âmbito dos apoios às PME e às Não PME, é realizada uma verificação individual das necessidades de financiamento, de acordo com as regras aplicáveis aos Auxílios de Estado. Para isso, dispõe-se da ferramenta de Análise e Cálculo de Incentivo, para a qual se verte a verificação efetuada sobre o cumprimento de todas as condições regulamentares aplicáveis. Aí se inclui a verificação de: i) Condições específicas de acesso constantes do Aviso, ii)</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>Critérios de elegibilidade do beneficiário e do projeto; iii) Análise do projeto e validação do parecer dos peritos externos, se aplicável; iv) Apuramento do investimento total e despesas elegíveis; v) Avaliação dos critérios de seleção e cálculo do mérito do projeto, quando aplicável; e vi) Apuramento do incentivo. Esta ferramenta, para a qual o analista verte a sua análise, vem ainda complementada com automatismos relevantes que permitem concluir e reforçar um conjunto desses apuramentos e validações.</p> <p>Sobre o incentivo reembolsável, vide referência no Eixo 2.</p> <p>Haverá ainda que destacar:</p> <p>I. Face ao correspondente número de Avisos, é visível a maior apetência por tipologias SAICT (PI 1.1) do que por tipologias previstas na PI 1.2 (a procura média foi de 114 candidaturas contra 22 candidaturas) facto que, de igual forma, justifica um padrão de seletividade (12,12%) ainda mais agravado na PI 1.1.</p> <p>II. O alinhamento com a RIS3 é sempre um fator determinante na seleção das candidaturas seja pela sua inclusão em termos de avaliação de mérito dos projetos, seja porque constitui um critério de elegibilidade na generalidade dos Avisos em questão.</p> <p>III. Em termos de PORTUGAL 2020, está assumido um enfoque de 40% (ou seja, 2/5) da PI 1.1 na OT1 (contra 60% da PI 1.2).</p> <p>III.1 Neste âmbito, o compromisso expresso na reprogramação_2018 aprovada para o NORTE 2020 refere que “a mobilização do OT1 deverá ser assegurada uma alocação de recursos entre os seus diferentes OE que, não descurando o apoio às capacidades de investigação, permita reforçar as intervenções no domínio da valorização económica do conhecimento e as intervenções envolvendo empresas. Este equilíbrio na alocação de recursos traduz-se na definição de um limite máximo de 2/5 das verbas do FEDER do OT1 para o primeiro OE (PI 1.1), mais associado às atividades de I&D promovidas por entidades não empresariais (aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente e reforçar a inserção das infraestruturas de investigação nas redes internacionais de I&D). Atendendo à complementaridade das intervenções entre PO Temático e PO Regionais, este compromisso será aferido ao nível do PORTUGAL 2020 e reportado nos relatórios do PO Temático e do PORTUGAL 2020, permitindo ainda uma análise dos valores para cada um das regiões NUTSII. Estes reportes globais não isenta de adequada referência nos relatórios anuais de execução deste PO da concentração dos montantes FEDER do OT1 na PI 1.1, mais associada às atividades de I&D promovidas por entidades não empresariais”.</p> <p>III.2 Em 31/12/2018, ainda que o peso dos compromissos da PI 1.1 e da PI 1.2 na OT1 seja de, respetivamente, 57% e 43%, ressalva-se que a relação base programada e aceite na reprogramação_2018 é de 49% versus 51% (contra os 40% versus 60% do PORTUGAL 2020). Adicionalmente, o saldo não comprometido é maior na PI 1.2 (face ao programado a taxa de comprometimento atual é de 65,8% na PI 1.1 e de 47,8% na PI 1.2) pelo que, progressivamente, a meta final programada será alcançada, designadamente através de novos avisos de Infraestruturas Tecnológicas e outros alinhados com a PI 1.2.</p> <p>III.3 Esta situação permanece sob monitorização atenta por parte desta AG.</p> <p>Exemplo de projetos e boas práticas:</p> <p>Ao nível da PI 1.1 e com reporte à tipologia “Programas integrados de IC&DT” que representa a sua maior dimensão financeira, ressalva-se o projeto NORTE-01-0145-FEDER-000035 “INNOVMAR - Innovation and Sustainability in the Management and Exploitation of Marine Resources”, promovido pelo CIIMAR - Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental, com IE de 4,3M€ e FEDER de 3,6M€.</p> <p>Este projeto visa: investigar novos produtos marinhos com aplicações biotecnológicas; promover a inovação e a valorização de produtos do mar, em especial novas espécies aquícolas; avaliar a qualidade ambiental, a vulnerabilidade e os riscos para uma gestão sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas da costa noroeste.</p> <p>Contribui para o ITI Mar e, para este efeito, o CIIMAR está classificado como Instituição de natureza pública exclusivamente mar.</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>Ao nível da PI 1.2, destaca-se o projeto NORTE-01-0246-FEDER-000047 “BIOPOLIS-Promoting a Center of Excellence in Environmental Biology, Ecosystems and AgroBiodiversity”, coordenado pelo ICETA-CIBIO, com IE de 0,88M€ e FEDER de 0,74M€.</p> <p>Este projeto foi suscitado por Convite dirigido pelo NORTE 2020 ao ICETA com o objetivo de fomentar a complementaridade entre os fundos dos Horizonte 2020 e o PO, através do apoio a um projeto localizado exclusivamente na Região Norte e mereceu aprovação na 1ª fase da ação Teaming (<i>Call H2020 – Widespread 04-2017 - Teaming Phase 1</i>). Foi assim determinante para o sucesso obtido na candidatura do BIOPOLIS ao <i>Teaming Phase 2</i>.</p> <p>De facto, o CIBIO-InBIO - Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto, foi selecionado entre um conjunto alargado de centros de investigação europeu para receber o maior financiamento já atribuído a um centro de investigação existente em Portugal. O próximo passo é concretizar um investimento total de mais de 130M€, apoiados pelo Horizonte 2020, num centro que está a ser instalado em Vairão, Vila do Conde, dedicado à investigação de excelência em biologia ambiental, ecossistemas e agrobiodiversidade. Este investimento, liderado pelo biólogo Nuno Ferrand, está assente numa parceria com a Universidade de Montpellier, a Porto Business School e um conjunto diversificado de entidades do setor público e privado, entre os quais a CCDRN. Irá contribuir para o desenvolvimento de investigação inovadora, de elevada qualidade e com um forte impacto social, ambiental, económico e cultural.</p>
2	Competitividade das Pequenas e Médias Empresas	<p>Caraterização e ponto de situação global do Eixo:</p> <p>O EP2 veicula os apoios associados à prossecução do OT3 “Reforçar a competitividade das PME” e apresenta uma dotação global, após a reprogramação de 2018, de 1.020,9M€ (30,2% do PO), envolvendo o financiamento do FEDER.</p> <p>Este objetivo corporiza-se no apoio a várias tipologias de ação, no âmbito das PI: 3.1 (Empreendedorismo), 3.2 (Novos modelos empresariais) e 3.3 (Capacidades avançadas).</p> <p>No final de 2018, este Eixo, com instrumentos de apoio que vão desde o Sistema de Apoio às Ações Coletivas (SAAC), o Sistema de Incentivos às Empresas e Instrumentos Financeiros, apresentava as mais elevadas taxas de compromisso (90,4%), de execução (34,1%) e de pagamento (40,8%) do PO.</p> <p>Em termos de compromisso, está em causa um apoio FEDER aprovado de 922,4M€ para um IE de 1.630,1M€. A dinâmica das aprovações, por conta da elevada taxa de compromisso, tem vindo a abrandar face ao registado no ano transato. Ao nível das PI, é de reter que a PI 3.3 é a mais representativa em termos de Fundo atribuído, contando com mais de 70% do montante aprovado no Eixo. A PI 3.1 regista apenas uma expressão de cerca de 6%, associada a uma fatia de 58,6M€ de Fundo aprovado. Quanto à PI 3.2, que absorve 211,3M€ do Fundo atribuído, atinge, em termos de número de projetos - com 1.505 candidaturas aprovadas - um volume quase tão expressivo como o da PI 3.3.</p> <p>Em termos de níveis de realização, o Fundo executado ascende a cerca de 37,7% do valor aprovado, sendo de assinalar uma dinâmica de maior expressão no âmbito dos apoios ao investimento empresarial. Com efeito, é nas medidas do Sistema de Incentivos que, também com um peso substancialmente superior no domínio das aprovações, se encontram níveis de execução similares à taxa média do Eixo.</p> <p>Seleção de operações e execução: análise de progressos</p> <p>Ventilado o Eixo por PI, temos:</p> <p>PI 3.1</p> <p>Candidaturas Aprovadas = 264 Fundo Aprovado = 58,6 M€ Fundo Executado = 22,1 M€ Fundo Pago = 24,3 M€</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>PI 3.2</p> <p>Candidaturas Aprovadas = 1505 Fundo Aprovado = 211,3 M€ Fundo Executado = 64,0 M€ Fundo Pago = 80,6 M€</p> <p>PI 3.3</p> <p>Candidaturas Aprovadas = 1590 Fundo Aprovado = 652,5 M€ Fundo Executado = 261,8 M€ Fundo Pago = 311,6 M€</p> <p>Sistema de Incentivos às Empresas (SI)</p> <p>No que concerne às medidas do SI, foram abertos até ao final de 2018 um conjunto de 51 concursos no Eixo 2 com uma oferta de cerca de 560 M€ de FEDER (na sua dotação inicial). A resposta da procura continuou em números muito relevantes: é de destacar o expressivo montante de 740,8M€ relativos a Fundo aprovado.</p> <p>Desta verba 514,0M€ são provenientes da PI 3.3. Aqui estão os apoios à inovação empresarial e à qualificação das PME, de onde se destaca a maior preponderância do SI à Inovação Empresarial, cujos 810 projetos aprovados consomem uma fatia de cerca de 94% do referido montante, ascendendo a 482,7M€. É através deste instrumento que se financiam os investimentos empresariais de natureza produtiva, a que normalmente estão associados montantes financeiros mais expressivos, e que, com um cofinanciamento de natureza reembolsável, conta com maiores taxas de apoio.</p> <p>De relevar que, associado ao referido apoio reembolsável, está um plano de reembolso, constituído por um período de carência e um período de amortização de capital, que diferem com o tipo de projetos em causa, atendendo particularmente à especificidade dos projetos do sector do turismo, nos termos do que se previa no Regulamento Específico. Nesta fase de execução das operações estão já a decorrer reembolsos, cuja restituição e contabilização tem sucedido junto dos OI que acompanham, no SI, esta medida de apoio. No final de 2018, estávamos perante a seguinte expressão, de acordo com o reportado pelos OI:</p> <p>AICEP: 28.549,13€ IAPMEI: 1.816.841,05€ Turismo de Portugal: 23.194,99€ TOTAL: 1.868.585,17€</p> <p>A reutilização destes montantes ocorrerá de acordo com a regulamentação aplicável, designadamente o disposto no Art.º 66.º do Regulamento (UE) 1303/2013.</p> <p>Pretende-se, portanto, identificar quais os montantes de reembolsos (relativos a incentivo reembolsável deste instrumento de apoio) já recebidos e contabilizados pelos OI, de acordo com o que por estes foi reportado à Autoridade de Gestão do NORTE 2020 Mais se indica que a reutilização destes valores, ainda não ocorrida, estará a ser acautelada nos termos do previsto na Regulamentação.</p> <p>É de sinalizar que os montantes de reembolsos relativos ao OI AICEP respeitam ao Eixo 1 (PI 1.2), de igual modo no âmbito do SI Inovação.</p> <p>É contudo no âmbito da PI 3.2 que se observa o maior número de projetos - os associados aos apoios internacionalização das PME. Estão em causa 1463 operações aprovadas no âmbito do SI que consomem mais de 191M€ do FEDER atribuído.</p> <p>Ao nível da execução dos instrumentos de apoio veiculados pelo SI é de salientar uma evolução francamente positiva e acima da média do Programa. Até ao final de 2018, o valor de pagamentos aos beneficiários superava já os 384,7M€, com um correspondente Fundo executado de quase 311,5M€.</p> <p>Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SAAC)</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>No que respeita a operações públicas, até ao final do ano de 2018, foram lançados 15 avisos com uma dotação global inicial de 86M€, reforçada em 19,8M€, nas tipologias Empreendedorismo qualificado e criativo, Internacionalização das PME, Qualificação e Inovação das PME e Apoio à Localização de Empresas, sendo a procura bastante equilibrada nos avisos das PI 3.1 e 3.2 (84 PI 3.1, 90 PI 3.2 e 105 PI 3.3).</p> <p>No âmbito da PI 3.3 destaque para o Aviso de Apoio à localização de Empresas, com 17 candidaturas apresentadas, cuja análise se encontrava a decorrer no ano de 2018.</p> <p>No final de 2018 encontravam-se aprovados 153 projetos (50 PI 3.1, 42 PI 3.2 e 61 PI 3.3), totalizando um compromisso de 66,1M€ FEDER e com pagamentos de 33,1M€.</p> <p>No decorrer deste ano verificou-se uma aceleração na execução das operações públicas (atingindo cerca de 50% do valor comprometido), encontrando-se já encerradas (relatório final apresentado) 38 operações (13 PI 3.1, 9 PI 3.2 e 16 PI 3.3).</p> <p>No âmbito das operações públicas, continua a verificar-se alguma delonga na execução das candidaturas, originando a apresentação de um grande volume de pedidos de reprogramação, nomeadamente temporais. A Autoridade de Gestão tem procurado manter um acompanhamento mais próximo destes projetos imateriais (notificações, reuniões, esclarecimentos) no sentido de minimizar estes desvios.</p> <p>Exemplo de projetos e boas práticas:</p> <p>Ao nível do Eixo 2 identifica-se o projeto NORTE-02-0853-FEDER-023264, sob a designação “HERDMAR- Automatização dos Processos Produtivos”, sendo promovido pela MANUEL MARQUES, HERDEIROS S.A.. Com um IE aprovado de 712.304,00€ e uma comparticipação FEDER de 356.152,00€, este projeto – aprovado no âmbito do Sistema de Incentivos à Inovação na PI 3.3 – visa incrementar a Inovação Tecnológica no seu processo produtivo, desde a conceção ao acabamento. A adoção de um Centro de Maquinação com sistema CAD/CAM irá revolucionar a conceção do produto, quer no design das peças como das ferramentas. De modo a concretizar os novos designs são essenciais os papéis a desempenhar pelos seguintes Investimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Robotização/Automatização de Laminador de Aço Redondo, que irá permitir laminar peças maiores em varão; - Automático/Robotização de Leitura e Posicionamento de Peças, permite colocar automaticamente as peças cortadas, com a mesma orientação, nas cassetes; - Máquina Automática de Brunir Pontas à massa branca, que permitirá brunir pontas de forma automática. Em conjunto irão aumentar a qualidade do produto bem como a produtividade destas operações, além de uma melhoria de condições para o operador. <p>A Manuel Marques, Herdeiros S.A., é uma média empresa, constituída em 1963, que desenvolve atividade principal no ramo específico de cutelarias de mesa. A gama de produtos, comporta maioritariamente quatro tipo de peças: facas, colheres, garfos e loiças metálicas. Apresenta-se no mercado com a marca - Herdmar, registada a nível nacional e internacional.</p> <p>Segundo o beneficiário a diferenciação da Herdmar face aos concorrentes surge fundamentalmente pela notoriedade da própria empresa, fruto da sua antiguidade e do reconhecimento da qualidade e design dos seus produtos (sendo a marca que apresenta mais diversidade de modelos e com mais frequência no lançamento de novidades comparativamente às restantes marcas nacionais) e ainda da assídua presença nos principais certames europeus.</p> <p>A empresa visiona ser uma referência mundial no fabrico de cutelaria, contribuindo fortemente para o desenvolvimento e diferenciação do setor.</p> <p>Vide http://www.norte2020.pt/55332/empresa-centenaria-de-cutelaria-produz-mais-de-140-mil-pecas-diarias-com-o-apoio-dos-fundos-da</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		https://www.herdmar.com/pt/
3	Economia de Baixo Teor de Carbono	<p>Caraterização e ponto de situação global do Eixo:</p> <p>O EP3 veicula os apoios associados à prossecução do OT4 “Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores”. Apresenta uma dotação global de 186,8M€ (5,5% do PO), envolvendo apenas financiamento do FEDER, através das PI 4.2, 4.3, 4.5.</p> <p>As operações apoiadas neste Eixo correspondem à elaboração dos Planos de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), às operações integradas nos referidos Planos, bem como as operações de Eficiência Energética.</p> <p>Seleção de operações e execução: análise de progressos</p> <p>PI 4.3</p> <p>Na PI 4.3 “Eficiência energética nas infraestruturas públicas” foi aberto um aviso a 05-10-2016, destinado à “Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local”, ao qual, até ao seu encerramento em 13/04/2017, foram submetidas apenas 10 candidaturas, tendo sido aprovadas duas candidaturas, com um valor de Fundo de 1,4M€. Tendo-se registado um número de candidaturas insipiente em comparação com as operações inscritas nos quadros de compromissos dos PDCT, procedeu-se à abertura de novo aviso a 17/11/2017, tendo sido apoiadas 20 candidaturas, correspondentes a cerca de 6,5M€ de FEDER.</p> <p>No que se refere à eficiência energética na habitação social, foi aberto concurso durante o ano 2017, tendo no ano 2018 ocorrido a aprovação de 37 candidaturas num montante Fundo de 27,6M€.</p> <p>Apesar da aprovação de operações no decurso do ano de 2018, e de ter sido cumprido o indicador “Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado”, não foi dado cumprimento à meta estabelecida para 2018, referente ao indicador “Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos”.</p> <p>PI 4.5</p> <p>Na PI 4.5 “Mobilidade Urbana Sustentável” foram abertos os seguintes avisos:</p> <p>- PAMUS de 20-07-2015 a 31-07-2015, tendo a aprovação das candidaturas ocorrido a 07-08-2016. Contudo, esta aprovação possibilitou apenas a elaboração dos relatórios preliminares dos Planos, cujas versões finais (Relatório Final), incluindo os quadros de compromisso dos PAMUS (integrando a identificação das operações, por município, que contribuirão para a concretização dos Planos) foram aprovadas a 02-09-2016. A 31-12-2018, após reformulação das operações para ajuste aos valores efetivamente executados nas respetivas componentes contratadas, a alocação de FEDER à elaboração dos PAMUS era de 668.926€.</p> <p>Só a partir de 02-09-2016 é que estiveram reunidas as condições para a abertura dos avisos de concurso para a submissão das candidaturas das operações integradas nos PAMUS. Contudo, considerando que a elaboração dos PAMUS apresentava duas fases, a de relatório preliminar e a de relatório final, sendo que o relatório preliminar possuía já identificação de ações/operações fundamentais para o cumprimento da estratégia e objetivos do respetivo Plano, no sentido de diminuir os impactos do atraso decorrente deste procedimento de planeamento, prévio à possibilidade de submissão de candidaturas para a execução de operações, o primeiro aviso de concurso foi aberto em 01-06-2016, tendo encerrado a 03-01-2018.</p> <p>Constatando-se que não tinha sido submetida a totalidade das candidaturas das operações que integravam os quadros de compromisso dos PAMUS, foi aberto novo aviso a 16-05-2018, tendo o mesmo encerrado a 27-12-2018.</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>Foi igualmente aberto um aviso de concurso para a apresentação de candidaturas de operações enquadradas no Plano (PAMUS) e que visassem a promoção da acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida, particularmente pessoas com deficiência, aos espaços públicos, assegurando a sua mobilidade através da implementação de medidas adicionais aos requisitos mínimos estabelecidos por lei.</p> <p>Os dois concursos para este tipo de intervenções (o primeiro datando de 2016), perfazem uma oferta de Fundo de cerca de 26,5 M€.</p> <p>Foram submetidas aos dois avisos 115 candidaturas, tendo sido aprovadas 56, correspondendo a um custo total de 24,4 M€, um IE de 17,0 M€ e um FEDER de 14,4M€.</p> <p>O indicador desta PI previsto no QD corresponde ao “Número de Planos de mobilidade urbana sustentável contratados”. No final de 2018, os 7 PAMUS estavam aprovados, mas não plenamente executados (execução efetiva de operações). Uma vez que o indicador de realização considera apenas planos implementados e cada Plano integra diversas operações que estão a ser objeto de candidatura para financiamento da sua execução, este indicador só será implementado quando a totalidade das operações que integram cada Plano estiverem concluídas, até ao respetivo valor da dotação financeira.</p> <p>É de salientar que, em 31 das candidaturas das operações que integram os quadros de compromissos dos PAMUS aprovados, assumem particular relevo aos 76,9Km de “Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono (km)” que constituem um indicador não integrado no QD.</p> <p>Exemplo de Projetos e boas práticas:</p> <p>Ao nível do Eixo 3 identifica-se o projeto NORTE-03-1204-FEDER-000011, sob a designação Promoção da Eficiência Energética nos Bairros de Habitação Pública Municipal - Fase 2 - Engº Machado Vaz, promovido pelo Município do Porto. Com um Custo Total de 3.461.828,86€, um IE de 1.119.759,99€ e um apoio FEDER de 951.795,99€ (taxa de 85%), regista uma taxa de execução de 92,1%.</p> <p>Este projeto visa o bairro social Eng. Machado Vaz e integra-se numa intervenção mais global da Câmara Municipal do Porto no que diz respeito à melhoria da eficiência energética, com a consequente diminuição das emissões de carbono, dos custos energéticos e do aumento do conforto nas habitações de diversos bairros de habitação pública propriedade da Câmara Municipal do Porto e geridos pela Empresa Municipal Domus Social.</p> <p>Inclui a intervenção em 13 edifícios de habitação social, com 272 fogos (com as tipologias 64 T1, 88 T2, 88 T3 e 32 T4), através de medidas integradas de promoção da eficiência energética e racionalização dos consumos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Intervenções na envolvente opaca e na envolvente envidraçada dos edifícios; - Intervenções nos sistemas de produção de AQS sanitária e em outros sistemas técnicos; - Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia; - Intervenções nos sistemas de ventilação, iluminação e outros sistemas energéticos das partes comuns dos edifícios, que permitam gerar economias de energia; - Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis na habitação social para autoconsumo (instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária e de sistemas de ventilação com recurso a energia eólica); - Auditorias, estudos, diagnósticos e análises energéticas necessárias à realização dos investimentos e à avaliação e acompanhamento do desempenho e da eficiência energética do investimento. <p>As diversas componentes do investimento são melhor detalhadas na Memória Descritiva e nos relatórios de Auditoria Energética que integram a candidatura.</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>Da intervenção prevista resultará uma diminuição global de emissões de 58,3% (231 ton CO2/ano).</p> <p>Com a concretização do projeto, 272 agregados familiares terão o seu consumo energético (e a respetiva fatura) diminuído, o que corresponde a cerca de 100% da população residente nestes bairros, e a sua classificação energética melhorada, com acréscimos de classes energéticas de 2 níveis (em 90% dos casos) e mesmo 3 níveis (em 10% dos casos).</p>
4	Qualidade Ambiental	<p>Caraterização e ponto de situação global do Eixo:</p> <p>O EP4 veicula os apoios associados à prossecução do OT6 “Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente de recursos”. Apresenta dotação de 211,7M€ (6,3% do PO), envolvendo apenas financiamento do FEDER, através das PI 6.3 e 6.5.</p> <p>Na PI 6.5 as operações apoiadas correspondem a operações integradas nos quadros de compromisso dos Planos de Ação para a Regeneração Urbana (PARU) dos 57 municípios com centros urbanos estruturantes sub-regionais e municipais.</p> <p>O aviso para apresentação das candidaturas dos PARU foi aberto de 22-04-2016 a 30-06-2016, tendo a aprovação dos quadros de compromisso daqueles Planos ocorrido a 24-11-2016, data a partir da qual estariam reunidas as condições para a abertura do aviso de concurso para a submissão das candidaturas das operações integradas nos PARU. Contudo, no sentido de diminuir os impactos do atraso decorrente deste procedimento de planeamento, prévio à possibilidade de aprovação de candidaturas para a execução de operações, o primeiro aviso de concurso foi aberto em 01-06-2016, tendo encerrado a 03-01-2018, sendo as decisões condicionadas à aprovação dos PARU, situação que ocorreu a 24-11-2016 com a aprovação dos respetivos quadros de compromisso, sanando a condição que impedia sobre as decisões condicionadas referentes às operações que os integrassem. No decurso do ano de 2018 foi aberto novo aviso a 01-02-2018, tendo o mesmo encerrado a 27-12-2018.</p> <p>No decurso do processo de decisão dos PARU foi igualmente concretizado o montante de 2.500.000€ de Fundo a alocar ao instrumento financeiro para a reabilitação urbana (IFRRU). O acordo de financiamento foi outorgado a 13-09-2016.</p> <p>No final de 2018, a taxa de compromisso do Eixo era 62,9%, a taxa de execução de 22,9%, a que corresponde a despesa elegível executada de 57,1M, o FEDER executado de 48,4M€ e o FEDER pago de 44,9M€.</p> <p>Seleção de operações e execução: análise de progressos</p> <p>PI 6.3</p> <p>A submissão de candidaturas de operações referentes ao Património Cultural foi sujeita a prévio mapeamento aprovado pela AG em novembro de 2015, tendo obtido aprovação da CE a 10-12-2015.</p> <p>Nesta PI foram abertos 2 avisos até 31-12-2018:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1 Aviso, aberto de 08-02-2016 a 30-09-2016, no âmbito do Património Cultural, com uma dotação de 16,0M€. Por deliberação da CD de 25-05-2016, tendo em atenção a elevada procura registada nas 1ª e 2ª fases do aviso, a sua dotação foi reforçada, sendo atualmente de 44,5M€. Foram submetidas 245 candidaturas e aprovadas 52, correspondendo a um custo total de 59,1M€, um IE de 52,6M€ e um FEDER de 44,7M€; - 1 Aviso, aberto de 08-02-2016 a 31-10-2016, no âmbito do Património Natural, com uma dotação de 8,0M€. Foram submetidas 195 candidaturas e aprovadas 65, correspondendo a um custo total de 20,8M€, um IE de 18,7M€ e um FEDER de 15,9M€; - 1 Aviso, aberto de 03-04-2017 a 30-06-2017, para submissão de uma candidatura destinada à Valorização Económica e Territorial dos Caminhos de Fátima. A candidatura foi aprovada com um custo total de 0,99M€, um IE de 0,88M€ e um FEDER de 0,75M€

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>A taxa de compromisso desta PI era de 70,6%, a taxa de execução de 32,3% e a taxa de pagamento de 29,5%.</p> <p>No que se refere ao contributo para objetivos e metas do Programa, os resultados desta PI não contribuem para o QD.</p> <p>PI 6.5</p> <p>Até 31-12-2018 foram abertos 4 avisos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 2 Avisos, para submissão de candidaturas das operações integradas nos quadros de compromisso dos 57 PARU, abertos de 01-06-2016 a 03-01-2018 e de 01-02-2018 a 27-12-2018. Foram submetidas no âmbito dos dois avisos 329 candidaturas e aprovadas 205, correspondendo a um custo total de 99,4M€, um IE de 81,0M€ e um FEDER de 68,9M€; - 1 Aviso para o IF de Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020), com uma dotação de 2,5M€. Foi aprovada a candidatura submetida, esgotando o Fundo a concurso, a qual constitui um FdF que integra o IFRRU 2020. Relativamente ao atraso a 31/12/2018 na execução do IFRRU 2020, este ficou a dever "aos procedimentos administrativos prévios de licenciamento e à necessidade de Pareceres Municipais, bem como de Certificação Energética dos Edifícios" - 1 Aviso para submissão de uma candidatura da rede de medição da qualidade do ar na Região do Norte. A candidatura foi aprovada com um custo total de igual ao IE de 0,9M€ e um FEDER de 0,8M€. <p>A taxa de compromisso desta PI era de 57,7%, a taxa de execução de 16,4% e a taxa de pagamento de 15,5%.</p> <p>É ainda perceptível a consequência do atraso na aprovação dos relatórios finais dos PARU, bem como do prévio mapeamento do Património Cultural. Embora tenha sido um processo que criou condições para um melhor ajuste dos investimentos aos objetivos de implementação do NORTE 2020, devendo contribuir para uma maior celeridade da execução, assegurando compatibilização prévia entre PI e recursos financeiros disponíveis e maior garantia na qualidade dos investimentos, é ainda notória a baixa dimensão das taxas de compromisso e de execução.</p> <p>No que se refere ao contributo desta PI para objetivos e metas do Programa, os resultados desta PI que contribuem para o QD são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Indicador “Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas contratados” - no final de 2018 correspondiam a 1.072.591 m2 de espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas, representando 123,3% da meta para 2018 (74,0% da meta para 2023); - Indicador “Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas contratados” - no final de 2018 representava 81.015,56 m2 de edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas, representando 168,8% da meta para 2018 (101% da meta para 2023). <p>No caso dos indicadores “Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas” e “Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas” devido, entre outros motivos, ao processo de planeamento que conduziu à aprovação dos PARU, prévio à submissão e aprovação das candidaturas das operações integradas nos quadros de compromisso, à data dos trabalhos de preparação da reprogramação do NORTE 2020, registava-se um atraso significativo na contratação e execução das candidaturas que conduziu a uma definição contida das metas para 2018, reduzindo a sua expressão face ao inicialmente programado.</p> <p>Contudo a situação constituía já à data uma forte preocupação quer para a AG - que, junto dos promotores, envidou todos os esforços para possibilitar um acelerar dos investimentos na PI 6.5 -, quer para os promotores das operações.</p> <p>Considerando ser 2019 o ano correspondente à avaliação intercalar do NORTE 2020, reportada a 31-12-2018, e ao cumprimento do QD, registou-se um esforço no sentido da contratação de operações e na aceleração da sua execução, tendo o mesmo resultado no</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>ultrapassar de alguns dos compromissos que haviam sido assumidos em sede da reprogramação do Programa.</p> <p>Exemplo de Projetos e boas práticas:</p> <p>Ao nível do Eixo 4 identifica-se o projeto NORTE-04-2114-FEDER-000227, sob a designação Da Serra d'Arga à Foz do Âncora, desenvolvido pela parceira entre os Municípios de Caminha, Viana de Castelo e Ponte de Lima, cujo âmbito territorial incidirá sobre o SIC PTCON0039 - Serra d'Arga. Com um Investimento Total de 347.822,54€, um IE de 347.822,54€ e um apoio FEDER de 295.649,16€ (taxa de 85%), regista já uma taxa de execução de 90,0%.</p> <p>Este projeto tem como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atualizar o conhecimento sobre o território nas suas diferentes variáveis: paisagem, flora, fauna, geologia, património cultural e imaterial, serviços dos ecossistemas, dinâmica turística e socio economia; no conjunto do território gerido localmente pelos três Municípios; - Promover turisticamente (turismo de natureza) o território e divulgar os seus valores naturais, culturais e paisagísticos; - Promover a interpretação dos trilhos existentes no território, divulgando os valores florísticos, faunísticos, geológicos, paisagísticos e imateriais; - Utilizar as tecnologias de informação para aumentar a visibilidade do território e da Região Norte e do seu património natural junto dos visitantes e nos mercados nacionais e internacionais; - Desenvolver um Plano de Comunicação, que inclui a organização de iniciativas de comunicação, informação e sensibilização associadas à proteção e conservação do património natural da Serra d' Arga e programas e ações estratégicos de desenvolvimento do turismo de natureza; - Associar o território a uma marca, que permitirá a definição dos objetivos a atingir pelo plano de comunicação, a segmentação dos públicos-alvo e, por fim, determinar as ações e instrumentos de comunicação a utilizar na abordagem, numa lógica de promoção e posicionamento no mercado; - Fundamentar a posterior criação da Paisagem Protegida de Âmbito Regional, abrangendo a área em estudo, como forma de qualificação e desenvolvimento da oferta integrada de serviços e promoção da área e de assegurar a proteção e a reposição dos serviços dos ecossistemas, após a conclusão da operação; - Reforçar a cooperação institucional entre a administração local, regional e central na gestão conjunta do território. <p>Os três Municípios, tendo em vista melhorar o conhecimento e a promoção do território nos termos do aviso, identificaram as seguintes tipologias de ações como as mais relevantes:</p> <ol style="list-style-type: none"> (1) Elaboração dos Atlas da Flora, Fauna e Geologia (levantamentos florísticos, faunísticos e do património geológico); (2) Elaboração de Estudos de Caracterização da Paisagem (de acordo com a Convenção Europeia da Paisagem); (3) Elaboração de estudo de avaliação dos serviços de ecossistemas e de valorização da infraestrutura verde; (4) Interpretação de trilhos "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora" e APP para smartphone (descrição de pontos de interesse ao nível da flora, fauna, geologia, paisagismo e património cultural e imaterial). <p>A apresentação dos trabalhos desenvolvidos ocorreu a 30-04-2019 para o público-alvo (jornalistas) e a 22-05-2019 para público especialista.</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>https://www.luso.eu/noticias/portugal/3574-logo-e-marca-da-serra-de-arga-ja-foi-apresentada.html</p> <p>https://correiodominho.pt/noticias/ponte-de-lima-municipios-promovem-serra-d-arga-como-referencia-da-paisagem/117303</p> <p>https://www.jn.pt/local/noticias/viana-do-castelo/viana-do-castelo/interior/tres-municipios-unidos-para-classificar-a-serra-darga-como-area-protegida-10849940.html)</p>
5	Sistema Urbano	<p>Caraterização e ponto de situação global do Eixo:</p> <p>O EP5 veicula os apoios associados à prossecução do OT4 “Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores”, do OT6 “Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente de recursos” e do OT9 “Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação”. Apresenta uma dotação de 422,6M€ (12,5% do PO), envolvendo apenas financiamento do FEDER.</p> <p>As operações apoiadas neste Eixo correspondem aos projetos que integram os PEDU da Região do Norte, mobilizando 3 PI. A PI 4.5 (OT4) com uma dotação de 171,0M€, a PI 6.5 (OT6) com uma dotação de 173,5M€ e a PI 9.8 (OT9) com uma dotação de 78,1M€. Ou seja, a dotação total deste Eixo encontra-se alocada aos PEDU.</p> <p>O processo de análise e aprovação dos PEDU decorreu no primeiro semestre de 2016, tendo a maioria dos respetivos contratos de financiamento sido outorgados a 31-05-2016.</p> <p>No decurso do processo de decisão foi igualmente ajustado para 12,0M€ o valor de Fundo a alocar ao IFRRU 2020, cujo acordo de financiamento foi outorgado a 13-09-2016.</p> <p>O aviso para submissão das candidaturas dos PEDU, aberto de 22-06-2015 a 30-09-2015, permitiu a submissão das 29 candidaturas que só vieram a ser aprovadas em maio de 2016, altura a partir da qual estiveram reunidas as condições que possibilitavam a abertura de avisos.</p> <p>Seleção de operações e execução: análise de progressos</p> <p>PI 4.5, 6.5 e 9.8</p> <p>Até 31-12-2018 foram abertos 12 avisos correspondentes à dotação total do Eixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 9 Avisos para submissão de candidaturas integradas nos quadros de compromisso dos 29 PEDU aprovados. Foram submetidas 492 candidaturas e aprovadas 292, correspondendo a um custo total de 368,5M€ (PI 4.5 - 114,5M€, PI 6.5 - 187,2M€, PI 9.8 - 66,8M€), um IE de 268,5M€ (PI 4.5 - 79,8M€, PI 6.5 - 130,1M€, PI 9.8 - 58,7M€) e um apoio FEDER, à taxa de 85%, de 227,5M€ (PI 4.5 - 67,8M€, PI 6.5 - 110,1M€, PI 9.8 - 49,6M€); - 2 Avisos para o IFRRU 2020, 1 na PI 6.5 com dotação de 8,9M€ e outro na PI 9.8 com dotação de 3,1M€. Foram aprovadas as duas candidaturas submetidas, esgotando o Fundo a concurso; - 1 Aviso para submissão de candidaturas da Acessibilidade Inclusiva: + Acesso, com dotação de 2,5M€, visando a promoção da acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida, particularmente pessoas com deficiência, aos espaços públicos, assegurando a sua mobilidade através da implementação de medidas adicionais aos requisitos mínimos estabelecidos por lei. <p>No final de 2018, a taxa de compromisso nos PEDU era de 56,7% e a execução de 14,2%, correspondente a uma despesa elegível executada de 70,3M€, um FEDER executado de 60,0M€ e um FEDER pago de 54,5M€.</p> <p>Esta situação de taxas de compromisso e execução ainda baixas é o reflexo do atraso na aprovação dos PEDU cujo aviso só foi aberto no 2.º semestre de 2015. As candidaturas tinham elevado grau de complexidade, prevendo uma decisão em duas fases, envolvendo a necessidade de pareceres de diversas entidades (IHRU, IMT e DGT), situação que conduziu a que a 1.ª fase apenas tivesse decisão em abril de 2016 e, a 2.ª, um mês depois. Embora este</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>processo tenha estado na origem do atraso na execução das operações, permitiu aos municípios pensar estrategicamente a cidade, envolver atores relevantes e a população, num exercício de cidadania que permite fazer melhor cidade, reforçar competências técnicas e assegurar mais visão política na perspetiva dos desafios de futuro das cidades, mais inteligentes, sustentáveis e inclusivas. Contribui este exercício de planeamento para um sistema urbano regional mais coeso e competitivo, assim como foram criadas condições para um melhor ajuste dos PEDU com os objetivos de implementação do NORTE 2020.</p> <p>No que se refere ao contributo para objetivos e metas do Programa, as operações deste Eixo contribuem para os seguintes indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Na PI 4.5, para o indicador “Planos de mobilidade urbana sustentável implementados”, previsto no QD, contribuem apenas os 17 municípios da Área Metropolitana do Porto, tendo o mesmo sido cumprido a 100%; <p>Ainda nesta PI é de salientar que em 83 das candidaturas das operações que integram os quadros de compromissos dos 29 PEDU aprovados, assumem particular relevo os 190Km de “Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono (km)” que constituem indicador do PO não integrado no QD.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nas PI 6.5 e 9.8, contribuem para o QD: <p>Indicador “Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas” - A 31/12/2018 encontravam-se contratados 1.371.749,85m² de espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas, representando 124,5% da meta para 2018 (76,4% da meta para 2023), As operações concluídas representam 424.661,89m² de espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas, representando 1.213,3% da meta para 2018 (22,7% da meta para 2023). Na definição da meta para 2018 ocorreu um lapso, na medida em que a previsão era de atingir os 350.000m² de “Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas”, mantendo uma proporção de cerca de 20% com a meta para 2023, à semelhança do procedimento utilizado para PI 6.5 no EP4. Considerando o valor correto de 350.000m², a meta seria cumprida a 121,3%</p> <p>Indicador “Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas” - No final de 2018 encontravam-se contratados 181.790,65m² de edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas, representando 157,0% da meta estabelecida para 2018 (94,1% da meta de 2023). As operações concluídas traduzem-se na intervenção em 42 017,85 m² de edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas, representando 765,4% da meta estabelecida para 2018 (21,8% da meta de 2023).</p> <p>No caso dos indicadores “Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas” e “Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas” devido, entre outros motivos, ao processo de planeamento que conduziu à aprovação dos PEDU, prévio à submissão e aprovação das candidaturas das operações integradas nos quadros de compromisso, à data dos trabalhos de preparação da reprogramação do NORTE 2020, registava-se um atraso significativo na contratação e execução das candidaturas que conduziu a uma definição contida das meta para 2018, reduzindo a sua expressão face ao inicialmente programado.</p> <p>Contudo a situação constituía já à data uma forte preocupação quer para a AG - que, junto dos promotores, envidou todos os esforços para possibilitar um acelerar dos investimentos nas PI 6.5 e 9.8 -, quer para os promotores das operações.</p> <p>Considerando ser 2019 o ano correspondente à avaliação intercalar do NORTE 2020, reportada a 31/12/2018, e ao cumprimento do QD, registou-se um esforço no sentido da contratação de operações e na aceleração da sua execução, tendo o mesmo resultado no ultrapassar de alguns dos compromissos que haviam sido assumidos em sede da reprogramação do Programa.</p> <p>Instrumentos Financeiros</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>No IF da Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU2020) verificou-se um forte crescimento da Procura, que se foi acentuando ao longo do ano.</p> <p>A maioria das operações contratadas terão como utilização predominante do imóvel - após a intervenção - a Habitação e Arrendamento e também o desenvolvimento da atividade económica de Turismo. Nas 10 operações já apoiadas com FEEI o valor de investimento é de cerca de 7M€, o que traduz uma alavancagem de 1€ de FEEI para 7€ de Investimento Privado.</p> <p>Exemplo de Projetos e boas práticas:</p> <p>Ao nível do Eixo 5 identifica-se o projeto NORTE-05-2316-FEDER-000005, sob a designação Reconversão de unidades industriais abandonadas - Real Vinícola, promovido pelo Município de Matosinhos. Com um Custo Total de 3.393.956,80€, um IE de 3.195.745,20€ e um apoio FEDER de 2.716.383,42€ (taxa de 85%), regista já uma taxa de execução de 100%.</p> <p>Este projeto contempla a reabilitação e reconversão do edifício emblemático do complexo industrial da Real Companhia Vinícola, do final do século XIX, que se encontrava em estado de degradação avançado, a ameaçar ruína, e que foi transformado num espaço âncora para o desenvolvimento de toda a zona de Matosinhos de Sul, assente num projeto cultural multifuncional para acolher a Associação Casa da Arquitetura-Centro Português de Arquitetura e a Orquestra de Jazz de Matosinhos.</p> <p>Devido à diferença de maturidade nos projetos, ao condicionalismo financeiro e à urgência das obras de consolidação e restauro do edificado, consequência do estado de degradação em que o edifício se encontrava, definiu-se um modelo de intervenção faseado, correspondendo, a primeira das intervenções, ao projeto de reabilitação integral do edifício, a que corresponde esta operação “Reabilitação do Edifício da Real Vinícola - 2ª Fase” na perspetiva de consolidação estrutural do edificado, tratando-se de uma intervenção de urgência para preservar o mais antigo, emblemático e histórico edifício industrial da zona, classificado como monumento de interesse público e ZEP; uma outra intervenção, subsequente a esta e não considerada na presente operação, terá como objetivo a adaptação dos espaços reabilitados à sua funcionalidade futura, tratando-se de despesas de instalação necessárias para o funcionamento da ACA, da OJM e de outros espaços de utilização coletiva e/ ou de natureza comercial, numa perspetiva de criar economias de proximidade, complementaridade de atividades, diferenciação de oferta, dinamização da atividade económica e escala de intervenção regional. Esta complementaridade de usos tem como objetivo atrair uma grande diversidade de utilizadores, para que a praça interior do quarteirão ganhe vida própria e se transforme num espaço público dinâmico, e ao mesmo tempo de memória histórica, que sirva a população de Matosinhos-Sul, da cidade e todos aqueles que nos visitam.</p> <p>A recuperação deste edifício emblemático e de memória Matosinhense vai representar a maior referência no processo de regeneração urbana que se pretende desenvolver na zona, podendo ser referenciado como uma “intervenção cirúrgica” no tecido urbano, com forte poder de contágio na área envolvente, que se espera indutor na reabilitação do edificado e na criação de dinâmicas de desenvolvimento económico associadas à fileira das industriais criativas.</p> <p>http://www.cm-matosinhos.pt/cm-matosinhos/uploads/writer_file/document/17024/Real_Vinicola_modelo_web.pdf</p> <p>http://www.cm-matosinhos.pt/frontoffice/pages/242?news_id=5133</p>
6	Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores	<p>Caraterização e ponto de situação global do Eixo:</p> <p>O EP6 veicula os apoios associados ao OT8 “Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores”. Apresenta dotação global de 227,3M€ (6,7% do PO), com financiamento do FEDER (79,5M€), que representa 2,9% deste fundo no PO, bem como do FSE, com 147,7M€ (22,4% deste fundo). As dotações em causa incluem o reforço de 10M€ FSE e 22M€ FEDER em resultado da reprogramação do NORTE 2020.</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>Estes objetivos corporizam-se no apoio a várias tipologias de ação, no âmbito das PI mobilizadas:</p> <p>PI 8.1 (FSE) - Estágios profissionais na Administração Local;</p> <p>PI 8.3 (FSE) e 8.8 (FEDER) – (i) Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas e (ii) criação de emprego por conta própria e de empresas e microempreendedorismo, sob a forma de subvenções e instrumentos financeiros;</p> <p>PI 8.5 (FSE) – (i) Formação para a inovação empresarial (Formação Profissional associada aos Sistemas de Incentivos e Ações Coletivas) e (ii) Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas;</p> <p>PI 8.9 (FEDER) - Valorização dos recursos endógenos em territórios específicos.</p> <p>O Programa prevê uma especial articulação entre as PI 8.3 e 8.8 que concorrem para um mesmo objetivo específico e que originam, pelo menos em parte, as mesmas operações, com a devida segregação das elegibilidades FEDER (apoio ao investimento) e FSE (apoio ao emprego). Após a reprogramação, a PI 8.3 (FSE) mobilizará não apenas os apoios à criação e manutenção de postos de trabalhos mas também o incentivo ao investimento físico indispensável para a criação líquida de emprego e para a sua sustentabilidade.</p> <p>A reprogramação alargou ainda as entidades beneficiárias da tipologia “Inserção de recursos humanos altamente qualificados” e ajustou as metas.</p> <p>No final de 2018, este Eixo tinha uma taxa de compromisso de 10,9% (25,1% FEDER; 5,2% FSE) e uma taxa de execução 0,9% (1,7% FEDER e 0,5% FSE), pelas razões que abaixo se explicita.</p> <p>Assim, no que respeita ao QD, foram cumpridos os objetivos intermédios físicos e financeiros associados ao FEDER, não tendo sido possível cumprir as metas na vertente FSE.</p> <p>Seleção de operações e execução: análise de progressos</p> <p>PI 8.1 (FSE)</p> <p>Até ao final de 2016, a tipologia “Estágios profissionais na Administração Local” foi financiada pelo PO ISE, transitando a elegibilidade para os POR em 2017. A publicação de um aviso, entretanto preparado, aguarda estabilização, pela tutela, do enquadramento normativo da sexta edição do PEPAL (2ª fase), não se prevendo dificuldades no cumprimento das metas dos indicadores de realização e resultado definidas para 2023.</p> <p>PI 8.3 (FSE) e PI 8.8 (FEDER)</p> <p>Estabilizado o enquadramento regulamentar do “Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego” (SI2E), apenas publicado em março de 2017, e definidas as condições de operacionalização, o lançamento da generalidade dos avisos ocorreu em meados de 2017.</p> <p>Foram publicados 20 avisos, com 2245 candidaturas submetidas (982 FSE e 1263 FEDER), tendo sido aprovadas apenas 123 (55 FSE e 68 FEDER), permanecendo as restantes em análise. O fundo solicitado (96 M€) ultrapassa muito a dotação (15,5 M€) no caso do FEDER e fica aquém no caso do FSE (27,6 M€ a concurso e 22,4 M€ solicitado). O enquadramento nos domínios prioritários da RIS3 e respetivos racionais é considerado critério preferencial na seleção dos projetos.</p> <p>O elevado nº de candidaturas apresentadas, a natureza plurifundo dos projetos e a tramitação em dois sistemas de informação distintos, bem como a necessidade de apropriação e de harmonização das regras e dos procedimentos entre as 28 entidades gestoras e com as restantes AG dos POR que conduziram ao lançamento mais tardio dos avisos, explicam a morosidade do processo de seleção. Foi criado um grupo de trabalho coordenado pela SEDR, com a participação da ADC e das AG, para monitorização regular e adoção de medidas de simplificação. Este acompanhamento surtiu um efeito considerável no ritmo de decisão mas não suficiente para permitir o arranque da execução e a validação</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>da despesa de um nº significativo de projetos em 2018. Refira-se, ainda, várias ações de capacitação e esclarecimento destinadas às entidades gestoras, bem como a elaboração de um manual de procedimentos de análise de candidaturas específico do S12E.</p> <p>Como se previa, a elevada procura, o aumento dos custos unitários do S12E e a redução do desemprego originaram um rápido esgotamento das verbas FEDER na generalidade dos territórios, registando-se uma menor procura dos apoios FSE.</p> <p>Pelos motivos acima referidos, não foi possível cumprir as metas de 2018 do QD: “Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego” (250). Não havendo operações concluídas, também não foi apurado o indicador “Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio” (70%).</p> <p>Espera-se que a aprendizagem ocorrida, a continuidade do referido plano e o lançamento de novos avisos permitam colmatar estes atrasos e dar por cumpridos os objetivos e as metas fixadas para 2023.</p> <p>PI 8.5 (FSE)</p> <p>. Formação para a inovação empresarial: 19 Avisos dos SI às Empresas que contemplam apoios FSE a ações de formação no contexto empresarial em projetos de investimento integrados - 1469 candidaturas submetidas e 662 aprovadas (6,8 M€ FSE). A progressão na execução mantém-se pouco expressiva em 2018, representando o fundo pago cerca de 12% do montante aprovado.</p> <p>Esta tipologia contribui para o indicador “Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial”, registando-se, até final de 2018, 2195 participantes, não tendo sido possível apurar o indicador de resultado “Trabalhadores que se consideram mais aptos para a inovação e gestão após a frequência da formação”. No que respeita aos ICC de resultado, o inquérito realizado permitiu apurar que 45,9% dos participantes consideram ter uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação na formação (H=50,3%; M=38,2%).</p> <p>Os apoios à formação para a inovação empresarial são complementares aos veiculados pelos Sistemas de Incentivos estabelecidos no EP2, nomeadamente no que respeita ao enquadramento na RIS3, aplicando-se também nestes apoios os princípios específicos desse Eixo.</p> <p>. Inserção de RH altamente qualificados nas empresas: Foram publicados 4 avisos. Os 2 avisos iniciais apoiavam a contratação de doutorados e pós-doutorados (1 para PME e 1 para empresas Não PME). O enquadramento nos domínios prioritários da RIS3 foi considerado condição de elegibilidade nos dois avisos iniciais e critério de seleção dos projetos nos dois avisos mais recentes.</p> <p>Foram apresentadas apenas 15 candidaturas (1,5 M€ FSE) e aprovadas 6 (0,4 M€), com 7% do fundo a concurso. O atraso na aprovação e as dificuldades subsequentes na execução de algumas operações explicam a incipiente taxa de execução física e financeira verificada no final de 2018.</p> <p>As características setoriais e de dimensão das empresas da RN, a complexidade dos avisos e a insuficiente promoção terão sido os principais fatores explicativos da baixa procura. Assim, procedeu-se à simplificação e harmonização dos critérios de seleção e dos termos dos avisos dos vários PO financiadores, e a AG preparou uma estratégia de divulgação, com o apoio de meios de comunicação social e da Agência de Inovação. Foi ainda preparado um guião de apoio para os beneficiários desta TO.</p> <p>No final de 2018, foram publicados 2 novos avisos destinados a PME e a Laboratórios Colaborativos (CoLab). Está ainda previsto para 2019 um novo aviso destinado a outras entidades sem fins lucrativos.</p> <p>Esta tipologia tem como indicador específico de realização “Pessoal altamente qualificado contratado” (580 pessoas, em 2023) e como indicador de resultado “Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontra empregado em empresas 6 meses</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>após o apoio” (65%, em 2023). O cumprimento da meta de realização exigirá um claro e decisivo esforço de mobilização da procura e o incremento das aprovações, prevendo-se que o alargamento das entidades acolhedoras e o esforço de divulgação permitam uma aproximação às metas definidas.</p> <p>PI 8.9 (FEDER)</p> <p>A dotação indicativa desta PI está ventilada pelas 5 Estratégias de Eficiência Coletiva PROVERE reconhecidas neste período de programação. Este processo decorreu em dois momentos: o 1.º, concluído em 28-09-2017, resultou no reconhecimento de 3 EEC PROVERE; o 2.º, concluído em 08-10-2018, resultou no reconhecimento das restantes 2 EEC.</p> <p>Cada EEC é constituída por um Programa de Ação, dispondo de projetos âncora e de projetos complementares, sendo os primeiros exclusivamente cofinanciáveis pela PI 8.9.</p> <p>Em 2018 foram lançados 2 avisos para operações que materializam os Programas de Ação das EEC, com dotação de 32,4M€. Das 82 candidaturas, até 31-12-2018 encontravam-se aprovadas 29 com IE de 15,8M€ e FEDER de 10,5M€.</p> <p>Apesar do atraso verificado, o desempenho desta PI foi determinante para o cumprimento do QD FEDER do Eixo 6, quer para o indicador financeiro (181,3%), quer para os dois indicadores físicos, em que a taxa de cumprimento atingiu 100%.</p> <p>Exemplo de Projetos e boas práticas:</p> <p>Ao nível do Eixo 6 identifica-se o projeto NORTE-06-3928-FEDER-000077, sob a designação Ponte Pedonal Suspensa sobre o Rio Paiva, promovido pelo Município de Arouca. Com Custo Total e IE de 1.801.818€ e apoio FEDER de 800.000€ (taxa de 44%), regista uma taxa de execução de 46,3%.</p> <p>Esta ponte integrará a rede de vias pedonais já existente, onde se incluem os reconhecidos “Passadiços do Paiva”. Terá um vão de cerca de 516m e uma altura do rio Paiva de 175m. Está em causa a valorização e dinamização de um recurso endógeno amplamente reconhecido na região e no Município de Arouca, em particular, - o rio Paiva - enquanto recurso endógeno com características únicas e diferenciadoras, capaz de alavancar um elevado número de atividades económicas relacionadas com o turismo ativo, o geoturismo e o ecoturismo. Está em causa uma estrutura que criará emprego e permitirá oferecer múltiplas, diversificadas e articuladas ofertas de produtos e serviços turísticos, capazes de diversificar e qualificar a oferta, mobilizar a procura e dinamizar a economia local, designadamente o investimento privado.</p> <p>https://nit.pt/out-of-town/back-in-town/a-maior-ponte-pedonal-suspensa-do-mundo-esta-nascer-em-arouca</p> <p>https://www.jn.pt/local/noticias/aveiro/arouca/interior/alpinistas-ja-trabalham-na-ponte-suspensa-de-arouca-10956636.html</p>
7	Inclusão Social e Pobreza	<p>Caraterização e ponto de situação global do Eixo:</p> <p>O EP7 veicula os apoios associados à prossecução do OT9 “Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação”. Apresenta uma dotação de 340,4M€ (10,1% do PO), com financiamento de ambos os FEEL. O FEDER com 129,9M€ (4,8% deste fundo no PO); o FSE com 210,6M€ (31,9% deste fundo no PO). As dotações em causa incluem o reforço de 50M€ FSE e 72,6€ FEDER resultante da reprogramação do NORTE 2020.</p> <p>Esta reprogramação transferiu para este Eixo o apoio aos Programas TEIP e +Superior, passando a ser também incluídos na vertente contratualizada da PI 9.1 os apoios à tipologia “Cultura para todos”, anteriormente veiculados pelo POISE. Assim, os objetivos deste Eixo corporizam-se no apoio às seguintes tipologias de ação, no âmbito das PI mobilizadas:</p> <p>PI 9.1 (FSE) – (i) Abordagens integradas para a inclusão ativa; (ii) Contratos de Emprego Inserção (CEI e CEI+); (iii) Cultura para Todos, (iv) Programa TEIP; (v) Programa + Superior;</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>PI 9.6 (FSE) e 9.10 (FEDER) – (i) Intervenções de desenvolvimento socioeconómico de base local; (ii) Desenvolvimento socioeconómico de base local;</p> <p>PI 9.7 (FEDER) – (i) Equipamentos da saúde e (ii) Equipamentos sociais.</p> <p>O Programa prevê uma especial articulação entre as PI 9.6 e PI 9.10 que concorrem para um mesmo objetivo específico associado ao DLBC, com a devida segregação das elegibilidades FEDER (apoio ao investimento) e FSE (apoio ao emprego). Após a reprogramação, a PI 9.6 mobilizará não apenas os apoios à criação e manutenção de postos de trabalhos mas também o incentivo ao investimento físico indispensável para a criação líquida de emprego e para a sua sustentabilidade.</p> <p>No final de 2018, este Eixo apresentava taxas de compromisso de 25,1% no FEDER e de 27,5% no FSE, sendo de 4,8% e de 20,5% as correspondentes taxas de execução. Para esta última, contribui sobretudo a tipologia CEI e CEI+, determinante para o cumprimento das metas físicas e financeiras do QD no que respeita ao FSE.</p> <p>Seleção de operações e execução: análise de progressos</p> <p>PI 9.1 (FSE)</p> <p>. Abordagens integradas para a inclusão ativa: Publicado 1 aviso com a dotação de 11 M€ FSE, visando promover iniciativas de inclusão social nos municípios da RN com mais de 400 fogos de habitação social. Foram aprovadas as 12 candidaturas, com um IE de 10,3 M€ e 8,8 M€ de FSE. Apesar de estas operações já registarem execução física, apenas foi possível validar pedidos de reembolso de 1 das operações.</p> <p>Atendendo à avaliação dos resultados do primeiro aviso e à identificação das principais necessidades ainda a colmatar, foi preparado um novo aviso que só foi possível publicar em 2019.</p> <p>Não se prevê dificuldades no cumprimento da meta do indicador de realização associado a esta tipologia (34 “Projetos de inovação e experimentação social apoiados”, até 2023). Esta tipologia não contribui para os indicadores do quadro de desempenho do NORTE 2020.</p> <p>. Contratos de Emprego Inserção (CEI e CEI+): A dotação indicativa desta tipologia está abrangida pela contratualização com as CIM/AMP, no âmbito dos PDCT, sendo beneficiário único o Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP, enquanto responsável pela execução da política pública subjacente (BREPP).</p> <p>Foram publicados 2 avisos, com um fundo associado de 55,2M€, tendo sido apresentadas e aprovadas 16 operações, das quais 8 já concluídas. A execução acumulada no final de 2018 ascendia a 43 M€ de FSE (50,8 M€ de IE), tendo associados 24 933 participantes em ações de trabalho socialmente necessário, todos desempregados. No que respeita aos ICC de resultado, apurou-se que 40,7% dos participantes têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação (H=34,9%; M=44,4%), aproximando-se da meta fixada para 2023 (42%). Este resultado é bastante positivo, dados os constrangimentos à contratação de colaboradores enfrentados pela maioria das entidades públicas. Menos positiva é a taxa de empregabilidade equivalente registada nos subgrupos dos participantes desfavorecidos (T=22,1%; H=22,1%; M=22,3€) e dos que têm mais de 54 anos (T=18,8€; H=17,4€; M=21%).</p> <p>PI 9.6 (FSE) e 9.10 (FEDER)</p> <p>A dotação indicativa associada a estas PI (62,8 M€, dos quais 40,6 M€ FSE e 22,2 M€ FEDER) está abrangida pela contratualização com os GAL, no âmbito das 21 Estratégias de Desenvolvimento Local (DLBC) aprovadas: 16 rurais, 3 urbanas e 2 costeiras. A intervenção está focalizada no empreendedorismo, na criação de empresas e do próprio emprego e no emprego, através dos apoios a projetos S12E. Contudo, os DLBC Urbanos preveem também intervenções de promoção do sucesso escolar e combate ao abandono.</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>. S1ZE (PI 9.6 e 9.10)</p> <p>Estabilizado o enquadramento regulamentar do “Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego” (S1ZE), apenas publicado em março de 2017, e definidas as condições de operacionalização, o lançamento da generalidade dos avisos ocorreu em meados de 2017.</p> <p>Até ao final de 2018 foram publicados 50 avisos, com 1386 candidaturas submetidas (635 FSE e 751 FEDER), tendo sido aprovadas apenas 182 (84 FSE e 98 FEDER), permanecendo as restantes em análise. O fundo solicitado (27 M€) ultrapassa muito a dotação a concurso (11,4 M€) no caso do FEDER e fica aquém no caso do FSE (8,3M€ solicitado para 17,6M€ a concurso).</p> <p>Salienta-se a significativa procura do S1ZE, em especial nos territórios dos DLBC rurais. Como se previa, a elevada procura, o aumento dos custos unitários do S1ZE e a redução do desemprego originaram um rápido esgotamento do FEDER na generalidade dos territórios, registando-se uma menor procura dos apoios FSE. No caso dos DLBC urbanos e costeiros, deverão ser revistas as condições de operacionalização destes apoios, porventura excessivamente restritivas.</p> <p>As PI em causa não têm metas físicas associadas ao QD.</p> <p>Pelos motivos identificados no Eixo 6 (S1ZE – PI 8.3 e 8.8), no período em apreço apenas foi possível validar reembolsos de um nº residual de operações, sendo apenas 2 as “Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego”. Não havendo operações concluídas, também não foi apurado o indicador específico de resultados (50% de “Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio”). Tiveram também aplicação no âmbito destas PI as medidas adotadas na gestão do S1ZE já identificadas no EP6.</p> <p>Espera-se que a aprendizagem ocorrida, a continuidade do plano de acompanhamento e o lançamento de novos avisos permitam colmatar estes atrasos, não colocando em causa os objetivos e as metas fixadas para 2023.</p> <p>No S1ZE, o enquadramento nos domínios prioritários da RIS3 e respetivos racionais é considerado critério preferencial na seleção dos projetos.</p> <p>. Promoção do sucesso educativo e combate ao abandono nos DLBC Urbanos (PI 9.6)</p> <p>No final de 2018 foram publicados 3 avisos, com uma dotação a concurso de 3,5M€, com encerramento já em 2019.</p> <p>PI 9.7 (FEDER)</p> <p>A taxa de compromisso da PI 9.7 era de 27,1%, registando-se uma taxa de execução de 5,6% e uma taxa de pagamento de 5,1%.</p> <p>Na PI 9.7, apesar do cumprimento do indicador “Equipamentos sociais e de saúde apoiados” a 100% e “Equipamentos sociais e de saúde contratados” a 95%, o indicador financeiro, referente à Despesa Certificada foi apenas cumprido a 26,1%, por duas ordens de razão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Equipamentos de saúde: apesar das operações terem sido aprovadas e contratadas entre maio de 2016 e março de 2017, não foi possível aos promotores dar início às operações, em virtude do atraso (em parte dos casos, até à presente data) na obtenção de cabimento orçamental da verba referente à contrapartida nacional, por parte do Ministério das Finanças, impedindo o início dos procedimentos para a contratação pública das empreitadas; - Equipamentos sociais: devido a atrasos vários, nomeadamente na aprovação do mapeamento respetivo que veio a ocorrer apenas em setembro de 2017, fazendo com que os avisos de concurso apenas viessem a ser abertos em 07/02/2018, exigindo os mesmos que, para aprovação de candidaturas fosse obrigatório o parecer do ISS, IP.

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>A AG do NORTE2020 solicitou ao ISS, IP os pareceres das candidaturas submetidas a partir de 24/07/2018, tendo obtido os primeiros pareceres a 10/12/2018, situação que não permitiu a execução de operações no decurso do ano de 2018.</p> <p>Na atualidade a situação encontra-se regularizada, entendendo-se que a dificuldade foi ultrapassada.</p> <p>Exemplo de projetos e boas práticas:</p> <p>Ao nível do Eixo 7 identificam-se, a título ilustrativo, os seguintes projetos:</p> <p>. NORTE-07-4842-FEDER-000014, sob a designação Remodelação da Unidade de Saúde da Feira Nova, promovido pela Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. (PI 9.7). Com um Custo Total de 726.121€, um IE de 665.800€ e um apoio FEDER de 565.930€ (taxa de 85%), regista já uma taxa de execução de 100%.</p> <p>Este projeto consiste na remodelação de edifício de unidade de saúde de cuidados de saúde primários no lugar da Feira Nova, na freguesia de Bem Viver, no concelho de Marco de Canaveses, de modo a dotar a população abrangida de equipamento, estimada em 7.200 habitantes, com as condições físicas adequadas e necessárias à prestação de cuidados de qualidade e ajustadas à atual arquitetura de organização de cuidados.</p> <p>Constituem objetivos da operação: (i) melhoria das condições físicas e funcionais para utentes e profissionais, proporcionando à população, melhor acesso, mais qualidade e mais humanização dos cuidados de saúde; (ii) melhoria das condições de gestão para uma resposta às necessidades mais racional e eficiente.</p> <p>. NORTE-07-5141-FEDER-000013 e NORTE-07-4740-FSE-000005, sob a designação Baguy – revitalizar os saberes tradicionais com inovação e design, promovido por Ana & Bárbara, Lda. (PI 9.6 e 9.10). Com apoio ao investimento de 24.797,49€ FEDER e 35.454,08€ FSE, permitirão a criação líquida e o apoio a 6 postos de trabalho.</p> <p>O presente projeto visa a criação da microempresa Ana & Bárbara, Lda., tendo como objetivos: confeccionar peças de elevado valor acrescentado; revitalizar as artes e ofícios tradicionais, com a inovação e o design; atingir o segmento de excelência, inovação e qualidade; promover uma estratégia sustentada de aproximação aos clientes, atendendo às suas especificidades; maximizar a utilização das novas ferramentas de gestão e de tecnologia da informação, apostando no marketing digital; conquistar o mercado nacional e penetrar em vários mercados externos; e criar postos de trabalho.</p>
8	Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida	<p>Caraterização e ponto de situação global do Eixo:</p> <p>O EP8 veicula os apoios do OT10 “Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida”.</p> <p>Apresenta uma dotação de 451,4M€ (13,4% do PO), com ambos os FEEI: o FEDER, com uma dotação de 177,8M€ (6,5 % deste fundo no PO); o FSE, com 273,7M€ (41,5% deste fundo). As dotações em causa incluem o reforço de 10,6M€ FSE, (resultado líquido da transferência dos TEIP e do +Superior para a PI 9.1 e do reforço associado ao financiamento exclusivo da formação avançada, antes partilhada com o POCH), bem como de 5 € FEDER.</p> <p>As tipologias de ação destas PI são aqui identificadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> . PI 10.1 (FSE) - Abandono escolar: PIICIE e TEIP . PI 10.2 (FSE) - Ensino superior: Cursos TeSP, Programas de Doutoramento e Programa +Superior . PI 10.4 (FSE) - Orientação para o mercado de trabalho: CET . PI 10.5 (FEDER) - Infraestruturas de educação e formação. <p>No final de 2018, este Eixo tinha taxas de compromisso de 46,4% (FSE) e 77,9 % (FEDER) e taxas de execução de 14,1% no FSE e 23,9% no FEDER, cumprindo-se as metas do QD de ambos os fundos.</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>Seleção de operações e execução: análise de progressos</p> <p>PI 10.1 (FSE)</p> <p>. Programas TEIP, +Sucesso e PIEF: Foi aberto um primeiro aviso (44 M€ FSE). Candidataram-se e foram aprovados projetos dos 49 agrupamentos TEIP da RN (43,4 M€ FSE). As operações tiveram a sua conclusão física em 2018, com parte da execução financeira que ascende a 32 M€. O apoio a esta TO é descontinuada na PI 10.1.</p> <p>Esta tipologia assegura a meta do indicador “Escolas abrangidas por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo”, do QD do PO, ultrapassando-se o objetivo de 2018 (36).</p> <p>Para ultrapassar algumas dificuldades de execução, criou-se um grupo de contacto que integra vários organismos do Ministério de Educação envolvidos na coordenação pedagógica e financeira desta medida de política, bem como as AG dos POR. Foram ainda levadas a cabo 3 sessões de esclarecimento (preparação de candidaturas, execução e saldos).</p> <p>. Planos de combate ao insucesso escolar: A dotação indicativa está contratualizada com as CIM e AMP (PDCT) e foi afeta ao único aviso aberto (44,8 M€ FSE). A tardia publicação dos avisos e a morosidade da seleção das 137 operações, apenas concluída em 2018, dificultaram o arranque de muitas, dada a necessidade de articulação com o calendário do ano escolar. Deu-se por cumprida a meta do indicador “Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar” (8) do QD, apesar da reduzida despesa validada.</p> <p>Ambas as tipologias (TEIP e PIICIE) concorrem para a meta do indicador de resultado da PI 10.1 “Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado” (45%, até 2023), aguardando-se ainda o apuramento a efetuar pela DGEEC, em devido tempo, a complementar com o estudo de avaliação previsto no Plano de Avaliação do PT 2020.</p> <p>A AG definiu um plano de acompanhamento dos PIICIE, realçando-se a publicação regular do Boletim “Educação para todos” e a realização de várias ações de capacitação.</p> <p>PI 10.2 (FSE)</p> <p>O compromisso desta PI ascende a 20,5%, sendo a execução de apenas 2,6%. Apesar de bastante adiantada a execução física de várias TO, a apresentação da execução física e dos pedidos de pagamento pelos beneficiários e a respetiva validação enfrentaram dificuldades várias.</p> <p>. Programa + Superior: Foram abertos 2 avisos (4M€ FSE) e aprovadas 2 candidaturas (3,3M€ FSE), a primeira das quais já concluída.</p> <p>Não foram fixadas metas associadas a esta tipologia. Na sequência da reprogramação, é descontinuado o apoio a esta TO no âmbito da PI 10.1.</p> <p>. Cursos TeSP: Foram abertos 5 avisos (dotação de 31,2M€). Os 3 primeiros, em regime de custos reais e exigindo o alinhamento com a RIS3, permitiram aprovar 30 candidaturas, no valor de 19,6M€ FSE, 6 das quais já concluídas, apurando-se 795 estudantes apoiados. Os 2 últimos avisos, publicados após a reprogramação, aguardam ainda decisão, exigindo-se o alinhamento com a ENEI e atribuindo-se prioridade aos alinhados com a RIS3. Num desses avisos foi já possível usar a metodologia de custos simplificados entretanto preparada e aprovada pela CIC.</p> <p>Prevê-se que seja possível cumprir a meta para 2023 do indicador de resultado do PO “Estudantes certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5” (70%), a apurar pela DGEEC.</p> <p>. Programas de doutoramento (PD): Foi aberto apenas 1 aviso destinado a IES, com uma dotação de 10M€, a foram submetidas 63 candidaturas (20,5M€ FSE). As 44 candidaturas aprovadas, com 12,5M€ de FSE, abrangiam 196 bolseiros. Apenas eram elegíveis PD associados aos domínios alinhados com as prioridades da RIS3.</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>Os atrasos da execução resultaram da necessidade de clarificar algumas disposições do RECH e do aviso, exigindo uma morosa e complexa articulação com os beneficiários, a tutela, a FCT, a AD&C e o POCH. Por esse motivo, alguns beneficiários protelaram o início dos projetos, resultando na renúncia ao termo de aceitação de 9 das operações. Algumas dificuldades e atrasos na disponibilização das funcionalidades do SIFSE também prejudicaram uma maior agilização dos processos.</p> <p>Esta tipologia assegurou 87,7% da meta do indicador de realização do QD “Bolseiros de doutoramento apoiados” (130 dos 150 previstos para 2018). O indicador de resultado “Doutoramentos concluídos”, com meta de 70% fixada para 2023, será apurado pela DGEEC após o tempo próprio estabelecido. No ponto 4 deste relatório, pode encontrar-se uma síntese do estudo de “Avaliação do contributo dos FEEL para a formação avançada”.</p> <p>Está a ser ultimada a revisão harmonizada dos critérios de seleção e preparada a publicação de um aviso em que a FCT se constituirá como BREPP.</p> <p>PI 10.4 (FSE)</p> <p>. CET: Publicados 2 avisos (9 M€ FSE), com 21 candidaturas apresentadas (7,1 M€ FSE) e 19 aprovadas (6,7 M€), sendo o enquadramento na RIS3 critério de prioridade.</p> <p>Apesar de avançada a realização, as dificuldades dos beneficiários, as exigências do reporte da execução física e a contratação pública, bem como alguns atrasos na disponibilização de funcionalidades e na resolução de incidências do SIFSE, justificam a reduzida despesa validada e a execução física associada (191 estudantes apoiados e 4,5% de taxa de execução).</p> <p>Aguarda-se para breve aprovação da proposta de metodologia de custos simplificados.</p> <p>Prevê-se que seja cumprida a meta para 2023 do indicador “Diplomados em cursos de nível ISCED 4 (CET)”, bem como do indicador “Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET)” (5.400). Seis meses após a conclusão da participação na formação, 37,5% dos estudantes têm emprego (H=20%; M=60,7%).</p> <p>PI 10.5 (FEDER)</p> <p>A taxa de compromisso da PI era de 77,9%, a taxa de execução de 23,9% e a taxa de pagamento de 22,7%.</p> <p>. Infraestruturas de educação e formação: As intervenções desta tipologia foram sujeitas a prévio mapeamento e integradas nos PDCT, encontrando-se a sua gestão contratualizada com as CIM e a AMP.</p> <p>O aviso foi aberto de 08-02-2016 a 21-12-2018, tendo sido submetidas 178 candidaturas e aprovadas 135, com um custo total de 195,09 M€, um custo elegível de 148,58 M€ e a um cofinanciamento FEDER de 126,29M€.</p> <p>As operações desta tipologia contribuem para as seguintes metas do QD:</p> <p>. “Acolhimento de crianças e educação: Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas”, possuindo as operações concluídas capacidade para 17 567 crianças, valor que ultrapassa a meta para 2018 (167,3%) e que representa 23,27% da meta definida para 2023.</p> <p>. “Acolhimento de crianças e educação: Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação contratadas” correspondendo, a 31-12-2018, a 61 975 crianças, 136,8% da meta para 2018 e a 82,09% da meta para 2023.</p> <p>. Aquisição de Equipamentos para Cursos TeSP: Foram aberto 2 avisos (11,5 M€ FEDER), com 6 candidaturas submetidas (12,2 M€ FEDER). Apenas são admissíveis equipamentos indispensáveis aos cursos TeSP alinhados com a RIS3-Norte e/ou com a ENEI. A execução ronda os 30%, traduzindo sobretudo dificuldades do lado dos beneficiários.</p> <p>A tipologia em causa não concorre para qualquer meta do PO.</p> <p>Exemplo de projetos e boas práticas:</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>Ao nível do Eixo 8 identifica-se, a título ilustrativo, o projeto NORTE-08-5673-FEDER-000119, sob a designação Requalificação e Modernização da Escola Básica e Secundária de Ermesinde - 1ª Fase, promovido pelo Município de Valongo. Com um Custo Total de 3.553.646€, um IE de 3.553.646 € e um apoio FEDER de 3.020.599€ (taxa de 85%), regista já uma taxa de execução de 98,11%.</p> <p>Este projeto diz respeito à execução da obra de remodelação e resolução dos principais problemas relacionados com o edifício da escolar, pavilhão desportivo e área envolvente. Resulta da identificação de diversas fragilidades e carências identificadas pela comunidade escolar da Escola Básica e Secundária de Ermesinde, nomeadamente, a sua Direção, e pela avaliação geral efetuada com vista à identificação das necessidades de intervenção. Visa assim uma intervenção com forte impacto nas condições gerais do edifício e das diferentes valências que o compõem, contribuindo de forma muito significativa para os “objetivos de promoção do acesso e de incremento do sucesso escolar”, assim como para a “melhoria geral das condições de ensino e de aprendizagem” e para a “prevenção do abandono escolar”.</p> <p>Visa a prossecução e concretização dos seguintes objetivos: qualificar e modernizar os espaços construídos, melhorar as condições de conforto interior e o desempenho energético; requalificação de materiais de revestimento interior e exterior, incluindo a substituição da cobertura em fibrocimento, considerando a legislação nacional sobre a matéria, por um material mais eco eficiente em termos energéticos; melhorar as condições de utilização dos espaços exteriores; e melhorar o acesso e a circulação de pessoas com mobilidade condicionada.</p> <p>De destacar ainda neste Eixo como exemplo de boas práticas o Boletim “Educação para todos”. Para fomentar a difusão da informação entre os múltiplos atores envolvidos nos PIICIE, foi criado um boletim informativo eletrónico. Simples, de periodicidade bimestral, integra pequeno(s) artigo(s) sobre temas pertinentes para os PIICIE, informação mais próxima da gestão das operações ou o tratamento de questões administrativas relevantes (http://www.norte2020.pt/educacaoparatodos).</p>
9	Capacitação Institucional e TIC	<p>Caraterização e ponto de situação global do Eixo:</p> <p>O EP9 veicula os apoios associados ao OT2 “Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade” e ao OT11 “Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública”.</p> <p>Apresenta uma dotação global de 60,2M€ (1,8% do PO), envolvendo o financiamento de ambos os FEEI: o FEDER, com uma dotação de 32,3M€, representa 1,2% deste fundo no PO; o FSE, que sofreu uma redução na sequência da reprogramação, atinge 28M€, correspondendo a 4,2% deste fundo.</p> <p>A mobilização conjunta dos dois FEEI decorre da articulação dos dois OT que contribuem para o processo de modernização administrativa. Em particular, pressupõe-se uma combinação entre as ações de modernização administrativa (a financiar pelo FEDER) e as ações de formação para a modernização administrativa (a financiar pelo FSE), capacitando os recursos humanos para a implementação das mudanças organizacionais esperadas.</p> <p>Estes objetivos corporizam-se no apoio a várias tipologias de ação, no âmbito das PI:</p> <p>. PI 11.1 (FSE): (i) Ações de formação associadas a projetos de modernização administrativa; (ii) Capacitação dos serviços públicos para os processos de simplificação regulamentar, de serviços partilhados, de reforço da capacidade técnica e de gestão e de monitorização, acompanhamento e avaliação das políticas públicas.</p> <p>. PI 11.2 (FSE): Reforço da capacidade de atores e redes para a promoção do desenvolvimento territorial.</p> <p>. PI 2.3 (FEDER): (i) Serviços públicos eletrónicos de âmbito regional e local; (ii) Serviços em rede (acesso a serviços públicos eletrónicos de forma mediada); (iii) Projetos inovadores de utilização das TIC na resposta a desafios sociais emergentes; (iv) Serviços públicos digitais</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>abertos, flexíveis e interoperáveis; (v) TIC como instrumento de eficiência interna dos serviços públicos.</p> <p>No final de 2018, este Eixo apresentava uma taxa de compromisso de 39,0% (7,1% FSE e 66,6% FEDER) e uma taxa de execução de 13,3% (0% no FSE e de 24,9% no FEDER), dando-se por cumpridas as metas do QD associadas ao FEDER deste eixo, o que não foi possível assegurar no FSE.</p> <p>Seleção de operações e execução: análise de progressos</p> <p>A preparação e publicação de avisos FSE deste Eixo sofreram um atraso significativo, numa fase inicial, pela necessidade de assegurar o acompanhamento de outras tipologias consideradas mais prioritárias, e, mais adiante, pela necessidade de articulação com a estratégia nacional de descentralização e modernização administrativa e de aprofundamento dos contornos da sua operacionalização, designadamente uma melhor clarificação do seu foco, em articulação com as intervenções previstas noutros PO e noutras tipologias do NORTE 2020.</p> <p>Assim, apresentada uma proposta de operacionalização por um grupo de trabalho criado para o efeito, após a auscultação de alguns atores relevantes, a conceção dos avisos revelou-se particularmente morosa, seja pela necessidade de clarificar as fronteiras dos apoios a veicular por estas PI, seja pela preparação e aprovação das metodologias de custos simplificados que se entendeu ser desejável adotar.</p> <p>PI 11.1 (FSE)</p> <p>- Formação da administração local e desconcentrada</p> <p>Foi publicado um aviso no final de 2018, destinada a apoiar projetos de formação da administração local, com a dotação de 4,5M€, ainda não encerrado, dada a intenção de se proceder à sua revisão, de modo a acolher a metodologia de custos simplificados entretanto ultimada, em articulação com a ADC e os restantes POR, cuja aprovação se aguarda. Foi também ultimada a preparação de uma proposta de aviso de formação para a administração regional desconcentrada, cuja publicação está pendente da aprovação da mesma metodologia de custos simplificados.</p> <p>- Capacitação dos serviços da administração local e desconcentrada</p> <p>Foi preparada uma proposta de aviso destinada a apoiar projetos de capacitação de entidades da administração local e regional desconcentrada, cuja publicação também aguarda a aprovação da metodologia de custos simplificados proposta pela AG.</p> <p>Até ao final no ano em apreço, foi sobretudo assegurada a preparação das condições para uma intervenção de maior qualidade e eficiência, não tendo sido possível iniciar o processo de seleção das operações. Contudo, cremos ser possível garantir o cumprimento das metas dos indicadores de realização e de resultado fixados para 2023, a saber: (i) Trabalhadores em funções públicas apoiados em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização (12.000); (ii) Trabalhadores em funções públicas que se consideram mais aptos após a frequência da formação (75-85%).</p> <p>PI 11.2 (FSE)</p> <p>Foram publicados 2 avisos destinados a apoiar a animação das EDL de base comunitária dos GAL Urbanos e dos GAL Costeiros e Rurais, com uma dotação global de 2M€, no âmbito dos quais foram apresentadas e aprovadas 21 candidaturas, sendo ainda nula a execução financeira.</p> <p>Pelos motivos acima referidos, aguarda-se ainda o lançamento de avisos que permitam apoiar intervenções destinadas a reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial nos domínios da educação, do emprego e empreendedorismo, da aprendizagem ao longo da vida, da formação e das políticas sociais. Também nesta linha de intervenção do NORTE 2020 se prevê ser possível atingir as metas de</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>realização (60 “Projetos de promoção e capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados”), assim como a meta definida para o indicador de resultado “instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados” (150 em 2023).</p> <p>PI 2.3 (FEDER)</p> <p>Até 31-12-2018 foram abertos 3 avisos para submissão de candidaturas que visem a “Promoção TIC na Administração e Serviços Públicos”, tipologia contratualizada com as CIM/AMP (PDCT). Foram apresentadas 127 candidaturas, tendo sido aprovadas 85 candidaturas, com um investimento total de 28,11 M€, um investimento elegível de 25,25 M€ e um cofinanciamento FEDER de 21,46 M€.</p> <p>A taxa de compromisso da PI era de 66,6%, a taxa de execução de 24,9% e a taxa de pagamento de 22,5%.</p> <p>A PI 2.3 está associada aos indicadores do QD:</p> <ul style="list-style-type: none"> . “Serviços da Administração Pública apoiados” – em finais de 2018 o indicador assumia o valor de 18 serviços apoiados, representando 180% da meta para 2018 e 45% da meta para 2023. . “Serviços da Administração Pública contratados” – o indicador assumia o valor de 75 serviços contratados, representando 312,5% da meta para 2018 e 187,5% da meta para 2023.
10	Assistência Técnica	<p>Caraterização e ponto de situação global do Eixo:</p> <p>O EP10 disponibiliza os apoios associados à prossecução dos Objetivos Específicos de “Criar as condições para o exercício eficaz e eficiente das competências e atribuições da AG” e de “Assegurar o envolvimento e a participação ativa de <i>stakeholders</i>, divulgando informação aos cidadãos e às empresas e capacitando os beneficiários”.</p> <p>Apresenta uma dotação global de 83,74 M€ (2,5% da dotação Fundo total do PO), envolvendo apenas o financiamento do FEDER. Esta dotação permitirá, até final do PO, o financiamento de um investimento elegível que se estima acima dos 100M€, dadas as taxas de cofinanciamento FEDER praticadas. Assim, para os 8 anos de execução prevista do PO - 2016 a 2023 - a dotação anual Fundo do Eixo, de 10,5M€ em termos médios, financiará anualmente um investimento elegível médio de 12,5M€.</p> <p>A AG definiu, para com mais facilidade monitorizar e avaliar a realização dos objetivos do Eixo, que as candidaturas de Assistência Técnica deveriam corresponder aos exercícios orçamentais anuais de cada beneficiário, pelo que anualmente abre concursos dirigidos às entidades com competências na gestão do PO, para financiamento das suas despesas anuais associadas aos objetivos atrás referidos.</p> <p>Até 31/12/2018 os beneficiários apoiados integravam-se nas seguintes tipologias: (i) a CCDDR-N, enquanto entidade que assegura o apoio logístico e administrativo à AG do PO, (ii) as 8 CIM/AMP com responsabilidade no âmbito dos PDCT, (iii) os 4 OI do Sistema de Incentivos, (iv) os 3 GAL responsáveis pelas DLBC Urbanas e, (v) no âmbito dos PEDU, 10 Autoridades Urbanas e 5 CIM/AMP.</p> <p>Seleção de operações e execução: análise de progressos</p> <p>Até 31/12/2018, foram considerados 3 períodos de candidaturas - 2015/2016, 2017 e 2018 - , tendo sido abertos um total de 12 Avisos (3 em 2015/2016, 4 em 2017 e 5 em 2018), no âmbito dos quais foram recebidas 59 candidaturas. Destas, 46 candidaturas encontravam-se aprovadas em 31/12/2018. O Investimento Elegível aprovado é de 39,3 M€, a que corresponde um valor Fundo de 33,9 M€. A execução das operações aprovadas atingia, no final de 2018, um valor das 32,0 M€ (28,0 M€ FEDER). Os pagamentos aos beneficiários totalizavam o montante de 26,5 M€. Esta execução financeira corresponde, essencialmente, às atividades do secretariado técnico da AG e das estruturas de apoio técnico dos OI, fundamentalmente remunerações do pessoal afeto, encargos gerais com as estruturas,</p>

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
		<p>sessões de informação sobre o PO para os beneficiários das operações e atividades de comunicação.</p> <p>Os valores apresentados traduzem-se, em 31/12/2018, numa taxa de compromisso da dotação programada de 40,4% e numa taxa de execução do Eixo de 33,4%. A taxa de realização do Eixo (execução/dotação aprovada) era de 82,6%, totalizando os pagamentos o valor de 26,5 M€.</p> <p>Em termos de taxa de conclusão dos projetos aprovados, esta situava-se em 62,2% e correspondia a um total de 28 candidaturas concluídas dos concursos de 2015/2016 e 2017. De acordo com as programações definidas, as candidaturas de 2018 só serão concluídas em 2019.</p> <p>O principal constrangimento no Eixo, dados os valores apresentados, não se encontra, assim, na execução do Eixo, nas suas vertentes de compromisso, realização ou pagamento, mas encontra-se, sim, ao nível da sua dotação financeira para fazer face às despesas incorridas pelos beneficiários nas suas tarefas associadas à gestão do PO. Este constrangimento tem estado a ser monitorizado pela AG, para os períodos de candidatura já lançados, verificando-se que é ao nível dos OI dos Sistema de Incentivos que as dotações definidas anualmente não sustentam a totalidade dos custos da sua atividade dedicada ao PO.</p> <p>Exemplo de projetos e boas práticas:</p> <p>Em 2018, para além de se terem cofinanciado as operações dos beneficiários que nos anos anteriores já desenvolviam tarefas de gestão do PO, abriu-se um convite para uma nova tipologia de operações a beneficiar das verbas de Assistência Técnica - o objetivo deste convite consistiu em criar, junto das Autoridades Urbanas e das Comunidades Intermunicipais e Área Metropolitana do Porto, as condições para o exercício das funções e cumprimento das obrigações que decorrem da delegação de competências de seleção de operações, efetuada pela AG do no âmbito dos PEDU contratados com as Autoridades Urbanas.</p> <p>Como boas práticas no Eixo pode referir-se a monitorização que é realizada sobre as candidaturas aprovadas, efetuando-se uma avaliação anual das efetivas necessidades de cofinanciamento de cada beneficiário, facto que permite alcançar boas taxas de realização e execução, minimizando dotações por utilizar, bem como ter disponível informação que em qualquer momento, face ao apuramento de disponibilidades financeiras que possam ocorrer, permitam afetar essas disponibilidades a necessidades de financiamento que também se encontram identificados, no âmbito do exercício de monitorização realizado.</p>

11.2. AÇÕES ESPECÍFICAS REALIZADAS PARA PROMOVER A IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES E PARA PREVENIR A DISCRIMINAÇÃO, EM PARTICULAR A ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, E MEDIDAS IMPLEMENTADAS PARA ASSEGURAR A INTEGRAÇÃO DA PERSPETIVA DO GÉNERO NOS PROGRAMAS OPERACIONAIS E NAS OPERAÇÕES
(Artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, alínea e), segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Entre os princípios transversais tidos em conta na programação incluem-se a igualdade de oportunidades e não discriminação e a igualdade entre homens e mulheres.

Em sede da execução, realça-se a adoção de um conjunto de práticas e realizações que procuram ser um contributo efetivo à concretização destes princípios na gestão do NORTE 2020.

Numa perspetiva transversal, tem sido dada continuidade aos seguintes procedimentos, anteriormente identificados:

- Os beneficiários integram, em todas as candidaturas, uma ficha de avaliação da Integração da perspetiva de igualdade entre homens e mulheres e de igualdade de oportunidades e da não discriminação, utilizando o modelo disponibilizado pela AG.

Esta prática tem um intuito pedagógico e de sensibilização e, quando aplicável, fornece elementos utilizados na avaliação de mérito das candidaturas.

- No processo de seleção de operações de várias tipologias são ponderados os impactos, diretos e indiretos, na igualdade de oportunidades e não discriminação e na igualdade de género dos projetos (ex: Cursos TeSP, CET, TEIP, Inclusão Ativa, CEI e CEI+, SIZÉ, Empreendedorismo Qualificado, PIICIE, Programas Doutorais, etc.). Atento o estabelecido no n.º 3 do art.º 17.º do Decreto-Lei 159/2014, de 27/10, em especial no âmbito do Sistema de Incentivos às empresas, Sistema de Apoio às Ações Coletivas e nos domínios temáticos Capital Humano e Inclusão Social e Emprego, são ainda aplicados como critérios de desempate (i) a maior representatividade de mulheres nos órgãos de direção, de administração e de gestão e (ii) a maior igualdade salarial entre mulheres e homens que desempenham as mesmas ou idênticas funções na entidade.

- Em especial nos projetos financiados pelo FSE, são recolhidos indicadores específicos e, sempre que aplicável, é assegurada a ventilação por género. Neste relatório de 2018, reporta-se, pela primeira vez, o apuramento dos ICC de resultado relativos à situação dos participantes 6 meses após a conclusão das operações, permitindo a ventilação por género (cf. Ponto 11.1).

- No Comité de Acompanhamento estão representadas entidades com competências e trabalho efetuado na área da igualdade de género (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; Associação Nacional das Empresárias).

Numa ótica setorial, o NORTE 2020 integra diversas PI com medidas que constituem potenciais discriminações positivas, nomeadamente nos Eixos 6, 7, 8 e 9.

Para além das intervenções financiadas pelo FSE, no decurso do ano 2018 foram aprovadas 15 candidaturas de intervenções em equipamentos sociais, tendo-se ainda dado continuidade à aprovação e execução de intervenções na rede escolar do ensino básico e secundário, melhorando a qualidade dos serviços prestados por aqueles equipamentos que muito contribuem para a conciliação entre a vida familiar e profissional e, por essa via, para a igualdade de género. Entre outros aspetos, os equipamentos destinados às crianças, às pessoas portadoras de deficiência ou aos idosos constituem um meio de facilitar a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar, isto é, entre trabalho remunerado e responsabilidades familiares. A disponibilização pública (ou privada sem fins lucrativos) deste tipo de equipamento educativo e social é, assim, fundamental também em termos de igualdade de género, já que o desempenho da mulher no mercado de trabalho continua a estar mais condicionado pelas responsabilidades domésticas do que no caso dos homens, como muitos estudos demonstram.

11.3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

(Artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, alínea f), segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

O Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) determina que a política da União deverá integrar exigências no domínio do ambiente contribuindo para objetivos de: preservação, proteção e melhoria da qualidade do ambiente; proteção da saúde das pessoas; utilização prudente e racional dos recursos naturais; e promoção, no plano internacional, de medidas destinadas a enfrentar os problemas regionais ou mundiais do ambiente, e designadamente a combater as alterações climáticas.

No NORTE 2020 o desenvolvimento sustentável tem concretização nos domínios do ambiente, eficiência energética e sistema urbano/mobilidade urbana sustentável.

No Património Natural, PI 6.3, a preocupação com o desenvolvimento sustentável revela-se desde logo na condição de admissão de candidaturas destinada apenas a intervenções com incidência em Áreas Classificadas, designadamente em Áreas abrangidas pela Rede Natura 2000 – Habitats naturais protegidos e Zonas Especiais de Proteção, Geoparques de Arouca e de Macedo de Cavaleiros – que integram a Rede Europeia de Geoparques que, sob a tutela da UNESCO, reúne todos os territórios considerados património geológico da Humanidade –, em terrenos públicos integrados no domínio público hídrico ou noutras áreas, desde que consubstanciem áreas relacionadas com a conservação de recursos naturais que assumam elevado/reconhecido interesse natural ou paisagístico, nomeadamente do ponto de vista científico, da conservação e estético. Neste domínio, até ao final de 2018, foram aprovadas 65 candidaturas, com um Fundo alocado de 15,88M€. As operações apoiadas traduzem-se em 665.392 hectares de “Área classificada abrangida por intervenções”, havendo a considerar 138 “Intervenções em áreas associadas à conservação de recursos naturais”.

Na Eficiência Energética, PI 4.3, apesar de ter sido insipiente o grau de contratação das operações correspondentes a infraestruturas da Administração Local, na eficiência energética na habitação social foi já contratado um número significativo de operações que terão um impacto muito significativo na redução dos consumos de energia primária na Região do Norte. O cofinanciamento de intervenções em edifícios de habitação social (os edifícios de habitação social são de propriedade dos municípios ou de empresas municipais) na Região do Norte permitiu a redução dos consumos de energia primária, superando os valores do compromisso que o NORTE2020 havia assumida para os edifícios da Administração Local.

A meta para 2018, referente ao indicador “Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos contratados” era de 25.000.000 kWh/ano, tendo apenas sido cumprida a 8,3%, correspondentes a uma redução de 2.070.432 kWh/ano.

Contudo, se considerarmos o indicador “Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios de habitação social contratada” verificamos que atingiu os 35.898.721 kWh/ano, valor que corresponde a 144% da meta de 2018.

No que se refere à Mobilidade Urbana Sustentável, PI 4.5, a promoção de condições de incentivo à utilização de modos suaves de transporte, tem nos PAMUS da Região do Norte a afetação da maior parte do Fundo a concurso, perceptível nas operações aprovadas (Eixos 3 e 5) que correspondem a intervenções em ciclovias e vias pedonais, numa extensão de cerca de 267 km, com um Fundo alocado de 5,7 M€. São igualmente de salientar as intervenções de beneficiação de 45 interfaces de transportes públicos, criando condições de conforto na utilização dos mesmos.

11.4. INFORMAÇÃO SOBRE O APOIO CONSAGRADO AOS OBJETIVOS RELATIVOS ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

(Artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

O Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) determina que a política da União deverá integrar exigências no domínio do ambiente contribuindo para objetivos de: preservação, proteção e melhoria da qualidade do ambiente; proteção da saúde das pessoas; utilização prudente e racional dos recursos naturais; e promoção, no plano internacional, de medidas destinadas a enfrentar os problemas regionais ou mundiais do ambiente, e designadamente a combater as alterações climáticas.

Na reprogramação de dezembro de 2018, a percentagem consagrada a alterações climáticas passou de 8,39% para 11,90%, e reflete os ajustamentos financeiros efetuados nos EP1, EP2, EP3, EP4 e EP5. De salientar que, à exceção do EP1, a percentagem e dotação relacionada com as alterações climáticas aumentou. Para esta temática contribui o investimento em medidas e projetos que incentivam a mudança de atitude e de estilo de vida das populações, nomeadamente no que se refere à sua relação com os espaços de natureza e aos comportamentos conducentes à redução da emissão de poluentes.

Para este efeito o NORTE 2020 definiu valores indicativos destinados ao cumprimento dos objetivos em matéria de alterações climáticas, prevendo uma afetação da dotação total do PO (402,2 M€), que se distribui pelo Eixo 1 (3,1 M€), Eixo 2 (31,6 M€), Eixo 3 (182,6 M€), Eixo 4 (16,1 M€) e Eixo 5 (168,6 M€).

Conforme se verifica da combinação das categorias de intervenção com os respetivos dados financeiros, anexo Q7 ao presente relatório de execução, à data de 31/12/2018 o contributo do NORTE 2020 em matéria de alterações climáticas é de 113,2 M€, o correspondente a 28,1% da dotação indicativa deste PO para este fim.

Contribuem para os objetivos relativos às alterações climáticas, 251 operações apoiadas nos seguintes Eixos:

EP 3 - 123 operações com uma dotação Fundo de 50,6 M€ nos seguintes domínios de intervenção: “013. Renovação energeticamente eficiente de infraestruturas públicas, projetos de demonstração e medidas de apoio”, “014. Renovação energeticamente eficiente do parque habitacional existente, projetos de demonstração e medidas de apoio”, “043. Infraestruturas e promoção de transportes urbanos limpos (incluindo equipamento e material circulante)”, “044. Sistemas de transporte inteligentes (incluindo a introdução da gestão da procura, sistemas de portagem, sistemas informáticos de informação, monitorização e controlo)”, “083. Medidas relativas à qualidade do ar” e “90 - Ciclovias e vias pedonais”;

EP 4 - 4 operações com uma dotação Fundo de 1,5 M€ nos seguintes domínios de intervenção: “083. Medidas relativas à qualidade do ar” e “90 - Ciclovias e vias pedonais”;

EP 5 - 124 operações com uma dotação Fundo de 71,5 M€ nos seguintes domínios de intervenção: “043. Infraestruturas e promoção de transportes urbanos limpos (incluindo equipamento e material circulante)”, “044. Sistemas de transporte inteligentes (incluindo a introdução da gestão da procura, sistemas de portagem, sistemas informáticos de informação, monitorização e controlo)” e “90 - Ciclovias e vias pedonais”.

No que se refere aos Eixos 1 e 2, as operações apresentadas e aprovadas ainda não concorrem para as categorias de intervenção em referência que resultam do exercício de reprogramação de 2018.

11.5. CONTRIBUTO DOS PARCEIROS PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA

(Artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, alínea c), primeiro parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

O envolvimento dos parceiros relevantes na implementação do PO desenvolve-se em três âmbitos.

Um primeiro, associado aos próprios órgãos de governação do PO. Destaca-se, pela sua relevância, o Comité de Acompanhamento do NORTE 2020, cujo envolvimento foi formalizado pelo Despacho 1827/2015 de 2/2. Este órgão é responsável por analisar e aprovar a metodologia e os critérios de seleção das operações, os relatórios de execução anuais e finais, as propostas da AG para alteração do Programa e analisar as questões que afetem o desempenho do Programa, as ações destinadas a promover o desenvolvimento sustentável e a execução dos IF. Neste sentido, até 31/12/2018, conforme previsto no Regulamento Interno deste Comité, foram promovidas 10 reuniões e 15 procedimentos por consulta escrita, muitos dos quais relacionados com a aprovação dos critérios de seleção das operações, do plano de avaliação e das estratégias de implementação dos IF.

Um segundo, relaciona-se com a territorialização sub-regional das políticas promovidas pelo NORTE 2020 em particular no que respeita aos PDCT, às AIDUS e às EDL, cujos principais atores regionais nestes modelos são, respetivamente, as CIM/AMP, as AU e os GAL, que têm um papel central na conceção, na execução e no acompanhamento das políticas na Região do Norte. Acresce a estas responsabilidades o facto de se tratarem de OI deste Programa, com responsabilidade na sua gestão. Para este conjunto de entidades, a AG desenvolveu iniciativas formativas e informativas com vista à capacitação das respetivas estruturas técnicas. De referir também que por via da AT do NORTE 2020 se procura assegurar as condições adequadas para o exercício das suas funções.

Um terceiro, mais geral, envolve os órgãos de consulta e representação dos atores regionais junto da CCDR-N, como o Conselho de Coordenação Intersectorial e o Conselho Regional. O envolvimento dos atores regionais através do Conselho de Coordenação Intersectorial e do Conselho Regional permite trazer para dentro das instituições o debate público sobre a aplicação dos FEEI na Região do Norte. Aliás, tendo o Conselho Regional estado ativamente envolvido na preparação do atual ciclo de programação e, em particular, do NORTE 2020, continua a desempenhar um papel central no acompanhamento e na avaliação dos resultados e dos impactos das respetivas políticas, temas esses abordados nas reuniões anuais deste órgão. Em 2018 foram realizadas três reuniões com estes atores.

No âmbito da RIS3, estava prevista a criação do Conselho Regional de Inovação, cuja constituição, competências e formas de prestação de contas apenas ocorreu em 2017.

Por último, referir que o PO dispõe de uma afetação de recursos FSE para ações de capacitação institucional, sob a forma de: (i) apoio técnico à coordenação, dinamização, execução e acompanhamento de planos de ação territoriais e setoriais; (ii) modernização e implementação de boas práticas de redes de atores institucionais; (iii) formação dos agentes para o desenvolvimento territorial; (iv) reforço das competências de dinamização, monitorização e acompanhamento de dinâmicas territoriais e de avaliação de políticas; (v) promoção e valorização territorial. Sobre este apoio, acresce informar que está previsto a abertura de 1 Aviso durante o primeiro semestre de 2019.

12. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E AVALIAÇÃO

(Em conformidade com o Artigo 111.º, n.º 4, alíneas a) e b), primeiro parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

12.1. PROGRESSOS REALIZADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AVALIAÇÃO E SEGUIMENTO DADO ÀS CONCLUSÕES DAS AVALIAÇÕES

A avaliação no Portugal 2020 encontra o seu referencial de orientação no Plano Global de Avaliação do Portugal 2020 (PGA PT2020) e nos Planos de Avaliação dos Programas Operacionais, em linha com as disposições regulamentares. Assumindo os princípios e as metodologias previstas no PGA PT2020, o Plano de Avaliação do NORTE 2020 constitui um elemento integrado nesse próprio plano global. Deste modo o Plano de Avaliação do NORTE 2020 apresenta informação que consta no PGA PT2020, considerando apenas os exercícios de avaliação que terão por objeto prioridades de investimento ou matérias previstas no programa NORTE 2020 e que serão diretamente acompanhados pela Autoridade de Gestão do programa. A avaliação intercalar do NORTE 2020 dará particular destaque à análise específica de áreas e prioridades de investimento não abrangidas pelas avaliações temáticas ou territoriais.

Por forma a compreender a implementação do Plano de Avaliação do NORTE 2020 efetuamos nos seguintes pontos um breve resumo para cada ano:

- Em 2015 realizaram-se as avaliações ex ante dos Instrumentos Financeiros (4).

- Em 2016 elaboraram-se os cadernos de encargos das avaliações de impacto QREN que estavam previstas para 2016 e que são lançadas em 2017. Tratam-se de avaliações de impacto de intervenções cofinanciadas no período de programação 2007-2013, e que terão continuidade no PT2020. Esta opção permite antecipar algumas avaliações de impacto, nomeadamente em áreas cujos efeitos apenas se produzirão na segunda fase do PT2020.
- Em 2017 e 2018 realizaram-se avaliações de processo e as avaliações de impacto QREN, tendo sido concluídas já três avaliações de impacto QREN no último ano.
- Em 2019 e 2020 serão concluídas as avaliações de processo, a maioria das avaliações de impacto QREN e, dar-se-á início às primeiras avaliações de impacto referentes ao PT2020, incluindo as meta-análises, como a Avaliação Intercalar do NORTE 2020. Estas meta-análises, globais e de programas, alimentar-se-ão das avaliações de impacto já realizadas e farão análises específicas para as intervenções não cobertas por estes exercícios. Esta opção garantirá que, além de todas as prioridades serem alvo de avaliações de impacto, também a totalidade dos objetivos específicos será objeto de avaliações de impacto, alguns de forma mais aprofundada, nas avaliações temáticas, e outros através de avaliações mais genéricas.

De forma a garantir a adaptação ao ritmo de implementação dos Programas e a necessidades emergentes, o PGA PT2020 e os Planos de Avaliação dos PO são sujeitos a uma revisão anual. Este processo de revisão é, naturalmente, articulado no âmbito dos trabalhos da Rede de Monitorização e Avaliação (RM&A), participada pelas Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais, pela Comissão de Coordenação Nacional para o FEADER, pela Comissão de Coordenação do FEAMP e pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, que a coordena. Assim, a versão atualizada do PGA PT2020 foi aprovada por consulta escrita na deliberação da CIC PORTUGAL 2020 n.º 28/2018 de 28/12.

Importa efetuar uma breve síntese da atualização de 2019 do Plano de Avaliação do NORTE 2020, efetuada em conformidade com a revisão do PGA PT2020:

- Alterações na calendarização das avaliações previstas, consistindo genericamente em adiamentos de avaliações de programas ou matérias que não registam um ritmo de implementação suficientemente robusto para justificar a realização de avaliações de impacto.
- Eliminação de um exercício de avaliação 36. “Avaliação do contributo do Portugal 2020 para o aumento dos diplomados do ensino superior” que passou a ter um objeto de avaliação mais restrito e também uma incidência apenas nos PO do Potencial Humano do QREN e do Capital Humano do PT2020. Naturalmente, as temáticas desta avaliação de impacto passarão a constar na Avaliação Intercalar do NORTE 2020.

Estas alterações serão apresentadas e apreciadas no Comité de Acompanhamento de 2019 para a devida consideração e aprovação.

Nesta versão do Plano de Avaliação do NORTE 2020 atualizado em 2019 dos 44 exercícios avaliativos previstos no PGA PT2020, o NORTE 2020 será objeto de análise em 27, sem contabilizar as possíveis atualizações já previstas de alguns estudos de avaliação.

Durante o ano de 2018 a implementação do Plano de Avaliação do NORTE 2020 é apresentada nos seguintes pontos:

- Três estudos de avaliação concluídos, o 18. “Avaliação do impacto dos FEEI no desempenho das empresas portuguesas”; o 21. “Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência e valorização de conhecimento” e o 32. “Avaliação do contributo dos FEEI para a formação avançada”.
- Quatro estudos de avaliação a decorrer, o 19. “Avaliação da implementação dos Sistemas de Incentivos do Portugal 2020”; o 23. “Avaliação da Implementação da Estratégia Nacional e Regionais de Investigação para uma Especialização Inteligente (RIS3): Rede, Realizações e Resultados Esperados”; o 41. “Avaliação da aplicação de custos simplificados” e o 42. Avaliação da Operacionalização da Abordagem Territorial do Portugal 2020 no Contexto da Convergência e Coesão Territorial”.
- Três estudos de avaliação iniciados, o 35. “Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a promoção do sucesso educativo, a redução do abandono escolar precoce e a empregabilidade dos jovens”; o 38. “Avaliação da implementação das medidas de reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono” e o 22. “Avaliação do Contributo dos FEEI para a Capacitação da Administração Pública”, cujo concurso foi já lançado em 2019.

Dos três estudos de avaliação concluídos em 2018 importa referir que foram realizados dois seminários para apresentação e divulgação dos estudos concluídos, um para apresentação de dois desses estudos (o 18. e o 21.) organizado pela AD&C e o segundo para a divulgação da Avaliação da Formação Avançada (o 32.) organizado pela AG do POCH.

Foi ainda dado início ao processo de follow-up de acordo com o previsto no documento complementar ao PGA PT2020, nomeadamente, efetuando a sistematização das conclusões e recomendações das avaliações concluídas, pela AD&C, para efeitos de encaminhamento para a entidade responsável pela avaliação e/ou para outras entidades responsáveis pela implementação das recomendações.

A função de avaliação tem o propósito de melhorar a prestação de contas e aumentar a transparência, neste âmbito, destaca-se a divulgação e comunicação dos exercícios de avaliação após a sua conclusão. Estas atividades incluem a divulgação em

diferentes sites da internet dos relatórios dos estudos de avaliação, produzindo-se para este efeito, ainda, um “policy brief” e uma “síntese gráfica”.

Em seguida apresenta-se uma ficha para cada avaliação em curso. Na designação das avaliações é indicado, também, a entidade responsável, os programas envolvidos, o método utilizado: Avaliação Baseado na Teoria (ABT) ou Avaliação Contrafactual (ACF) e o Período de Incidência (QREN ou PT2020).

Estado da avaliação:

E - Concluída

P - Planeada

Designação da avaliação:

18. Avaliação do impacto dos FEEI no desempenho das empresas portuguesas. Entidade responsável: AD&C; Programas envolvidos: PO CI, PO Regionais do Continente; Tipo/Período de incidência: Impacto (ACF)/QREN.

Fundo(s):

FEDER/FC

FSE

Ano de conclusão da avaliação (De 2014 a 2023):

2018

Tipo da avaliação:

Impacto

Processo

Ambas

Objetivo(s) temático(s):

- | | |
|-------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | 01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação |
| <input type="checkbox"/> | 02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade |
| <input checked="" type="checkbox"/> | 03. Reforçar a competitividade das PME |
| <input type="checkbox"/> | 04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores |
| <input type="checkbox"/> | 05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos |
| <input type="checkbox"/> | 06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos |
| <input type="checkbox"/> | 07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede |
| <input type="checkbox"/> | 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores |
| <input type="checkbox"/> | 09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação |
| <input type="checkbox"/> | 10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida |
| <input type="checkbox"/> | 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública |

Objetivos/abrangência:

Avaliação dos resultados e impactos dos apoios às empresas através dos Sistemas de Incentivos (Sistemas de Incentivos às empresas nas tipologias de Investigação e desenvolvimento tecnológico, Inovação empresarial e empreendedorismo, Qualificação e internacionalização das PME) do QREN por forma a identificar eventuais ajustamentos a introduzir na implementação desses instrumentos de apoio no Portugal 2020 e, também, no desenho das políticas do período de programação 2021-2027.

Conclusões (no caso de avaliações concluídas):

A avaliação concluiu que os apoios dos fundos comunitários às empresas através dos Sistemas de Incentivos do QREN (2007-2013) **tiveram um impacto positivo no desempenho das empresas** apoiadas ao nível (i) do investimento (nomeadamente em capital fixo), (ii) da qualificação de recursos humanos, (iii) da inovação, (iv) da competitividade e da (v) internacionalização das empresas.

Para além disso estes impactos tendem a perdurar no tempo, ou até a acentuar-se, para além da duração do apoio.

Deste modo, os resultados desta avaliação confirmam, em termos globais, a eficácia dos Sistemas de Incentivos às Empresas, que desempenham um papel muito positivo à luz dos objetivos que são explicitamente identificados nos documentos de definição, planeamento e enquadramento destes instrumentos de política.

No conjunto dos sistemas de incentivos analisados detetam-se alguns impactos em dimensões não diretamente visadas na definição dos objetivos da política, como sejam a **distribuição de rendimentos** e a **qualidade do emprego**. Neste âmbito destaca-se (i) o aumento da remuneração média do fator trabalho, em linha com os ganhos de produtividade e o (ii) aumento da qualificação dos recursos humanos e da estabilidade do emprego.

Por fim, concluiu-se que a magnitude dos impactos tende a ser proporcional à dimensão das empresas. Contudo, os apoios tendem a provocar maiores transformações ao nível das empresas quando os projetos são conduzidos por firmas de menores dimensões.

Follow up (no caso de avaliações concluídas):

De uma forma generalizada todas as avaliações realizadas têm o propósito de melhorar a prestação de contas e aumentar a transparência, contribuindo para a qualidade do debate público sobre o papel do financiamento comunitário. Assim, destaca-se a divulgação e comunicação dos exercícios de avaliação após a sua conclusão. Estas atividades incluem a divulgação alargada em diferentes sites da internet de todas as partes que compõem o estudo de avaliação, nomeadamente, o relatório final, os anexos e o sumário executivo em português e inglês. Para além disso, é realizado um seminário de divulgação dos resultados da avaliação, produzindo-se para este efeito e para facilitar a comunicação com os diversos públicos interessados um “policy brief” e uma “síntese gráfica”, sendo estes documentos também divulgados na internet nos sites que possuem a informação anteriormente referida. Refira-se a este propósito que foi já iniciado pela ADC o processo de sistematização das recomendações, para efeito de encaminhamento às entidades responsáveis pela sua implementação.

Em particular, e uma vez que este estudo aponta para a existência de uma elevada eficácia dos apoios concedidos e, conseqüentemente, para a pertinência das suas linhas orientadoras, as recomendações desta avaliação indicam que (i) devem ser mantidos níveis razoavelmente elevados de seletividade de beneficiários e projetos e (ii) deve manter-se a diversidade de instrumentos utilizados, permitindo atender a diferentes necessidades das empresas e corresponder a diferentes, mas complementares objetivos de política.

Estado da avaliação:

E - Concluída

P - Planeada

Designação da avaliação:

21. Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência e valorização de conhecimento. Entidade responsável: AD&C; Programas envolvidos: PO CI, PO CH, PO Regionais do Continente e PDR; Tipo/Período de incidência: Impacto (ABT)/QREN.

Fundo(s):

FEDER/FC

FSE

Ano de conclusão da avaliação (De 2014 a 2023):

2018

Tipo da avaliação:

Impacto

Processo

Ambas

Objetivo(s) temático(s):

<input checked="" type="checkbox"/>	01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
<input type="checkbox"/>	02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade
<input checked="" type="checkbox"/>	03. Reforçar a competitividade das PME
<input type="checkbox"/>	04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
<input type="checkbox"/>	05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos
<input type="checkbox"/>	06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
<input type="checkbox"/>	07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede
<input type="checkbox"/>	08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
<input type="checkbox"/>	09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação
<input checked="" type="checkbox"/>	10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
<input type="checkbox"/>	11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública

Objetivos/abrangência:

O estudo de avaliação visa identificar e explicitar os impactos dos apoios dos fundos comunitários na promoção da **transferência e valorização de conhecimento** descrevendo os mecanismos causais de produção desses impactos e explicitando os processos de mudança induzidos na economia portuguesa.

A abrangência da avaliação engloba o conjunto de práticas e mecanismos de colaboração entre as diferentes entidades do tecido empresarial e do sistema de Investigação & Inovação.

Conclusões (no caso de avaliações concluídas):

As conclusões da avaliação apontam para um **bom alinhamento dos instrumentos de apoio** com os objetivos de política e com a capacidade de resposta às falhas nos sistemas de inovação. Contudo identificaram-se algumas insuficiências (i) na cobertura dos apoios, nomeadamente, no apoio às infraestruturas tecnológicas e de interface científica, (ii) na diferenciação de abordagens temáticas e regionais e (iii) nos sistemas, associadas a alguns grupos-alvo e territórios.

A avaliação destaca **positivamente os resultados dos instrumentos orientados para a dinamização da produção científica** e de conhecimento com potencial de valorização, incluindo a produção em rede e reconhecimento internacional. Porém, a criação e aprofundamento do **capital relacional** foi maioritariamente devido à colaboração entre entidades do sistema científico, sendo apenas pontualmente alargada a empresas.

Nos projetos das empresas revela-se uma **elevada incorporação de conhecimento ou tecnologia de base nacional**, em parte resultante de **utilização sequencial de apoios**, iniciando-se pelos apoios do sistema de incentivos de I&DT seguindo-se o apoio do sistema de incentivos à Inovação para a fase de industrialização dos resultados desses projetos.

Por fim, a avaliação considera que os projetos apoiados “permitiram reforçar as dinâmicas de transferência e valorização de conhecimento ao longo de todo o ciclo de inovação, contribuindo para densificar e intensificar as redes relacionais entre os seus atores”.

Follow up (no caso de avaliações concluídas):

De forma generalizada todas as avaliações têm o propósito de melhorar a prestação de contas e aumentar a transparência, contribuindo para a qualidade do debate público sobre o papel do financiamento comunitário. Destaca-se a divulgação e comunicação dos exercícios de avaliação após a sua conclusão. Estas atividades incluem a divulgação alargada em diferentes sites da internet de todas as partes que compõem o estudo de avaliação (relatório final, anexos e sumário executivo em português e inglês). É ainda realizado um seminário de divulgação dos resultados da avaliação, produzindo-se para o efeito e para facilitar a comunicação com os diversos públicos interessados um “policy brief” e uma “síntese gráfica”, sendo estes documentos divulgados nos sites que possuem a informação anteriormente referida. Refira-se a este propósito que foi já iniciado pela ADC o processo de sistematização das recomendações, para efeito de encaminhamento às entidades responsáveis pela sua implementação.

As recomendações desta avaliação apontam para a conceção de um roadmap para: promoção da transferência e valorização do conhecimento; recuperação de instrumentos que promovam a capacitação das redes; apoio através do financiamento plurianual dos Centros de Interface Tecnológico.

A avaliação recomenda, também, o reforço do foco dos instrumentos de promoção da transferência e valorização do conhecimento, nomeadamente, através da associação a prioridades regionais, utilizando para esse efeito as Estratégias de Especialização Inteligente (EEI) de cada região. Destaca-se a possibilidade de reforçar o papel destas Estratégias na priorização temática das intervenções de transferência e valorização do conhecimento.

Destacam-se como recomendações deste estudo a reformulação das medidas existentes de promoção do emprego científico nas empresas e de bolsas de doutoramento em empresas; a criação de instrumentos integrados de valorização empresarial de conhecimento; a operacionalização efetiva do instrumento de apoio a provas de conceito; a adoção de medidas específicas a cada região, dando aos PO regionais uma maior autonomia estratégica e operacional; a adoção de modelos concursais de inspiração europeia e processos de candidatura mais simples e previsíveis e a aposta nos Polos de Competitividade e Tecnologia / Clusters como entidades relevantes na criação e dinamização de redes de inovação em Portugal, aproximando-os do papel de dinamização de redes de inovação enquadradas pelas EEI Regionais.

Estado da avaliação:

E - Concluída

x

P - Planeada

Designação da avaliação:

32. Avaliação do contributo dos FEEI para a formação avançada. Entidade responsável: PO CH; Programas envolvidos: PO PH/PO CH; PO Norte, PO Centro, PO Alentejo; Tipo/Período de incidência: Impacto (ABT)/QREN e PT2020.

Fundo(s):

FEDER/FC

x

FSE

Ano de conclusão da avaliação (De 2014 a 2023):

2018

Tipo da avaliação:

Impacto

x

Processo

Ambas

Objetivo(s) temático(s):

- | | |
|---|--|
| | 01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação |
| | 02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade |
| | 03. Reforçar a competitividade das PME |
| | 04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores |
| | 05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos |
| | 06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos |
| | 07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede |
| | 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores |
| | 09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação |
| x | 10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida |
| | 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública |

Objetivos/abrangência:

Os objetivos deste estudo consistiram em avaliar a eficácia e o impacto do apoio do FSE no âmbito da Formação Avançada, explicitando a lógica de efeitos associada às intervenções apoiadas e em que medida a estratégia implementada é adequada para potenciar os impactos. Esta avaliação teve como principal foco os apoios concedidos, essencialmente, no anterior período de programação no domínio da promoção da formação avançada através da atribuição de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento.

Conclusões (no caso de avaliações concluídas):

Esta avaliação concluiu que a disponibilização de apoios à Formação Avançada apresentou relevância face ao quadro de necessidades e objetivos previamente identificado, contudo, o alinhamento do processo de atribuição de apoios com os objetivos estratégicos da programação é limitado pelos mecanismos de operacionalização adotados, particularmente no atual período de programação. Também foi possível constatar que a implementação dos apoios à Formação Avançada apresentou níveis elevados de eficácia e de eficiência face aos indicadores e metas adotadas, assim como as bolsas foram determinantes para viabilizar o acesso, frequência e conclusão dos processos formativos por parte dos seus beneficiários diretos, no entanto, é de notar que a procura de Formação Avançada sem recurso a apoios é cada vez mais expressiva.

Também foi possível concluir que a Formação Avançada contribuiu de forma objetiva para a melhoria das condições de empregabilidade e inserção profissional e que produziu um contributo positivo para o desempenho das organizações que integram profissionalmente os ativos com Formação Avançada, maioritariamente compostas por entidades do Sistema Científico e Tecnológico. Por fim, as Bolsas de Doutoramento Empresarial e em Ambiente Empresarial são reconhecidas como instrumentos capazes de fomentar a inserção profissional de doutorados em empresas e potenciar a valorização económica do conhecimento produzido.

Follow up (no caso de avaliações concluídas):

De uma forma generalizada todas as avaliações têm o propósito de melhorar a prestação de contas e aumentar a transparência, contribuindo para a qualidade do debate público sobre o papel do financiamento comunitário. Destaca-se em particular a divulgação e comunicação dos exercícios de avaliação após a sua conclusão. Estas atividades incluem a divulgação alargada em diferentes sites de todas as partes que compõem o estudo de avaliação (relatório final, anexos e sumário executivo em português e inglês). É ainda realizado um seminário de divulgação dos resultados da avaliação, produzindo-se para o efeito e para facilitar a comunicação com os diversos públicos interessados um “policy brief” e uma “síntese gráfica”, sendo estes documentos divulgados nos sites que possuem a informação referida. Refira-se a este propósito que foi já iniciado pela ADC o processo de sistematização das recomendações, para efeito de encaminhamento às entidades responsáveis pela sua implementação.

Em particular as recomendações desta avaliação incidem:

- (i) promoção de um maior alinhamento da Formação Avançada com prioridades estratégicas de I+i, assegurando a estas o papel central no desenho e operacionalização dos processos de atribuição de bolsas; no caso dos fundos comunitários, esse alinhamento deve ter suportado preferencialmente nas EEI Regionais;
- (ii) aumento da parcela de apoios atribuída no contexto de modelos estruturados de organização coletiva do esforço de I&D, nomeadamente, por via de uma nova geração de Programas de Doutoramento e da contratualização de contingentes de bolsas com Unidades de I&D;
- (iii) alargamento do âmbito das bolsas de doutoramento nas empresas para o conceito mais vasto, incluindo outras organizações de natureza não académica e não empresarial, como por exemplo, a Administração Pública.
- (iv) aumento da oferta e procura de Formação Avançada mais orientada para a valorização económica e social do conhecimento e a diversificação de oportunidades de inserção profissional, designadamente por via do: lançamento de concursos específicos com orçamento próprio; redesenho dos instrumentos de apoio; inserção profissional deste tipo de ativos;
- (v) redução substancial do apoio a Bolsas Pós-Doutoramento, rompendo com a utilização desadequada deste instrumento em substituição de contratos de trabalho e restringindo a sua mobilização a necessidades devidamente fundamentadas de aprofundamento do conhecimento e/ou aperfeiçoamento de competências de investigação.

Estado da avaliação:

E - Concluída

P - Planeada

Designação da avaliação:

19. Avaliação da implementação dos Sistemas de Incentivos do Portugal 2020. Entidade responsável: AD&C; Programas envolvidos: PO CI, PO Regionais do Continente; Tipo/Período de incidência: Processo/PT2020; Estado de concretização: Relatório Intermédio aprovado em 19-12-2018.

Fundo(s):

FEDER/FC

FSE

Ano de conclusão da avaliação (De 2014 a 2023):

2019

Tipo da avaliação:

Impacto

Processo

Ambas

Objetivo(s) temático(s):

- | | |
|-------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | 01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação |
| <input type="checkbox"/> | 02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade |
| <input checked="" type="checkbox"/> | 03. Reforçar a competitividade das PME |
| <input type="checkbox"/> | 04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores |
| <input type="checkbox"/> | 05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos |
| <input type="checkbox"/> | 06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos |
| <input type="checkbox"/> | 07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede |
| <input checked="" type="checkbox"/> | 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores |
| <input type="checkbox"/> | 09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação |
| <input type="checkbox"/> | 10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida |
| <input type="checkbox"/> | 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública |

Objetivos/abrangência:

A avaliação pretende analisar a implementação e o funcionamento dos instrumentos de política que compõem o universo dos Sistema de Incentivos às Empresas do Portugal 2020, a saber, os sistemas de incentivos à Investigação e desenvolvimento tecnológico, à Inovação empresarial e empreendedorismo e à Qualificação e internacionalização das PME e compreender o efeito destes apoios na produção dos resultados esperados e definidos no planeamento estratégico dos programas operacionais.

Estado da avaliação:

E - Concluída	<input type="checkbox"/>
P - Planeada	<input checked="" type="checkbox"/>

Designação da avaliação:

22. Avaliação do Contributo dos FEEI para a Capacitação da Administração Pública. Entidade responsável: AD&C; Programas envolvidos: PO CI, PO Regionais do Continente e das Regiões Autónomas, excepto Lisboa; Tipo/Período de incidência: Impacto (ABT)/QREN e Processo/PT2020; Estado de concretização: adjudicação.

Fundo(s):

FEDER/FC	<input checked="" type="checkbox"/>
FSE	<input checked="" type="checkbox"/>

Ano de conclusão da avaliação (De 2014 a 2023):

Tipo da avaliação:

Impacto	<input type="checkbox"/>
Processo	<input type="checkbox"/>
Ambas	<input checked="" type="checkbox"/>

Objetivo(s) temático(s):

<input type="checkbox"/>	01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
<input checked="" type="checkbox"/>	02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade
<input type="checkbox"/>	03. Reforçar a competitividade das PME
<input type="checkbox"/>	04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
<input type="checkbox"/>	05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos
<input type="checkbox"/>	06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
<input type="checkbox"/>	07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede
<input type="checkbox"/>	08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
<input type="checkbox"/>	09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação
<input type="checkbox"/>	10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
<input checked="" type="checkbox"/>	11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública

Objetivos/abrangência:

O objetivo deste estudo prende-se com a avaliação do impacto dos apoios à modernização da administração pública, ao nível da introdução de tecnologias de informação e comunicação, da capacitação e da formação profissional, designadamente, tendo em conta o investimento já efetuado durante o período de programação anterior e as áreas críticas em matéria de redução de custos de contexto.

Estado da avaliação:

E - Concluída

P - Planeada

Designação da avaliação:

23. Avaliação da Implementação da Estratégia Nacional e Regionais de Investigação para uma Especialização Inteligente (RIS3): Rede, Realizações e Resultados Esperados. Entidade responsável: AD&C; Programas envolvidos: PO CI, PO CH, PO ISE, PO Regionais e PDR do Continente e das Regiões Autónomas e PO MAR; Tipo/Período de incidência: Processo/PT2020; Estado de concretização: Relatório Intermédio aprovado em 07-03-2019.

Fundo(s):

FEDER/FC

FSE

Ano de conclusão da avaliação (De 2014 a 2023):

2019

Tipo da avaliação:

Impacto

Processo

Ambas

Objetivo(s) temático(s):

- | | |
|-------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | 01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação |
| <input type="checkbox"/> | 02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade |
| <input checked="" type="checkbox"/> | 03. Reforçar a competitividade das PME |
| <input type="checkbox"/> | 04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores |
| <input type="checkbox"/> | 05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos |
| <input type="checkbox"/> | 06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos |
| <input type="checkbox"/> | 07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede |
| <input checked="" type="checkbox"/> | 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores |
| <input type="checkbox"/> | 09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação |
| <input checked="" type="checkbox"/> | 10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida |
| <input type="checkbox"/> | 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública |

Objetivos/abrangência:

A avaliação pretende compreender a adequação do modelo de operacionalização das Estratégias de Especialização Inteligente (RIS3) no âmbito do PT2020, tendo como principais objetivos avaliar se a integração dessas estratégias no processo de implementação do PT2020 está a contribuir para promover a especialização inteligente dos territórios a que respeitam, através de uma crescente integração das cadeias-de-valor e maior articulação entre os atores e para a criação de ecossistemas de inovação.

Estado da avaliação:

E - Concluída

P - Planeada

Designação da avaliação:

35. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a promoção do sucesso educativo, a redução do abandono escolar precoce e a empregabilidade dos jovens. Entidade responsável: PO CH; Programas envolvidos: PO CH, PO Regionais do Continente e das Regiões Autónomas; Tipo/Período de incidência: Impacto (ACF e ABT)/PT2020; Estado de concretização: Relatório Inicial em elaboração

Fundo(s):

FEDER/FC

FSE

Ano de conclusão da avaliação (De 2014 a 2023):

2020

Tipo da avaliação:

Impacto

Processo

Ambas

Objetivo(s) temático(s):

- 01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
- 02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade
- 03. Reforçar a competitividade das PME
- 04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
- 05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos
- 06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
- 07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede
- 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
- 09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação
- 10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
- 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública

Objetivos/abrangência:

O objetivo desta avaliação consiste em identificar em que medida as intervenções do atual período de programação têm contribuído para aumentar o sucesso escolar e, por essa via, reduzir o nível de abandono escolar, em direção à meta do Plano Nacional de Reformas e potenciar a empregabilidade jovem, face às metas definidas nesta área e tendo em consideração que as diferentes modalidades formativas apoiadas pelos fundos são, em regra, de dupla certificação (escolar e profissional).

Estado da avaliação:

E - Concluída

P - Planeada

Designação da avaliação:

38. Avaliação da implementação das medidas de reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono. Entidade responsável: PO SEUR; Programas envolvidos: PO SEUR, PO Regionais do Continente e das Regiões Autónomas; Tipo/Incidência: Processo e Impacto (ABT)/PT2020; Estado de concretização: Relatório Inicial em elaboração.

Fundo(s):

FEDER/FC

FSE

Ano de conclusão da avaliação (De 2014 a 2023):

2020

Tipo da avaliação:

Impacto

Processo

Ambas

Objetivo(s) temático(s):

- 01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
- 02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade
- 03. Reforçar a competitividade das PME
- 04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
- 05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos
- 06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
- 07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede
- 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
- 09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação
- 10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
- 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública

Objetivos/abrangência:

O objetivo do presente estudo consiste em avaliar a implementação dos instrumentos de apoio dos fundos comunitários (FEDER e FC) no âmbito do OT4 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores e compreender, em relação aos resultados observados, as relações causais que ligam as intervenções às mudanças observadas ou desejadas, estimando o impacto da intervenção face os objetivos prosseguidos pela política pública que enquadra esta intervenção.

Estado da avaliação:

E - Concluída

P - Planeada

Designação da avaliação:

41. Avaliação da aplicação de custos simplificados. Entidade responsável: AD&C; Programas envolvidos: PO CI, POCH, PO ISE, PO SEUR, PO Regionais e PDR do Continente e das Regiões Autónomas; Tipo/Período de incidência: Processo/QREN e PT2020; Estado de concretização: Relatório Inicial aprovado em 15-12-2018.

Fundo(s):

FEDER/FC

FSE

Ano de conclusão da avaliação (De 2014 a 2023):

2019

Tipo da avaliação:

Impacto

Processo

Ambas

Objetivo(s) temático(s):

- | | |
|-------------------------------------|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> | 01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação |
| <input type="checkbox"/> | 02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade |
| <input checked="" type="checkbox"/> | 03. Reforçar a competitividade das PME |
| <input type="checkbox"/> | 04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores |
| <input type="checkbox"/> | 05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos |
| <input type="checkbox"/> | 06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos |
| <input type="checkbox"/> | 07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede |
| <input checked="" type="checkbox"/> | 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores |
| <input checked="" type="checkbox"/> | 09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação |
| <input checked="" type="checkbox"/> | 10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida |
| <input type="checkbox"/> | 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública |

Objetivos/abrangência:

O objetivo deste estudo prende-se com a avaliação da aplicação das aprendizagens, dos resultados, bem como da forma de implementação das Opções de Custos Simplificados, no âmbito do anterior e do atual período de programação e transportá-las para o processo de implementação a decorrer no atual período de programação, à luz do novo enquadramento legal e da prática em curso. A avaliação pretende, também, aumentar o conhecimento sobre as opções metodológicas a aplicar a cada intervenção.

Estado da avaliação:

E - Concluída

P - Planeada

Designação da avaliação:

42. Avaliação da Operacionalização da Abordagem Territorial do Portugal 2020 no Contexto da Convergência e Coesão Territorial. Entidade responsável: AD&C; Programas envolvidos: PO CI, POCH, PO ISE, PO SEUR; PO Regionais do Continente; Tipo/Período de incidência: Processo/PT2020; Estado de concretização: Relatório Intermédio entregue em 06-03-2019.

Fundo(s):

FEDER/FC

FSE

Ano de conclusão da avaliação (De 2014 a 2023):

2019

Tipo da avaliação:

Impacto

Processo

Ambas

Objetivo(s) temático(s):

- | | |
|-------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> | 01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação |
| <input checked="" type="checkbox"/> | 02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade |
| <input type="checkbox"/> | 03. Reforçar a competitividade das PME |
| <input checked="" type="checkbox"/> | 04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores |
| <input type="checkbox"/> | 05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos |
| <input checked="" type="checkbox"/> | 06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos |
| <input type="checkbox"/> | 07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede |
| <input checked="" type="checkbox"/> | 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores |
| <input checked="" type="checkbox"/> | 09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação |
| <input checked="" type="checkbox"/> | 10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida |
| <input type="checkbox"/> | 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública |

Objetivos/abrangência:

O objetivo principal deste estudo consiste em avaliar a adequação da abordagem integradas de base territorial do atual período de programação, considerando o contributo da configuração e da implementação das políticas e instrumentos de programação que a operacionalizam para o alcance dos resultados e impactos esperados na redução das assimetrias regionais e conseqüente reforço da convergência económica e da coesão territorial.

12.2. RESULTADOS DAS MEDIDAS DE DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE DOS FUNDOS, ADOTADAS NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO

A implementação da Estratégia de Comunicação (EC) do NORTE 2020 conheceu, em 2018, ações marcantes para o reconhecimento público do programa e que permitiram concluir em alta a fase 2 da EC, o **“Ponto Alto de Realização, Resultados e Avaliação”**. Previstas na EC como “Grandes Ações”, a promoção na íntegra destas iniciativas foi importante para alimentar a agenda mediática regional e crucial para a prossecução da visão da EC.

O ano arrancou com a **transmissão semanal no Porto Canal de 36 reportagens** de projetos apoiados pelo NORTE 2020, considerados casos inspiradores para outros beneficiários. Organizadas em três blocos – Investigação, Internacionalização e Baixa Densidade –, as reportagens permitiram dar voz aos promotores com projetos diferenciadores, investindo no sentimento de pertença a um programa comunitário cujo resultado depende da execução dos seus beneficiários. O retorno muito positivo ficou expresso no tráfego nos canais online, com cerca de 300 mil pessoas alcançadas, e no contacto espontâneo de beneficiários para a divulgação dos seus projetos.

A participação do **NORTE 2020 na Feira Qualifica 2018** integrada no stand do POCH, em março, permitiu comunicar a cerca de 40 mil participantes o investimento apoiado no contexto das prioridades relacionadas com a educação. O certame foi, ainda, aproveitado para divulgar o concurso NORTE Multimédia.

Dirigido sobretudo a novos públicos, o concurso de fotografia e vídeo **NORTE Multimédia** foi enquadrado na campanha europeia “Europa na Minha Região” e serviu para destacar o potencial de uma região europeia competitiva e assinalar o Dia da Europa, 9 de maio, com a sessão de entrega dos prémios aos vencedores. Esta iniciativa foi a que mais contribuiu para ultrapassar os indicadores de realização da EC, sobretudo em matéria de redes sociais. De modo orgânico, mas com a associação voluntária da figura mediática Gonçalo Paciência, em cerca de 24 horas a conta de Facebook da CCDR-N, AG do NORTE 2020, conseguiu alcançar 1.000 novos seguidores. Merece, ainda, destaque a parceria com a METRO DO PORTO, através do canal de televisão interno e na cedência da Estação da Trindade para a exposição fotográfica resultante deste concurso, que permitiu impactar mais de 2 milhões de utentes.

Relativamente à comunicação das principais concretizações do programa, o **evento anual** realizado em maio, em Braga, ganha relevância acrescida. Alusivo ao tema “A Especialização Internacional da Região Norte”, o encontro permitiu não só reunir parceiros estratégicos do NORTE 2020, como também comunicar mediaticamente, com um retorno muito positivo, os resultados intercalares. Apenas com esta sessão foram publicadas 17 notícias na imprensa e jornais online, destacando-se uma reportagem orgânica de duas páginas no suplemento Dinheiro Vivo do Jornal de Notícias, na edição de fim-de-semana, com uma circulação nacional de 115 mil leitores.

Quando analisadas as iniciativas de 2018, o evento **SOMOS DOURO**, em junho, destaca-se pela interação que permitiu com jovens e com a população ativa de um território que se pretende mais coeso e que goza da distinção de Património Mundial pela UNESCO. Neste âmbito, foi tão importante o contacto direto com mais de 2.500 pessoas nos eventos organizados, como o retorno de 42 notícias publicadas na comunicação social. Não menos importante foi o resultado da **sondagem** realizada a jovens dos 16 aos 34 anos, em que se conclui que um número muito significativo imagina-se a residir no Alto Douro Vinhateiro num futuro próximo.

Das ações de relações públicas realizadas em 2018, sobressaem muito positivamente a nomeação de dois projetos embaixadores do NORTE 2020 no lote de 25 **finalistas** dos projetos europeus **RegioStars**. A Unidade de Cuidados Continuados para Crianças “Kastelo” subiu ao palco como finalista na categoria “Criando um melhor acesso aos serviços públicos” e o i3S – Instituto de Investigação e Inovação em Saúde na categoria “Apoio à transição industrial”. A experiência da AG na organização e participação de iniciativas congêneres à escala regional foi, igualmente, aplaudida em 2018, com a apresentação dos resultados obtidos com os Prémios O Norte Somos Nós, na **Rede Europeia INFORM**, composta por responsáveis de comunicação.

A pedra de toque da implementação da EC do NORTE 2020 está no esforço em envolver parceiros e promotores do programa na sua comunicação. A eficácia desta aposta reflete-se, por exemplo, no alcance das 8.776 notícias publicadas na comunicação social até dezembro de 2018. Este valor nunca antes alcançado justifica-se com a realização de um serviço de **assessoria de imprensa** cada vez mais centrado na comunicação conjunta dos resultados do programa e menos na comunicação unilateral da sua gestão: 2018 representa 39% do número de notícias publicadas.

Por outro lado, a importância crescente das ações de comunicação na implementação de programas comunitários reflete-se, notoriamente, nos resultados alcançados com os **canais online**. Em causa estão ferramentas muito eficazes de divulgação de conteúdos, que trazem um novo paradigma se compararmos com a comunicação de programas anteriores. Nesta matéria, o **website** alcançou um valor acumulado de 1.287.785 visitas, sendo que o ano de 2018 representa 33% deste valor. Regista-se,

ainda, um valor acumulado de 728.275 documentos descarregados. Deste valor, 24% foi realizado em 2018. Para estes dados, muito contribui positivamente o envio da **newsletter** para cerca de 14.300 subscritores.

É, contudo, nas redes sociais que a performance da EC conhece uma evolução muito positiva quando comparada com o quadro comunitário anterior. O número de seguidores da conta de **Facebook** e o alcance de pessoas com as mensagens publicadas voltou a aumentar, atingindo cerca de 9.200 seguidores. A conta de **Instagram**, consolidada em 2018, ultrapassou os 1.000 seguidores. Neste contexto, revelaram-se positivas as interações efetuadas pela AD&C e pelos Programas da Rede de Comunicação do PT 2020.

Das ações previstas na EC do NORTE 2020, a **verificação e o esclarecimento das regras de imagem e publicidade** dos promotores tem particular importância porque permite, em conjunto com outras iniciativas, reforçar o sentimento de pertença ao programa e à região e manter uma relação próxima com quem contribui ativamente para a execução do NORTE 2020. Nesta matéria, é possível concluir, numa análise por amostragem realizada em 2017 e 2018, que **85% dos promotores cumpre as regras previstas**.

Revisitar a implementação da EC implica concluir que as metas definidas no início do programa, e que estabeleciam um aumento do alcance da comunicação do programa em 2007-2013, foram em larga medida ultrapassadas a meio do quadro comunitário, justificando-se a revisão em alta dos indicadores. A conclusão é reflexo não só do crescente investimento nesta área, e que em muito contribui para a execução do NORTE 2020, como da consolidação do conhecimento e prática acrescida da Autoridade de Gestão.

13. AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE

(Artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Não aplicável ao relatório de execução de 2018.

14. INFORMAÇÕES QUE PODEM SER ADICIONADAS, EM FUNÇÃO DO CONTEÚDO E DOS OBJETIVOS DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS

(Artigo 111.º, n.º 4, alíneas a), b), c), d), g) e h), segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

14.1. PROGRESSOS REALIZADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA ABORDAGEM INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, INCLUINDO O DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES AFETADAS POR DESAFIOS DEMOGRÁFICOS E LIMITAÇÕES NATURAIS OU PERMANENTES, O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E O DESENVOLVIMENTO PROMOVIDO PELAS COMUNIDADES LOCAIS, AO ABRIGO DO PROGRAMA OPERACIONAL

As AIDT constituem modelos de conceção, execução, acompanhamento e avaliação do NORTE 2020 fundamentais para a territorialização no Norte das políticas públicas pertinentes. A dotação inicial das AIDT era 923,8M€ (27% da dotação do PO), ventilada através das ITI (491,0M€), AIDUS (384,8M€) e DLBC (48,0M€).

Em 2018, no âmbito da reprogramação do PO esta dotação foi reforçada em 115,3M€ para as ITI, 37,8M€ para as AIDUS e 5,0M€ para as DLBC, o que totaliza um aumento de 158,1M€, passando as AIDT a representar 32% da dotação do PO.

Ao nível da sua implementação, a 31/12/2018, verifica-se o seguinte:

ITI:

EP3, PI 4.3 Eficiência Energética: 22 operações com IE/Fundo de 8,3M€/7,9M€, a que corresponde a taxa de compromisso de 10,5%. Tendo-se registado o início das aprovações em julho de 2018, esta PI ainda não regista qualquer execução;

EP6, PI 8.3 Criação de emprego: 29 operações no âmbito do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e Emprego (SI2E), com IE/Fundo de 0,4M€/0,3M€, a que corresponde a taxa de compromisso de 0,4%. Apesar das primeiras aprovações terem ocorrido no 1.º semestre de 2018, a execução desta PI ainda é nula;

EP6, PI 8.8 Apoio desenvolvimento de empresas: 40 operações (SI2E), com IE/Fundo de 7,5M€/3,9M€, a que corresponde a taxa de compromisso de 17,1%. Apesar das primeiras aprovações terem ocorrido no 1.º semestre 2018, a execução desta PI ainda é nula;

EP7, PI 9.1 CEI e CEI+: 16 operações com IE/Fundo de 57,1M€/48,5M€, a que corresponde a taxa de compromisso de 59,2%. Esta PI regista execução Fundo de 52,7%.

EP7, PI 9.7 Equipamentos sociais: 25 operações com IE/Fundo de 4,0M€/3,4M€, a que corresponde a taxa de compromisso de 12,0%. Tendo-se registado as primeiras aprovações em dezembro de 2018, a execução desta PI é nula;

EP8, PI 10.1 Combate insucesso escolar: 136 operações com um IE/Fundo de 51,9M€/44,1M€, a que corresponde a taxa de compromisso de 98,5%. Esta PI regista execução Fundo de 3,0%;

EP8, PI 10.5 Infraestruturas educação: 135 operações com IE/Fundo de 148,6M€/126,3M€, a que corresponde a taxa de compromisso de 90,6%. Esta PI regista execução Fundo de 28,0%;

EP9, PI 2.3 Promoção TIC: 84 operações com IE/Fundo de 24,9M€/21,1M€, a que corresponde a taxa de compromisso de 87,4%. Esta PI regista uma execução Fundo que lhe permite atingir uma taxa de 31,8%.

Em termos globais, resultado da aprovação de 487 operações, as taxas de compromisso e execução são 52,0% e 18,6%, respetivamente.

AIDUS:

EP5, PI 4.5 Mobilidade Urbana Sustentável: 116 operações com IE/Fundo de 79,8M€/67,8M€, a que corresponde a taxa de compromisso de 39,7%. Esta PI regista uma execução Fundo de 8,9%;

EP5, PI 6.5 Reabilitação Urbana: 103 operações com IE/Fundo de 150,7M€/119,0M€, a que corresponde a taxa de compromisso de 68,6%. Esta PI regista execução Fundo de 18,1%;

EP5, PI 9.8 Comunidades Desfavorecidas: 75 operações com IE/Fundo de 65,8M€/52,7M€, a que corresponde a taxa de compromisso de 67,4%. Esta PI regista execução Fundo de 17,1%;

Em termos globais, resultado da aprovação de 294 operações, as taxas de compromisso e execução são 56,7% e 14,2%, respetivamente.

DLBC:

EP7, PI 9.6 EDL: 84 operações (SI2E e combate ao insucesso escolar) com IE/Fundo de 0,82M€/0,70M€, a que corresponde a taxa de compromisso de 3,3%. Esta PI regista execução Fundo de 0,03%;

EP7, PI 9.10 Investimentos no contexto das EDL: 98 operações (SI2E) com IE/Fundo de 7,2M€/3,4M€, a que corresponde a taxa de compromisso de 30,1%. Esta PI regista execução Fundo de 1,2%.

14.2. PROGRESSOS REALIZADOS NA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DESTINADAS A REFORÇAR A CAPACIDADE DAS AUTORIDADES DO ESTADO-MEMBRO E DOS BENEFICIÁRIOS PARA GERIR E UTILIZAR OS FUNDOS

Indo ao encontro do disposto na iniciativa comunitária eCohesion, foi criado no início deste período de programação o Balcão 2020, que assegura, em particular, a partilha de dados sobre os beneficiários, previamente autorizados por estes, que portanto dispensa a repetição do registo de beneficiários em diferentes sistemas e PO. Em 2018, uma das medidas adotadas permite a consulta, através deste Balcão, da situação tributária dos beneficiários, para além do acesso a outra informação já existente na Administração Pública: Segurança Social, IAPMEI, IRN.

Constitui boa prática da AG a disponibilização e atualização de Manuais e Normas de apoio aos beneficiários e às estruturas técnicas do NORTE 2020, com instruções e orientações customizadas de acordo com os procedimentos instituídos no Programa e de forma a que os tempos de decisão subjacentes aos vários momentos de interação AG/beneficiário ao longo do ciclo de vida da operação, decorram de forma mais célere possível. Em 2018, foram elaboradas as seguintes publicações: “Manual de Apoio ao Preenchimento do Formulário do Relatório de Execução da Operação”, Norma de Gestão 5 “Operações geradoras de receitas”, Norma de Gestão 6 “Metodologia de alteração das operações”, Orientação Técnica com notas

explicativas ao preenchimento da ficha de verificação dos procedimentos de contratação pública e Orientação Técnica de apoio à realização das ações de verificação no local das operações.

A presença em redes sociais e a produção de e-Newsletters orientadas para o apoio aos beneficiários na gestão dos projetos tem-se revelado uma boa prática que se mantém neste período de programação. A este nível, em 2018 destaca-se o início da publicação no site do NORTE 2020 do “Boletim de Informação dos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar”, cujas 5 primeiras edições ocorreram em 2018. Com este boletim pretende-se fomentar a difusão da informação entre os múltiplos atores envolvidos na concretização dos PIICIE. A especificidade destes planos no quadro das políticas educativas e municipais, o volume dos recursos envolvidos e as expectativas quanto aos desejáveis efeitos demonstrativos justificam um investimento específico na divulgação dos projetos e dos seus resultados. Este boletim integra pequenos artigos sobre temas pertinentes para os PIICIE, a cargo de representantes institucionais ou de atores envolvidos, apresenta projetos específicos e assinala iniciativas em curso ou em agenda.

Ao nível do reforço da capacitação das autoridades destacam-se as seguintes ações:

- Reuniões das redes temáticas do PT2020;
- Sessão de trabalho sobre medidas antifraude e anticorrupção;
- Sessões de trabalho sobre SIFSE, Balcão 2020, SMPT2020, OCS, Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local, Análise de Candidaturas da Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da AL, PEDU – Capacitação das AU, Análise da execução física e financeira dos projetos PIICIE, Análise de candidaturas SI2E – dúvidas e informações.

Para melhorar a capacitação dos beneficiários e reduzir os seus encargos administrativos salientam-se ações de promoção e divulgação sobre: IF de apoio às empresas junto dos diversos stakeholders; elegibilidade de despesas e regime de financiamento dos Programas Doutorais; execução física e financeira de projetos PIICIE; sistemas de informação/bases de dados da DGEEC e indicadores associados a projetos financiados no PT 2020; apresentação de saldos dos projetos TEIP.

14.3. PROGRESSOS REALIZADOS NA EXECUÇÃO DE EVENTUAIS AÇÕES INTER-REGIONAIS E TRANSNACIONAIS

Até ao final de 2018 o Norte 2020 não apoiou financeiramente quaisquer operações inter-regionais ou transnacionais envolvendo beneficiários localizados num outro Estado-Membro.

No entanto, a AG tem procurado garantir uma adequada articulação deste Programa Regional com todos os Programas de Cooperação Territorial (PCT) em que a Região do Norte participa, nomeadamente, o PCT Transfronteiriça Espanha/Portugal (POCTEP), os PCT Transnacionais (Espaço Atlântico e Sudoeste) e os PCT Inter-regionais (Interreg Europe, Urbact, Espon e Interact). Aqui destaca-se o acompanhamento de um conjunto de projetos Interreg Europe focados em melhorar os atuais instrumentos de política pública cofinanciados pelos FEEI na Região do Norte, onde se inclui o Norte 2020. Dos 28 projetos aprovados pelo Interreg Europe até ao final de 2018 que envolvem entidades da Região do Norte, 18 centram-se na melhoria do PO Norte 2020 (cf. <http://bit.ly/2MsIJ4f>).

A CCDR-N integra, ainda, o Comité de Gestão do Programa INTERREG V-A Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020, responsável pela coordenação e acompanhamento, a nível processual e financeiro, dos Programas de Cooperação Transfronteiriça, com incidência regional. De destacar a participação de entidades da Região do Norte em 67 projetos aprovados na primeira convocatória do Programa.

A participação na “Vanguard Initiative for New Growth through Smart Specialisation” foi aprofundada em novembro de 2018, na “Annual Political Meeting” através da aprovação da integração da Região do Norte no Board desta Iniciativa Europeia (a partir de 1 de janeiro de 2019 e durante um ano). Trata-se de uma rede constituída por 34 regiões empenhadas em liderar/fomentar o crescimento económico e o emprego através da cooperação inter-regional da indústria e investimento, com base nos princípios de especialização inteligente (RIS 3).

Refira-se também o papel importante que a RIS3 do Norte – instrumento fundamental para a operacionalização do PO – continua a desempenhar na promoção de dinâmicas de cooperação inter-regional entre a Região do Norte e outros territórios. Neste contexto, ao longo de 2018 destaca-se, a promoção de atividades de cooperação no âmbito da RIS3 transfronteiriça Galiza-Norte de Portugal (RIS3T) e a dinamização de um projeto de cooperação inter-regional centrado na troca de experiências ao nível de mecanismos de monitorização das RIS3 (MONITORIS3).

Estas dinâmicas inserem-se num quadro mais alargado de cooperação transfronteiriça e transnacional que engloba outras iniciativas em curso na Região do Norte, tais como o envolvimento em Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT) e Comunidades de Trabalho Galicia/Norte de Portugal e Castilla y León/Norte de Portugal ou a participação em redes europeias, tais como, a Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM) e a Associação das Regiões Fronteiriças Europeias.

14.4. CONTRIBUIÇÃO PARA AS ESTRATÉGIAS MACRORREGIONAIS E PARA AS ESTRATÉGIAS RELATIVAS ÀS BACIAS MARÍTIMAS, QUANDO APLICÁVEL

O NORTE 2020 contribui para a Estratégia Marítima da UE para a Região Atlântica. A metodologia para a identificação das operações do NORTE 2020 que contribuem para esta Estratégia resulta de um processo de harmonização que tem vindo a ser desenvolvido entre os diferentes PO do PORTUGAL 2020 no contexto do Grupo de Acompanhamento do Investimento Territorial Integrado para o Mar (ITI Mar), criado através do Decreto-Lei n.º 200/2015, de 16 de setembro, que tem por missão assegurar a articulação entre a aplicação dos FEEI e as políticas públicas no mar.

Os critérios assumidos no NORTE 2020 para identificar as operações mar constam na versão atualizada do Quadro do ITI MAR que define o alinhamento entre as Prioridades de Investimento (PI) do PO e as Prioridades e os Objetivos Específicos (OE) do Plano de Ação para uma Estratégia Marítima na Região Atlântica, resumidamente:

- (i) OE 1.1 “Partilhar conhecimentos entre instituições de ensino superior, empresas e centros de investigação” – Para este OE contribuem os projetos aprovados enquadrados no domínio prioritário “Recursos do Mar e Economia” da RIS3 NORTE nas seguintes PI: PI 1.1 (SAICT) FEDER e PI 1.2 (SI I&DT, SAAC e SI Inovação Não PME) FEDER;
- (ii) OE 1.2 “Reforçar a competitividade e as capacidades de inovação na economia marítima da Região Atlântica” – Para este OE contribuem os projetos aprovados enquadrados no domínio prioritário “Recursos do Mar e Economia” da RIS3 NORTE, nas seguintes PI: PI 8.5 (CRHAQ) FSE; PI 10.2 (Programas Doutorais e Cursos TeSP) FSE; PI 10.4 (CET) FSE e PI 10.5 (Equipamentos cursos Tesp/Isced 5) FEDER.
- (iii) OE 1.3 “Estimular a adaptação e a diversificação das atividades económicas, promovendo o potencial da Região Atlântica” - Para este OE contribuem os projetos aprovados enquadrados no domínio prioritário “Recursos do Mar e Economia” da RIS3 NORTE nas seguintes PI: PI 3.1 (SI Empreendedorismo e SAAC) FEDER; PI 3.2 (SI Internacionalização das PME e SAAC) FEDER; PI 3.3 (SI Inovação, SI Qualificação, SAAC e IF) FEDER; PI 8.3 (SI2E) FSE; (v) PI 8.8 (SI2E) FEDER; (vi) PI 9.6 (SI2E) FSE, exceto projetos inseridos em DLBC Costeiras e PI 9.10 (SI2E) FEDER, exceto projetos inseridos em DLBC Costeiras.
- (iv) OE 4.2 “Preservar e promover o património cultural do Atlântico” - Para este OE contribuem os projetos aprovados enquadrados nas DLBC Costeiras nas seguintes PI: PI 9.6 (SI2E) FSE, apenas inseridos em DLBC Costeiras, e PI 9.10 (SI2E) FEDER, apenas inseridos em DLBC Costeiras. Para este OE contribuem ainda os projetos enquadrados no conceito de “Turismo Costeiro”, estabelecido pela DGPM, nas PI 3.1, 3.2, 3.3, 8.3, 8.8, 9.6 e 9.10. Incluem-se, ainda, neste OE os projetos aprovados que contribuem para a promoção do património marítimo na PI 6.3 (Património Natural e Cultural) FEDER.

Em termos globais, o NORTE 2020 aprovou, até 31/12/2018, 112 candidaturas que contribuem para a Estratégia Marítima da UE para a Área do Atlântico, correspondendo a um investimento total de cerca de 69 Milhões de Euros (ME) e um montante de fundo de aproximadamente 48 ME. Relativamente aos OE da Estratégia Marítima, o contributo do NORTE 2020 distribui-se da seguinte forma: (i) OE 1.1: 17 candidaturas aprovadas e 17 ME de Fundo (36% do fundo); (ii) OE 1.2, com 34 candidaturas aprovadas e 14 ME de Fundo (30% do Fundo); (iii) OE 1.3, com 18 candidaturas aprovadas e 2 ME de Fundo (5% do Fundo); (iv) OE 4.2, com 43 candidaturas aprovadas e 14 ME de Fundo (29% do Fundo).

<p>Estratégias macrorregionais e estratégias para as bacias marítimas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> EU Strategy for the Baltic Sea Region (EUSBSR) <input type="checkbox"/> EU Strategy for the Danube Region (EUSDR) <input type="checkbox"/> EU Strategy for the Adriatic and Ionian Region (EUSAIR) <input type="checkbox"/> EU Strategy for the Alpine Region (EUSALP) <input checked="" type="checkbox"/> Estratégia Marítima da UE para a Área do Atlântico (<i>Atlantic Sea Basin Strategy (ATLSBS)</i>)
--	--

No caso da Estratégia Marítima da UE para a Área do Atlântico, **prioridade(s) e objetivos relevantes para o Programa Operacional:**

Prioridades	Objetivos	Assinalar as prioridade(s)/ objetivo(s) relevantes
1 - Promover o empreendedorismo e a inovação	1.1 - Partilhar conhecimentos entre instituições de ensino superior, empresas e centros de investigação	X
	1.2 - Reforçar a competitividade e as capacidades de inovação na economia marítima da Região Atlântica	X
	1.3 - Estimular a adaptação e a diversificação das atividades económicas, promovendo o potencial da Região Atlântica	X
2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro	2.1 - Melhorar a segurança marítima	
	2.2 - Explorar e proteger as águas marinhas e as zonas costeiras	
	2.3 - Gerir os recursos marinhos de forma sustentável	
	2.4 - Explorar o potencial do meio marinho e costeiro da Região Atlântica em matéria de energias renováveis	
3 - Melhorar a acessibilidade e conectividade	3.1 - Promover a cooperação entre portos	
4 - Criar um modelo de desenvolvimento regional sustentável e socialmente inclusivo	4.1 - Promover um melhor conhecimento dos desafios sociais na Região Atlântica	
	4.2 - Preservar e promover o património cultural do Atlântico	X

Ações ou mecanismos utilizados para ligar melhor o Programa Operacional à Estratégia Marítima da UE para a Região Atlântica:

<p>A. Os coordenadores da Estratégia Marítima para a Região Atlântica (principalmente os coordenadores nacionais, coordenadores ou membros de áreas prioritárias e/ou coordenadores ou membros de objetivos) participam no Comité de Acompanhamento do Programa?</p> <p>Caso afirmativo, indique nome e cargo:</p> <div style="border: 1px solid black; height: 30px; width: 500px;"></div>	<p>Sim</p> <input type="checkbox"/>	<p>Não</p> <input checked="" type="checkbox"/>

<p>B. Nos critérios de seleção, foram atribuídos pontos suplementares a medidas de apoio específicas à Estratégia Marítima da UE para a Região Atlântica?</p> <p>Caso afirmativo:</p> <p>a) Estão planeados convites à apresentação de propostas específicas relativos à ATLSBS?</p> <p>b) Quantos projetos/ações macrorregionais já são apoiados pelo Programa? (Número)</p> <p>c) Foram concedidos pontos suplementares/bónus a projetos/ações de grande significado ou impacto macrorregional? Em caso afirmativo, completar (1 frase específica)</p> <div style="border: 1px solid black; height: 30px; width: 500px;"></div> <p>d) Outras ações (por ex. projetos estratégicos planeados). Completar (1 frase específica)</p> <div style="border: 1px solid black; height: 30px; width: 500px;"></div>	<p>Sim</p> <input type="checkbox"/>	<p>Não</p> <input checked="" type="checkbox"/>
		<p>Sim</p> <input type="checkbox"/>

<p>C. O Programa Operacional investiu Fundos da UE na Estratégia Marítima da UE para a Área do Atlântico?</p> <p>i) Caso afirmativo:</p> <p>Montante aproximado ou exato em EUR investido na Estratégia Marítima da UE para a Região Atlântica (€) (Fundo aprovado):</p> <table border="1"> <tr> <td>FEDER:</td> <td>37 526 313 33</td> </tr> <tr> <td>FC:</td> <td></td> </tr> <tr> <td>FSE</td> <td>10 211 129 69</td> </tr> <tr> <td>Quaisquer outros Fundos:</td> <td></td> </tr> </table> <p>Se assinalar “Quaisquer outros Fundos”, identificar os Fundos:</p> <div style="border: 1px solid black; height: 30px; width: 100%;"></div> <p>ii) Caso não tenha investido Fundos da EU na ATLSBS:</p> <p>O Programa Operacional pretende investir na ATLSBS no futuro? Completar (1 frase específica)</p> <div style="border: 1px solid black; height: 30px; width: 100%;"></div>	FEDER:	37 526 313 33	FC:		FSE	10 211 129 69	Quaisquer outros Fundos:		<p style="text-align: center;">Sim Não</p> <p style="text-align: center;"><input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p>
FEDER:	37 526 313 33								
FC:									
FSE	10 211 129 69								
Quaisquer outros Fundos:									

D. Indicar os resultados obtidos em relação à Estratégia Marítima da UE para a Região Atlântica (Reportar os resultados concretos obtidos ou a atingir. Em alternativa, identificar até 4 projetos financiados pelo Programa Operacional com contributo relevante para a ATLSBS):

PI 1.1: Projetos de I&D apoiados (21); Infraestruturas de investigação apoiadas (3); Investigadores a trabalhar em infraestruturas investigação melhoradas (52)

PI 1.2: Empresas em cooperação com instituições de investigação (2); Empresas que beneficiam de apoio (6); Aumento do emprego em empresas apoiadas (4)

PI 3.1: Novas empresas apoiadas (1); Aumento do emprego em empresas apoiadas (5)

PI 3.2: Projetos promoção turística (11); Empresas que beneficiam de apoio (18); Aumento do emprego em empresas apoiadas (30)

PI 3.3: Empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa (13); Empresas que beneficiam de apoio (18); Aumento do emprego em empresas apoiadas (113)

PI 8.5: Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial (23)

PI 9.10: Estratégias DLBC apoiadas (2)

PI 10.2: Estudantes apoiados nos Cursos TeSP (1.220); Bolseiros de doutoramento apoiados (7)

PI 10.4: Jovens apoiados em cursos ISCED4 (184)

PI 6.3: Aumento do número esperado de visitantes (197.758)

14.5. PROGRESSOS REALIZADOS NA EXECUÇÃO DE AÇÕES NO DOMÍNIO DA INOVAÇÃO SOCIAL, QUANDO APLICÁVEL

Sendo a inovação social uma área de aposta transversal dos FEEI e um objetivo das prioridades de política do atual período de programação, está presente e enforma algumas das opções do NORTE 2020, em especial, dos Eixos 6, 7, 8 e 9.

Em complemento do já referido no REA de 2016, realça-se os principais progressos que é possível identificar em 2018:

- A inserção de ativos altamente qualificados nas empresas – A AG atribui prioridade a estes apoios, dada a sua especial pertinência e necessidade, que a ainda reduzida apetência do tecido empresarial bem expressa. Em cooperação com a Agência de Inovação, foi preparado um plano de divulgação dirigido a empresas, bem como um aviso e o processo de seleção de candidaturas de nova categoria de beneficiários: os Laboratórios Colaborativos. Pretende-se alargar estes apoios a outras entidades.

- As abordagens integradas para a inclusão ativa – Prevê-se o apoio a programas integrados de inovação e experimentação social e de animação territorial que configurem respostas sociais a desafios previamente identificados, envolvendo redes sociais sub-regionais. Depois um primeiro aviso, foi preparado e aguarda publicação um novo aviso, com foco na articulação entre as políticas de regeneração urbana e de inclusão social e no caráter inovador.

- As estratégias DLBC – A dinâmica já concretizada, embora com algumas dificuldades, permite identificar desde já alguns sinais inovadores, em especial, o alargamento a territórios urbanos e costeiros e um reforço da concertação estratégica e operacional entre os GAL e as CIM/AMP, em torno da operacionalização dos apoios ao empreendedorismo e ao emprego (SI2E). Regista-se, ainda, o desafio que constitui a concretização dos apoios a projetos educativos no âmbito dos DLBC urbanos, cujos projetos estão em fase de seleção.

- Os Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar – Esta intervenção revela um elevado potencial, tanto na perspetiva de ensaiar novas medidas e dispositivos de prevenção do abandono escolar e de promoção do sucesso educativo dos alunos, como enquanto modo de reforçar a articulação e cooperação entre os municípios e as escolas. A AG aposta num acompanhamento próximo destas dinâmicas, em estreita articulação com as entidades intermunicipais e com a cooperação de organismos do Ministério da Educação, em especial a Estrutura de Missão do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, a DGE e a DGEEC. Relevam neste âmbito, a edição do Boletim “Educação para todos” (<http://www.norte2020.pt/educacaoparatodos>) e de algumas ações de capacitação destinadas a OI, entidades beneficiários e seus técnicos (ex.: ação sobre indicadores de educação, organizada com a DGEEC).

- Avançou-se na realização dos projetos de formação avançada, Cursos Técnicos Superiores Profissionais e Cursos de Especialização Tecnológica, em estreita articulação com a estratégia regional de especialização inteligente.

- Foi dada especial atenção à preparação dos avisos destinados a apoiar projetos de formação e capacitação, seja os destinados a entidades da administração local e regional desconcentrada (PI 11.1), seja de redes e atores dos domínios da educação, formação, emprego e inclusão social (PI 11.2), procurando colocar estas oportunidades ao serviço da qualificação e inovação (ex.: alargamento das competências da Administração Local).

- Regista-se o empenho da AG em avançar decididamente para a adoção de metodologias de custos simplificados na gestão dos FEEI.

14.6. PROGRESSOS REALIZADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS PARA FAZER FACE ÀS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DAS ZONAS GEOGRÁFICAS MAIS AFETADAS PELA POBREZA OU GRUPOS-ALVO EM RISCO MAIS ELEVADO DE POBREZA, DE DISCRIMINAÇÃO OU DE EXCLUSÃO SOCIAL, EM ESPECIAL AS COMUNIDADES MARGINALIZADAS E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, OS DESEMPREGADOS DE LONGA DURAÇÃO E OS JOVENS DESEMPREGADOS, E, SE FOR CASO DISSO, OS RECURSOS FINANCEIROS UTILIZADOS

A estratégia de resposta às necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza / dos grupos-alvo expostos a um maior risco de discriminação ou exclusão social está essencialmente suportada nas Abordagens Integradas de Base Territorial (AIBT), em especial nas DLBC de territórios urbanos problemáticos, mas também dos territórios rurais de baixa densidade. Os apoios destinados às estratégias aprovadas têm um especial enfoque na promoção do empreendedorismo e do emprego (SI2E). No ano de 2018 foi intensa a atividade de operacionalização destes apoios, em especial do processo de seleção de operações. Embora seja cedo para fazer uma avaliação, regista-se como muito positiva a elevada procura na generalidade dos territórios, devendo as Entidades Gestoras e a AG apostar num acompanhamento próximo dos projetos aprovados, de modo a criar condições para a sua boa concretização e sustentabilidade. Contudo, a alteração dos pressupostos

tidos em conta na definição das EDL e algumas dificuldades decorrentes da circunscrição territorial dos GAL urbanos e do entendimento que tem sido assumido das regras de elegibilidade geográfica, condicionaram fortemente a sua concretização.

Em complemento das estratégias DLBC, é especialmente relevante o apoio do PROVERE cujos projetos iniciaram a sua implementação durante o ano 2018.

Relevam também as ações previstas nos Planos de Ação Integrados para as Comunidades Desfavorecidas da PI 9.8 constante dos PEDU, em articulação com as ações de natureza de inovação social da PI 9.1. No âmbito da PI 9.8, os 3 avisos abertos permitiram apoiar 74 candidaturas, com um valor de fundo de cerca de 49,6M€, financiando a intervenção em 2.759 habitações sociais, melhorando a qualidade de vida dos agregados familiares nelas residentes.

Salientam-se ainda as intervenções de eficiência energética nos bairros sociais que, para além da redução significativa dos consumos de energia primária que asseguram, são um contributo significativo para a inclusão social de populações desfavorecidas, contribuindo para o aumento do conforto na habitação e para a redução da fatura energética, tendo as intervenções apoiadas correspondido a 2.970 agregados familiares com consumo de energia melhorado.

Realça-se as realizações e resultados já obtidos no apoio a desempregados através da medida “Contratos de Emprego e Inserção (CEI e CEI+)”. A execução acumulada no final de 2018 ascendia a 43M€ de FSE (50,8M€ de IE), apoiando 24.933 pessoas. Dados os constrangimentos à contratação, enfrentados pela maioria das entidades públicas, merece destaque o apuramento do indicador de resultado de longo prazo apurado: 40,7% dos participantes têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação, próximo da meta fixada para 2023 (42%), sendo o efeito positivo mais claro entre as mulheres (H=34,9%; M=44,4%). Os efeitos positivos desta medida sobre a empregabilidade são menos evidentes nos subgrupos dos participantes desfavorecidos (T=22,1%; H=22,1%; M=22,3€) e dos que têm mais de 54 anos (T=18,8€; H=17,4€; M=21%).

Por fim, refira-se que a reprogramação do NORTE 2020 reforçou significativamente o OT9 na sua vertente infraestrutural, e concentrou as medidas financiadas pelo FSE vocacionadas para o apoio a grupos vulneráveis antes programadas no OT 10 (e.g. TEIP e Bolsas para Mobilidade +Superior) e as da área da inclusão social previstas nos PDCT antes financiadas pelo POISE (e.g. “Cultura para todos”).

15. INFORMAÇÕES FINANCEIRA A NÍVEL DO EIXO PRIORITÁRIO E DO PROGRAMA / QUADRO DE DESEMPENHO

(Em conformidade com o Artigo 21.º, n.º 2 e Artigo 22.º, n.º 7), primeiro parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Dados relativos a este ponto encontram-se apresentados no Quadro 6, em anexo.

16. CRESCIMENTO INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO

(Artigo 50.º, n.º 5 do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

O contributo do Programa Operacional da Região do Norte para um crescimento mais inteligente na Região do Norte foi um facto observável à luz de um conjunto de indicadores de contexto, desde logo porque apoiou a recuperação económica da Região do Norte entre 2013 e 2018, através da internacionalização da economia, da industrialização da base produtiva e da terciarização de serviços transacionáveis. Importa salientar no entanto que, durante o período que antecedeu a preparação do programa, a conjuntura económica da Região do Norte foi marcada por uma profunda recessão, com o PIB em volume a contrair, em média anual, 1,2% entre 2008-2013. Ao mesmo tempo, nessa fase, o mercado de trabalho da Região do Norte assinalou um forte retrocesso com a perda de 236,1 mil pessoas empregadas e com o aumento da taxa de desemprego global para 17,1% em 2013, tendo sido uma evolução negativa que não deixou de fora, inclusive, os ativos mais qualificados, com a taxa de desemprego dos indivíduos com o ensino superior a atingir o valor de 14,7%. Neste contexto altamente recessivo, as prioridades do crescimento inteligente ficaram alinhadas, sobretudo, com a promoção do crescimento económico e do emprego, preferencialmente, altamente qualificado, e com a importância acrescida que deviam assumir as atividades económicas de alto valor acrescentado e as atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis. Durante a

implementação do Programa Operacional da Região do Norte, o crescimento económico da Região do Norte foi, em média anual, de 2,4% entre 2013 e 2017, superando, inclusive, o crescimento nacional nessa fase (1,9%). Ao mesmo tempo, a melhoria do mercado de trabalho da Região do Norte também foi visível, com o número da população empregada a aumentar em 156,1 mil indivíduos entre 2013 e 2018 e com a taxa de desemprego global a cair para 7,3% em 2018, sendo que nos ativos com o ensino superior o valor baixou para 6,0%.

A lógica do crescimento inteligente assenta, também, no reforço da internacionalização da economia da Região do Norte. Entre 2011 e 2018, as exportações de bens a partir da Região do Norte aumentaram todos os anos, inclusive nos anos de contração económica, pelo que esta tendência de crescimento estrutural das exportações não deixa de estar alinhada com o impacto dos instrumentos de apoio à competitividade e à internacionalização das empresas. Em termos acumulados, o crescimento das exportações de bens foi de 41,6% entre 2011 e 2018, sendo que a orientação exportadora aumentou de 32,0% para 38,6% entre 2011 e 2017. Importa assinalar que a orientação exportadora da Região do Norte era superior à de Portugal como um todo em cerca de 10 pontos percentuais em 2017.

O crescimento da orientação exportadora da Região do Norte resultou também do crescimento da atividade económica em setores que produzem bens e serviços transacionáveis, com destaque para o crescimento da população empregada na indústria transformadora (+80,3 mil indivíduos) entre 2013 e 2018. Durante o mesmo período, dentro do setor dos serviços mais transacionáveis, destacaram-se as atividades de informação e de comunicação (+ 13,6 mil pessoas empregadas) e as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (+11,2 mil pessoas empregadas). Quanto ao turismo, outra atividade económica com um elevado perfil exportador e ancorado aos recursos endógenos dos diversos territórios da Região do Norte, os proveitos totais nos estabelecimentos de alojamento turístico aumentaram 131,4% entre 2013 e 2018, com um reforço do contributo de hóspedes estrangeiros para este crescimento.

Do lado das empresas, importa referir a evolução de um conjunto de indicadores de atividade na fase de recuperação económica. Na Região do Norte, em termos acumulados, entre 2013 e 2017, o número de empresas aumentou em 43.607 unidades (+11,6%), a produtividade aparente do trabalho, a preços correntes, subiu 12,6%, sobretudo por via do contributo da indústria transformadora. No entanto, a proporção do valor acrescentado bruto das indústrias de alta e média-alta tecnologia no valor acrescentado bruto do total das indústrias transformadoras registou, apenas, um pequeno aumento entre 2013 e 2017, evoluindo de 19,10% para 19,59%. A combinação destes indicadores mostra um aumento da eficiência económica, por via do crescimento da produtividade aparente do trabalho, sem uma mudança estrutural na atividade industrial da Região do Norte.

O contributo do Programa Operacional da Região do Norte para um crescimento mais inclusivo também foi um facto empírico à luz de um conjunto de indicadores de contexto, desde logo porque a taxa de emprego dos 20 aos 64 aumentou de 63,3% em 2013 para 73,7% em 2018, um valor já muito próximo da meta do Portugal 2020 de 75%. Esta evolução positiva da taxa de emprego teve como consequência o aumento da população empregada em vários grupos de indivíduos. Entre 2013 e 2018, a população empregada feminina aumentou 13,2%, contra 7,4% na masculina, ao mesmo tempo que a população empregada entre os jovens (15-24 anos) registava um crescimento de 17,0%, acima do observado entre a população empregada com a idade compreendida entre os 20 e os 64 anos, e que foi de 11,7%. Por níveis de escolaridade, apenas a população empregada com um nível de escolaridade completo até ao 3º ciclo do ensino básico registou uma redução de 11,1%, sendo que nos restantes grupos, nomeadamente, nos indivíduos com o ensino secundário e pós-secundário (+46,5%) e nos indivíduos com o ensino superior completo (+41,6%) ocorreram aumentos expressivos entre 2013 e 2018.

Um problema de exclusão verificado na fase de planeamento do Programa Operacional da Região do Norte era a alta taxa de desemprego entre os jovens (15-24 anos) e a elevada proporção de desempregados de longa duração no total dos desempregados. No primeiro caso citado, a taxa de desemprego dos jovens (15-24 anos) registou uma redução assinalável, baixando de 35,40% para 19,10% entre 2013 e 2018, enquanto que a proporção de desempregados de longa-duração no total de desempregados registou uma diminuição menor, evoluindo de 64,4% para 53,5% entre 2013 e 2018. Ao mesmo tempo, entre 2013 e 2017, o número de beneficiários do rendimento social de inserção registou uma redução de 18,4% na Região do Norte. Apesar de não existir informação disponível para toda a série temporal na Região do Norte, importa dizer que a população residente em risco de pobreza ou exclusão social teve uma significativa diminuição em Portugal, baixando de 27,5% para 21,6% entre 2013 e 2018. Na Região do Norte, neste último indicador, só existe informação para o ano de 2018, sendo de 22,8%.

O crescimento inclusivo também está diretamente ancorado ao acesso à educação e à formação. No passado, a Região do Norte confrontou-se com elevadas taxas de abandono precoce, limitando desta forma a concretização do paradigma da igualdade de oportunidades, quer do ponto de vista da cidadania, quer do ponto de vista do acesso ao mercado de trabalho. Importa referir neste contexto que a taxa de abandono precoce de educação e formação no grupo etário de 18-24 anos baixou de 19,5% para 10,1% entre 2013 e 2018, um resultado muito próximo da meta fixada no Portugal 2020 e que é de 10%. Ao mesmo tempo, a percentagem da população no grupo etário de 30-34 anos que conclui o ensino superior registou um aumento de 31,3% para 32,8% entre 2013 e 2018. Importa referir ainda no contexto do crescimento inclusivo a componente relativa ao rendimento salarial médio mensal líquido da atividade principal dos trabalhadores por conta de outrem, o qual aumentou de 748,0 euros para 827,3 euros entre 2013 e 2018.

O crescimento económico só é multidimensional de for sustentável do ponto de vista ambiental, no sentido em que o consumo de recursos e a sua transformação em bens e serviços finais deve evoluir para ganhos de eficiência ambiental. Na Região do Norte verificou-se uma melhoria num conjunto de indicadores associados à sustentabilidade e eficiência. Desde logo, o consumo de energia primária nas empresas registou uma significativa redução, baixando de 90,7 tep/milhões de euros para 61,0 tep/milhões de euros entre 2011 e 2016 (o último ano disponível de acordo com a informação do INE). Ao mesmo tempo, a produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis através de novas tecnologias ou tecnologias pouco disseminadas no território nacional evoluiu positivamente, aumentando de 95 Megawatt para 102 Megawatt entre 2011 e 2016. Relativamente à qualidade da água, o índice de qualidade dos serviços de saneamento de águas residuais em baixa aumentou de 54% para 64% entre 2011 e 2017 na Região do Norte, ao mesmo tempo que a percentagem de água segura, ou seja, a percentagem de água controlada e de boa qualidade, em cumprimento dos valores paramétricos fixados na legislação, tal como definido no Anexo II do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, aumentou de 98,01% para 98,49%.

Uma componente importante do crescimento sustentável está associada à lógica de uma Economia Circular na Região do Norte. Importa referir, neste âmbito, a importância que a reciclagem tem vindo a ganhar na Região do Norte. Entre 2012 e 2016, a proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem cresceu de 20,9% para 36,9%. Do ponto de vista da recolha seletiva de resíduos, ou seja, a recolha especial de resíduos que são objeto de deposição separada por parte do detentor com a finalidade de serem reciclados, como por exemplo, os vidrões e os denominados ecopontos, também tem vindo a acontecer uma melhoria na Região do Norte. Entre 2011 e 2017, os resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante (kg/hab.) aumentaram de 55 kg para 66 kg.

17. QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS – QUADRO DE

DESEMPENHO

(Artigo 50.º, n.º 2 do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

O NORTE 2020 cumpriu os objetivos intermédios do QD dos Eixos: EP1, EP2, EP4, EP5, EP6 (FEDER), EP8 e EP9 (FEDER).

Sobre os restantes Eixos, importa esclarecer:

EP3 | FEDER | PI 4.3

De referir o incumprimento da meta do indicador *“Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos contratados”*, que tem relação com a desistência dos municípios de investir nos edifícios da Administração Local (AL), dado a alteração do RESEUR apenas considerar a possibilidade de apoio não reembolsável à taxa máxima de 50%.

Na negociação das condições de alteração da forma de cofinanciamento das intervenções de eficiência energética nos edifícios da AL com a CE criou-se nas entidades a expectativa que, tratando-se de investimento público, a taxa de apoio poderia aproximar-se de 85%. A alteração do RESEUR apenas veio a prever *“taxa de cofinanciamento base de 25%, ou 30% tratando-se de intervenções integradas ... A taxa de cofinanciamento base poderá ser majorada até um máximo de 50%”*.

Esta situação, associada a dificuldades financeiras dos municípios, levou a que fossem repensados os investimentos, tendo estes optado por investir na eficiência da iluminação pública onde o retorno do investimento é mais rápido e na habitação social onde a taxa de apoio não reembolsável é de 85% e em que, para além do aumento da eficiência energética, a intervenção produz um substancial aumento da qualidade de vida de populações desfavorecidas, contribuindo para a inclusão social.

Apesar do exposto, o cofinanciamento de intervenções em edifícios de habitação social (de propriedade dos municípios ou empresas municipais) na Região do Norte permitiu a redução dos consumos de energia primária, superando os valores do compromisso que o PO havia assumido para os edifícios da AL.

A meta para 2018, referente ao indicador em apreço era de 25.000.000kWh/ano, tendo apenas sido cumprida a 8,3%.

Contudo, se considerarmos o indicador *“Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios de habitação social contratada”* verificamos que o mesmo atingiu 35.898.721kWh/ano, valor que corresponde a 144% da meta 2018.

Considerando que o objetivo era a redução dos consumos de energia primária em edifícios públicos, entende-se que o indicador foi cumprido, ainda que noutra tipologia de edifícios, também eles públicos.

Tratando-se de uma prioridade do OT4, seria benéfico repensar as tipologias de intervenções elegíveis, diminuindo o constrangimento no nível de esforço exigido aos promotores que optam pelo regime de subvenção não reembolsável na intervenção em edifícios, nomeadamente (i) elevando a taxa de apoio do valor máximo atual de 50% para 85%, ou (ii)

permitindo a acumulação, para a mesma componente, dos regimes de financiamento reembolsável e não reembolsável, de forma a perfazer uma comparticipação total de 95%, mantendo a taxa máxima de 50% para a parcela não reembolsável.

EP 6 | FSE | Indicador Financeiro + PI 8.3

Para a meta do indicador financeiro contribuem os projetos das PI 8.1 (PEPAL), 8.3 (S2E) e 8.5 (formação para a inovação empresarial associada aos SI e contratação de RHAQ).

A verba afeta ao PEPAL apenas seria mobilizável nos PO regionais após 2017, sendo que, em 2018, não foi ultimado o enquadramento regulamentar que permitiria o lançamento de novos avisos.

No que se refere aos projetos do S2E, devido aos atrasos registados na definição do enquadramento da política pública, ao consequente lançamento tardio dos avisos, à complexidade da montagem do dispositivo de gestão (operações plurifundo, elevado n.º de entidades gestoras) e, sobretudo, à elevada procura registada (982 candidaturas), até final de 2018 apenas foi possível contratar 55 candidaturas, abrangendo 144 pessoas apoiadas. A estas razões, acrescem dificuldades enfrentadas por muitos beneficiários no arranque dos projetos, quer pela dificuldade de contratar trabalhadores que respeitem as condições de elegibilidade (registo como desempregados nos Centros de Emprego), dada a evolução favorável registada no mercado de trabalho, quer pelo facto de essa contratação depender, em muitos casos, da prévia realização do investimento apoiado pelo FEDER. Por estes motivos, não foi possível validar pedidos de pagamento.

Quanto aos projetos de formação para a inovação empresarial associada aos SI, não obstante se registar já a aprovação de 658 operações, com IE de 9,9M€ (6,7M€ FSE), a necessidade de articular diferentes sistemas de informação, dada a natureza multifundo dos projetos, e a maior morosidade dos procedimentos de verificação das despesas implicam demora no processamento dos pagamentos e não serão alheios à preferência dos promotores pelos projetos monofundo.

No que respeita à contratação de RHAQ, registam-se problemas de procura nos primeiros avisos e atrasos na publicação de novos avisos preparados conjuntamente com outros PO regionais, dada a necessidade de harmonização de critérios de seleção e dos termos dos avisos. Assim, o n.º de candidaturas aprovadas e o seu contributo para as metas financeiras eram ainda incipientes. A AG preparou e tem vindo a concretizar um plano de divulgação específico/intensivo, destinado a promover a procura.

Sobre a meta do indicador físico da PI 8.3, considerando o referido e as regras de apuramento do indicador, é nulo o n.º de pessoas apoiadas até 31/12/2018. Porém, atendendo ao n.º de pessoas abrangidas pelas operações entretanto aprovadas e com intenção de aprovação (1168), bem como ao n.º que se prevê aprovar no âmbito de novos avisos a lançar, não se antecipa dificuldades no cumprimento da meta para 2023.

EP 7 | FEDER | Indicador Financeiro

De referir o incumprimento do indicador financeiro, apenas cumprido a 26,1%, por duas ordens de razão:

- Equipamentos de saúde: apesar das operações terem sido contratadas entre maio 2016 e março 2017, não foi possível aos promotores dar início às operações, em virtude do atraso (em parte dos casos, até à presente data) na obtenção de cabimento orçamental da contrapartida nacional, impedindo o início dos procedimentos de contratação pública;
- Equipamentos sociais: devido a atrasos vários, nomeadamente na aprovação do mapeamento respetivo que veio a ocorrer apenas em setembro 2017, situação que conduziu a que os avisos apenas viessem a ser abertos em 07/02/2018, exigindo os mesmos que para aprovação de candidaturas fosse obrigatório o parecer do ISS, que apesar de solicitados a partir de 24/07/2018, começaram a ser emitidos a 10/12/2018, situação que impediu a execução de operações em 2018.

EP 9 | FSE | Indicador Financeiro + PI 11.2

Apesar de em 2018 terem sido contratadas 21 operações, apenas foi possível validar reembolsos em 8 delas. O lançamento de um novo aviso sofreu atraso significativo dada a necessidade de se (i) clarificar fronteiras com outros apoios veiculados pelo NORTE 2020 e pelos PO temáticos e (ii) preparar metodologia de OCS, entretanto ultimada. Prevê-se que venha a ser assegurado o cumprimento das metas para 2023.

18. INICIATIVA PARA O EMPREGO DOS JOVENS (IEJ)

(Artigos 19.º, n.º 4, e n.º 6 do Regulamento (UE) n.º 1304/2013)

Não aplicável ao NORTE 2020.